



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Unidade Universitária de Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades

“Território e Expressões Culturais no Cerrado”

JOÃO PAULO SIQUEIRA CARVALHO

**PLANEJAMENTO ECONÔMICO DURANTE A DITADURA MILITAR E SEUS  
DESDOBRAMENTOS SOBRE A ECONOMIA GOIANA**

**ANÁPOLIS  
2020**



JOÃO PAULO SIQUEIRA CARVALHO

**PLANEJAMENTO ECONÔMICO DURANTE A DITADURA MILITAR E SEUS  
DESDOBRAMENTOS SOBRE A ECONOMIA GOIANA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier

**ANÁPOLIS  
2020**



Universidade  
Estadual de Goiás

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós Graduação



Universidade  
Estadual de Goiás



ESTADO  
DE GOIÁS

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, **CsA n.1087/2019** sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

#### Dados do autor (a)

Nome Completo João Paulo Siqueira Carvalho

E-mail joao\_pscarvalho@hotmail.com

#### Dados do trabalho

Título Planejamento Econômico durante a Ditadura militar e seus desdobramentos sobre a Economia Goiana.

Dissertação

Curso/Programa Territórios e Expressões culturais no Cerrado.

Concorda com a liberação documento?

SIM

NÃO

Obs: Período de embargo é de um ano a partir da data de defesa

Anápolis 11/12/2020  
Local Data

João Paulo S. Carvalho  
Assinatura do autor / autora

Jeuser Lopes Reis  
Assinatura do orientador / orientadora



Ficha catalográfica

C331p Carvalho, João Paulo Siqueira.  
Planejamento econômico durante a ditadura militar e seus desdobramentos sobre a economia goiana [manuscrito] / João Paulo Siqueira Carvalho – 2020.  
101 f. : il.

Orientador : Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier.  
Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2020.

Inclui bibliografia.

1.Economia – Ditadura militar - Goiás(Estado) .  
2.Economia - Planos de desenvolvimento – Goiás(GO). 3. Modernização agrícola – Goiás(GO). 4.Dissertações – TECCER - UEG/UnuCSEH. I.Xavier, Glauber Lopes.. II.Título.  
CDU : 338:321.64(817.3)(043)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes  
Bibliotecária/UEG/UnuCSEH  
CRB1/2385



JOÃO PAULO SIQUEIRA CARVALHO

**PLANEJAMENTO ECONÔMICO DURANTE A DITADURA MILITAR E SEUS  
DESDOBRAMENTOS SOBRE A ECONOMIA GOIANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier  
(Presidente – PPG-TECCER/UEG)

---

Profa. Dra. Roseli Martins Tristão Maciel (Membro Interno – PPG-TECCER/UEG)

---

Prof. Dr. Marcelo Jose Moreira  
(Examinador externo – CSEH/UEG)

---

Profa. Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas Lima  
(Suplente interno – PPG-TECCER/UEG)

---

Profa. Dra. Veralúcia Pinheiro  
(Suplente externo – CSEH/UEG)



Aos meus pais: Castro e Walterlice.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Aos meus pais, Castro de Carvalho e Walterlice Pereira de Siqueira Carvalho, por todo o amparo e suporte.

A minha irmã e a meu cunhado, pela amizade e por aguentar tantas reclamações e queixas.

A minha sobrinha, que veio a abrilhantar minha vida.

A Jéssica Lemes, pela amizade e ajuda.

Ao meu amigo, Eudes e sua esposa Wizicléia.

Ao meu primo, Tobias de Pina Carvalho, pelo suporte e o acolhimento.

A minha noiva, Mylley Abigail Assunção Silva.

A Universidade Estadual de Goiás, a todo seu corpo docente, direção e ao administrativo.

A toda amizade criada e fortalecida durante o processo de aulas, atividades e convívio com os colegas e professores.

A minha orientadora, Dra. Dulce Portilho Maciel, por suas aulas, seu suporte, suas correções, seus incentivos e suas orientações em um sentido geral.

Ao professor Dr. Glauber Lopes Xavier, meu coorientador, pela amizade, por todas as discussões e apontamentos.

A todos os colegas e professores do programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, por todas discussões, que ajudaram positivamente na elaboração do trabalho.



## RESUMO

Os planos de desenvolvimento econômico, do período da Ditadura Militar (1964-1985), no Brasil, foram instrumentos fundamentais para a consolidação da indústria nacional, para as altas taxas de crescimento econômico e para o processo de integração produtiva dos estados da federação, incluindo o Estado de Goiás. Assim, a partir da análise dos programas de desenvolvimento do Governo Federal e do Governo Estadual, é possível especificar categoricamente as influências do primeiro sobre o segundo. Dessa forma, objetivou-se compreender os desdobramentos das políticas de planejamento durante a Ditadura Militar sobre a economia goiana e a influência nos programas governamentais do estado. Para tanto, foram discutidos o processo de constituição da Ditadura Militar, o modo como se deram os nexos entre a economia goiana e a economia nacional durante o período analisado e as influências dos programas de desenvolvimento federais sob os programas estaduais de Goiás. O método de pesquisa utilizado foi o materialismo histórico dialético. A metodologia adotada foi bibliográfica e documental. Com isso, verificou-se que os programas de desenvolvimento do Governo Federal lograram sucesso quanto à proposta e às metas estabelecidas, sendo que, dentro do contexto nacional, o Estado de Goiás dialogou com o cenário econômico nacional, através do processo de modernização agrícola, visando o aumento e a diversificação da produção em larga escala e o desenvolvimento de outras potencialidades estaduais, como a extração do minério. A cooperação do Governo do Estado de Goiás, com o Governo Federal, foi fator determinante para a consolidação de uma integração produtiva subordinada. O Estado de Goiás, principalmente a partir da década de 1970, obteve avanços consideráveis no setor produtivo, responsável por parte significativa da pauta de exportação nacional, cumprindo o papel de produtor agrícola e de minerais.

**Palavras-Chave:** Planos de Desenvolvimento. Ditadura Militar. Modernização Agrícola. Estado de Goiás.



## ABSTRACT

The economic development plans during the Military Dictatorship period (1964-1985), in Brazil, were fundamental instruments for consolidation of the national industry, for the high rates of economic growth and for the process of productive integration of the states of the federation, including the State of Goiás. Thus, from the analysis of the development programs of the Federal Government and the State Government, it is possible to specify categorically the influences of the first over the second. This way, the objective of this work was to comprehend the unfolding of planning policies during the Military Dictatorship on the economy of Goiás and its influence on state administration programs. For this purpose, we discussed about the process of constituting the Military Dictatorship, the way the links between the economy of Goiás and the national economy during the analyzed period were given and the influence of federal development programs under the state programs of Goiás. The research method used was the historical-dialectic materialism. The methodology adopted was bibliographic and documentary. With that, it was possible to verify that the development programs of the Federal Government had succeed in relation to the established purpose and goals, and, within the national context, the State of Goiás dialogued with the national economic scenario, through the process of agricultural modernization, seeking the increase and diversification of the large-scale production, and the development of other state potentialities, such as ore mining. The cooperation of the Government of the State of Goiás, with the Federal Government, was a determining factor for the consolidation of a subordinate productive integration. The state of Goiás, mainly from the 1970s, onwards, had considerable advances in the productive sector, responsible for a significant part of the national export agenda, fulfilling the role of agricultural and mineral producers.

**Keywords:** Development Plans. Military Dictatorship. Agricultural Modernization. State of Goiás.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção de recursos financeiros por hectares.....	91
--	----



### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
AGF	Aquisições do Governo Federal
AI-1	Ato Institucional 1
AI-12	Ato Institucional 12
AI-13	Ato Institucional 13
AI-14	Ato Institucional 14
AI-16	Ato Institucional 16
AI-2	Ato Institucional 2
AI-3	Ato Institucional 3
AI-4	Ato Institucional 4
AI-5	Ato Institucional 5
ALN	Aliança de Libertação Nacional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
CEXIM	Carteira de Exportação e Importação
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODI	Comando Operacional de Defesa Interna
CPIs	Comissões Parlamentares de Inquérito
DAIA	Distrito Agroindustrial de Anápolis
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOI	Destacamento de Operações Internas
DPF	Departamento de Polícia Federal
EGF	Empréstimos do Governo Federal



EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMGOPA	Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária
EPEA	Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada
ESG	Escola Superior de Guerra
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GEIA	Grupo Executivo da Indústria Automobilística
GEICON	Grupo Executivo de Construção Naval
GEIMAP	Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada
GEIMAQ	Grupo Executivo da Indústria de Bens de Capital
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRA	Instituto Brasileiro da Reforma Agrária
IIPND	II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES	Instituto de Planejamento Econômico e Social
IPMs	Inquéritos Polícias Militares
IPND	I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico
MB	Mauro Borges
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ORTN	Obrigação do Tesouro Nacional
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PAG	Plano de Ação de Governo
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro



PCI	Programa de Crédito Integrado
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento Econômico
PEM	Programa de Estabilização Monetária
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PIS	Programa de Integração Social
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	Serviço Nacional de Informação
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 INTERVENÇÃO DO ESTADO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	4
1.1 Crise dos Anos de 1960 .....	4
1.2 Golpe Militar .....	18
1.3 O PAEG .....	24
1.4 O PED.....	31
2 O CHAMADO “MILAGRE ECONÔMICO” .....	40
2.1 O Cenário Político do Início da Década de 1970 .....	43
2.2 Metas e Bases para a Ação de Governo.....	48
2.3 I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico .....	53
2.4 O Governo de Geisel e o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico .....	59
3 O GOLPE MILITAR EM GOIÁS: ANÁLISE DO PROGRAMA DE PLANEJAMENTO DO GOVERNO IRAPUAN COSTA JÚNIOR .....	69
3.1 As Particularidades do Golpe Militar em Goiás .....	72
3.2 A Economia Goiana nos Quadros da economia Nacional entre 1966 a 1974 .....	77
3.3 Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação de Governo do Estado de Goiás (1975-1979) .....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	95
REFERÊNCIAS .....	98
ANEXOS.....	101



## INTRODUÇÃO

O denominado desenvolvimento econômico, visualizado no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985), teve como instrumento o planejamento governamental, funcionando como mecanismo organizacional na condução da ação estatal. O planejamento governamental possibilita uma visão ampla da evolução econômica de determinada sociedade, estabelecendo metas e objetivos de modo a assegurar melhor eficiência.

Conforme Lafer, B. (1975, p.16-17) consiste:

em assegurar o equilíbrio entre os níveis de produção e a demanda de bens, dada a oferta de fatores de produção de forma a atingir certos objetivos básicos. Estes podem ser: alcançar determinadas taxas de crescimento do produto nacional bruto e do nível de emprego, manter o saldo do balanço de pagamentos, e o crescimento dos preços, dentro de limites fixados, alterar a distribuição de renda etc. Nem sempre são compatíveis entre si. Em certas circunstâncias, por exemplo, uma alta taxa de crescimento do produto só será viável com déficit no balanço de pagamentos ou com pequeno crescimento do emprego. Cabe ao planejamento: a) dar coerência aos objetivos; b) prever o crescimento da demanda caso esses objetivos sejam atingidos; c) assegurar o crescimento da produção em níveis compatíveis com a demanda, usando os recursos disponíveis com a máxima eficiência; d) assegurar o crescimento da oferta de fatores de produção.

O planejamento governamental, no Brasil durante o regime militar, contou com a implantação dos seguintes programas de desenvolvimento: Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG); Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED); I Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND) e; II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND). Esses programas evidenciaram o caráter intervencionista do Estado, o qual se responsabilizou pelas propostas e decisões de caráter econômico e social.

O estudo do período em tela requer, no entanto, um recuo temporal. A implantação do Plano de Metas durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961) foi o primeiro programa de desenvolvimento do Brasil que adotou uma estratégia de planejamento global e estruturou um modelo de crescimento econômico articulado ao processo de industrialização. O Plano de Metas propôs a transformação qualitativa do Estado Nacional e direcionou a economia nacional para a expansão capitalista de forma associada e dependente do capital estrangeiro.



Os programas de desenvolvimento beneficiaram ainda o processo de integração produtiva do Estado de Goiás. Dentre os instrumentos da ação governamental estabeleceu-se a ocupação econômica de todo o território brasileiro, utilizando da potencialidade de cada região, à vista disso, o Estado de Goiás se beneficiou dos programas e recursos de fontes públicas, tanto federais, quanto estaduais (BORGES, 2004b)

A dinâmica dos programas de desenvolvimento do Governo Federal foi utilizada pelos governos estaduais. O Estado de Goiás implantou o I Plano Governamental Econômico do Estado de Goiás durante o governo de Mauro Borges, visando a aceleração do processo de acumulação de capital, através da criação de infraestrutura para o desenvolvimento do setor agrícola. O Plano MB (Mauro Borges), como ficou popularmente conhecido, inaugurou o Planejamento Governamental em Goiás, estruturando a unidade pública e direcionando a formação de capital. A dinâmica dos programas de desenvolvimento foi seguida pelos governadores do Estado de Goiás durante a Ditadura Militar, foram estes, o Plano de Ação de Governo (PAG) de Otávio Lage; O Plano de Governo de Leonino Caiado; Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação de Governo de Irapuã Costa Junior; e o Plano de Ação de Governo de Ary Valadão.

Os programas de desenvolvimento do Estado de Goiás, em conformidade com o Governo Federal, visaram a modernização do setor agrícola, através da dotação de infraestrutura; de novos mecanismos de financiamento para a produção e; do incentivo à pesquisa agrícola. Com isso, constitui-se nova direção produtiva para o estado, centrada na produção em larga escala, na formação de latifúndios e no crédito agrícola.

Assim, este trabalho se orientou em compreender os desdobramentos das políticas dos programas de desenvolvimento durante a Ditadura Militar sobre a economia goiana, bem como suas influências sobre os programas estaduais de planejamento. Esta dissertação procurou analisar, ainda, como as políticas de planejamento no âmbito do governo federal promoveram um modelo de integração subordinada entre a economia goiana e a economia nacional, de modo a acentuar seu caráter produtor de bens primários. Nesta pesquisa, foram consideradas três questões: 1) discutir o processo de constituição da Ditadura Militar no Brasil; 2) investigar o modo como se deram os nexos entre a economia goiana e a economia nacional durante o período analisado; 3) sistematizar as influências que ocorreram dos programas de governo federais sob os programas estaduais do Estado de Goiás.



A metodologia de pesquisa utilizada foi revisão teórica e documental, utilizando-se de obras acadêmicas e documentos governamentais. O método de pesquisa adotado foi o materialismo histórico dialético. Este foi fundamentado por Karl Marx e Friedrich Engels a partir da dialética hegeliana, na qual estabelece bases materialistas. Marx e Engels negam o componente idealista do pensamento de Hegel, apresentando a dialética materialista que, por sua vez, permite compreender a evolução das coisas, através da destruição de antigas e criação de novas (KONDER 2008).

O trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro tratou dos antecedentes e do Golpe civil-militar de 1964; do processo de “legitimação” do Golpe mascarado de “revolução” e dos programas de governo do regime militar, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que influenciaram para o arranque do crescimento econômico visualizado o final da década de 1960 e início da década de 1970. No segundo capítulo, discutiu-se o cenário político do início da década de 1970, o cenário econômico nacional após a implantação dos primeiros programas PAEG e PED e investigou outros três programas de desenvolvimento, o Metas e Bases para a Ação de Governo, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND) e II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND). Analisou-se, também, o crescimento econômico vigente na época, as condições da classe trabalhadora e o processo de intervencionismo no território brasileiro. No terceiro capítulo tratou-se das particularidades do Golpe Militar no Estado de Goiás e da sua participação no cenário econômico nacional; buscou-se analisar as Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação de Governo, programa implantado durante o governo de Irapuã Costa Junior, procurando identificar as influências ditadas pelo Governo Federal, para, desse modo, investigar o modelo de integração subordinada entre o governo goiano e o governo nacional.



## 1 INTERVENÇÃO DO ESTADO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

O Estado Militarizado no Brasil teve início com o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 e terminou com a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985. Este foi, seguramente, um período sombrio da história recente da política brasileira (REIS, 2014).

A intervenção territorial, efetuada pelos militares, influenciou no processo de modernização dos meios de produção, tanto do setor industrial, quanto do setor agrário. Embora tal intervenção tenha permitido significativo crescimento, decorrente da acumulação de capital, não houve substancial modificação da estrutura social existente no período anterior ao golpe. Pode-se afirmar que houve um processo de centralização do capital no meio urbano, associado à concentração de terras no meio rural. Com efeito, os processos supracitados promoveram o acirramento dos conflitos sociais, bem como acentuaram a pobreza e a desigualdade (REIS, 2014).

### 1.1 Crise dos Anos de 1960

O período que se seguiu com o fim do mandato de Juscelino Kubistchek (1956-1961) e a implantação do Plano de Metas foi de crise econômica. Bastos (2014, p.5) elenca quatro problemas macroeconômicos: 1º) o *déficit* no balanço de pagamentos; 2º) a aceleração da inflação; 3º) o conflito distributivo e; 4º) o *déficit* governamental. Nos últimos anos do seu mandato foi constantemente discutida, principalmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), uma política econômica que pudesse respaldar a atribuição existente (BASTOS, 2014; LEOPOLDI, 2002).

O presidente JK considerou, em 1958, a possibilidade de um programa de estabilização econômica e iniciou sua implantação. O Programa de Estabilização Monetária<sup>1</sup> (PEM) foi elaborado por Roberto Campos e Lucas Lopes, seu objetivo consistiu em controlar os altos índices de inflação e a redução do *déficit* no balanço de pagamentos. Procurou atender as exigências do FMI, conhecido por suas políticas ortodoxas e impopulares aos países que seguiam suas exigências. Embora o FMI não ofertasse grandes fundos de financiamento, somente com sua aprovação o país teria

---

<sup>1</sup> Popularmente conhecido como programa de estabilização Lopes-Campos.



acesso aos principais órgãos competentes. Conforme salientado por Skidmore (1982, p.218):

O FMI desempenhava um papel vital, não devido aos fundos que liberava, pois êstes (*sic*) eram relativamente pequenos, mas sim ao fato de que sua aprovação constituía a pré-condição para novos auxílios dos principais credores, tais como os bancos particulares norte-americanos e europeus e o Governo (*sic*) dos Estados Unidos. O FMI, conhecido por defender o ‘tratamento de choque’ em relação à estabilização, insistiu em que se simplificassem os complicados regulamentos de câmbio (que incluíam subsídios substanciais à importação de trigo e gasolina) e que se fizesse um orçamento mais equilibrado.

Porém, devido ao alto custo político e às condições econômicas desfavoráveis, JK abandonou sua implantação em meados de 1959, e rompeu as negociações com o FMI. O programa atingia diversos setores sociais do país, sobretudo a classe trabalhadora, pois diminuía os subsídios para importação de trigo e gasolina, aumentando o preço de produtos como pão e a passagem de transportes coletivos, consumidos principalmente por esta classe (SKIDMORE, 1982; ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1992).

O Plano de Metas foi o primeiro programa de planejamento econômico brasileiro de maior envergadura. Foi diretamente influenciado por programas, análises e estudos anteriores, como a Comissão Mista Brasil- EUA, programa criado em dezembro de 1949, durante o governo do Presidente Dutra, o qual reuniu técnicos americanos e brasileiros para analisar a conjuntura econômica brasileira e promover estratégias de planos de desenvolvimento (LAFER, C., 1975).

Durante a elaboração e a implantação, o Plano de Metas contou com um método de “administração paralela”, esta funcionou como mecanismo de controle das “zonas de incertezas” de modo a garantir sua execução, manter a estrutura formal em funcionamento e dialogar com as instituições governamentais e o presidente. Conforme Lafer, C. (1975, p.41)

Foi precisamente o controle formal e real da zona de incerteza que garantiu a essa administração paralela as condições de seu efetivo funcionamento, pois as metas do plano, fundamentalmente, ou eram metas de infra-estrutura (*sic*) ou eram metas de substituição de importações. Em ambos os casos, a zona de incerteza era a oferta de



tecnologia e/ou a oferta de recursos financeiros controlada por esses órgãos de ponta da administração pública.

O Conselho do Desenvolvimento foi criado em 12 de fevereiro de 1956, através do Decreto-Lei nº 38.744<sup>2</sup> emitido pelo presidente. Foi o primeiro órgão central de planejamento no país, responsável pela citada “administração paralela”. Ocupou grande importância para o Plano de Metas. O Conselho do Desenvolvimento foi formado pelo ministro da casa civil e o ministro da casa militar, o presidente do Banco do Brasil e o presidente do BNDE. O secretário-geral escolhido foi Lucas Lopes, homem da confiança de Juscelino que também ocupou o cargo de Ministro da Fazenda<sup>3</sup>. Dividido em dois setores, o primeiro denominado Grupo de Trabalho, ficou responsável pela análise e estudos do plano; o segundo, Grupos Executivos, responsável pela implantação. Os Grupos Executivos foram encarregados de metas específicas e divididos em: Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA); Grupo Executivo de Construção Naval (GEICON); Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada (GEIMAP); e Grupo Executivo da Indústria de Bens de Capital (GEIMAQ) (LEOPOLDI, 2002; MACIEL e CARVALHO, 2014).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)<sup>4</sup>, criado em 20 de julho de 1952 através do Decreto-Lei nº 1.628 durante o Governo de Getúlio Vargas (1950-1954), foi um importante órgão para a dinâmica econômica nacional, ficou responsável pela captação de recursos internos e externos para o financiamento do setor de infraestrutura industrial, fator determinante para a implantação do plano. Foi presidido inicialmente por Lucas Lopes. O BNDE atuou durante o Plano de Metas em parceria com o Grupo Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico (LEOPOLDI, 2002).

A política do governo de JK compunha duas categorias de considerável importância, os recursos técnicos dirigidos para a execução das metas e as disponibilidades financeiras relacionadas com as políticas cambiais e de comércio exterior. As taxas de câmbio e a dinâmica do comércio exterior foram diretamente influenciadas pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), criada no final

---

<sup>2</sup> LEOPOLDI Maria Antonieta P. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica o governo JK (1956-60). IN.: GOMES, Angela de Castro. O Brasil de JK. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. P.113.

<sup>3</sup> Lucas Lopes do Partido Social Democrático (PSD) ocupou o cargo de Ministro da Fazenda entre 26 de junho de 1958 a 30 de maio de 1959. Foi afastado após um enfarte em Caxambu em 30 de maio de 1959.

<sup>4</sup> Atualmente BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).



do Estado Novo de Getúlio Vargas, pelo Decreto-Lei nº 7.293 em fevereiro de 1945 e constituiu a autoridade monetária brasileira do período. Foi responsável, durante os primeiros anos da década 1950, por intervenções que facilitaram a relação do país com o mercado estrangeiro, isto é, nas atividades de importações e exportações. A SUMOC amparou a execução do Plano de Metas, na relação com o mercado estrangeiro e foi determinante nas políticas de fomento da indústria. As divisas comerciais favoreceram a entrada do capital estrangeiro na economia nacional, para financiar a estrutura industrial demandada pelo governo e para o investimento direcionado ao mercado nacional (FARO; SILVA, 2002).

A Instrução nº70<sup>5</sup> da SUMOC reduziu a perda do setor de exportação cafeeiro, produto que representava cerca de 70% da produção agropecuária nacional e atribuiu categorias de taxa de câmbio próprias a cada produto. No caso das exportações, recebiam bônus pelo produto exportado, as importações eram taxadas com um ágio variável, que era reduzido para produtos fundamentais<sup>6</sup>. Desse modo, o governo satisfazia o setor agrário do país, em especial a produção do café que possuía maior dinâmica produtiva. Incentivou, também, as importações de equipamentos para os setores industriais nacionais e permitiu a entrada do capital estrangeiro, mediante o financiamento das empresas privadas e constituição das multinacionais no país (FARO; SILVA, 2002).

Em 1955, o Ministro da Fazenda do presidente Café Filho utilizou um novo mecanismo através da SUMOC, que beneficiou diretamente o governo de JK. A Instrução nº113 de janeiro de 1955, em termos gerais, autorizava a emissão de licenças para a importação de equipamentos industriais, desse modo, os equipamentos chegariam ao país sem nenhuma cobertura cambial. O que modificou a relação entre a burguesia nacional e o Estado. O capital estrangeiro foi incentivado pela ação governamental e contou com a burguesia industrial nacional como parceira menor dos complexos industriais (FARO; SILVA, 2002).

---

<sup>5</sup> Medida de 09 de outubro de 1953. Introduziu o sistema de taxas múltiplas de câmbio. Por meio dela foi modificado o método adotado entre 1946 e meados de 1947, sem controle de importações. Após 1947 o sistema de controle de importações passou a ser controlado pela CEXIM (Carteira de Exportação e Importação) do Banco do Brasil.

<sup>6</sup> Na aparência, as exportações saltavam a frente nos benefícios ofertados com a Instrução nº70. Porém, eram importações favorecidas na base real. O estado também lucrava com a política de câmbio, pelo que recebeu aumento na arrecadação por meio dos ágios utilizados para a manutenção dos preços do café.



Durante a organização do Plano de Metas, coordenado por Lucas Lopes, integrante da Comissão Mista Brasil-EUA, dentre as análises efetuadas, deu-se importância para cinco setores: energia, transportes, alimentação, indústria e educação. Tentou-se uma interdependência entre os setores, a fim de garantir maior dinâmica comercial ao processo (LEOPOLDI, 2002).

O plano em si se caracterizou como resultado de um planejamento global e não apenas setorial, conseqüentemente viabilizou impactos em escala econômica que, até então, não haviam sido sentidos no país. A preferência por não efetuar uma reforma administrativa, mas sim de trabalhar com órgãos paralelos ao governo, intensificou o cenário de incertezas. Como mencionado anteriormente, JK preferiu valer-se do crescimento econômico como forma de governo, o que trouxe como consequência uma instabilidade econômica causada pelo *déficit* no balanço de pagamentos e inflação, que viria a prejudicar os governos posteriores (LAFER, C., 1975; LEOPOLDI, 2002).

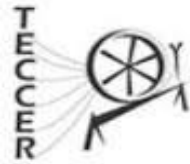
Para Faro e Silva (2002, p.102):

O clima de ‘ressaca’ política e econômica em que se viu imerso o país no início dos anos 1960 pôs em xeque convicções apressadamente estabelecidas, como a de que o Brasil desafiava a sabedoria econômica ao crescer a taxas expressivas ignorando a existência da inflação.

Porém, deve-se ressaltar que JK utilizou dessa instabilidade para garantir a implantação das metas estabelecidas nos primeiros anos de seu governo. Desse modo, poderia captar recursos financeiros suficientes para o plano e levar adiante a ambição de construir a nova capital no planalto central brasileiro: Brasília (FARO; SILVA, 2002).

O “*slogan*” adotado “cinquenta anos em cinco”, ao mesmo tempo que consolidou o prestígio político do presidente JK, constituiu um marco na história política brasileira, tendo permitido a conformação das bases estruturais necessárias para o estabelecimento de uma indústria moderna no país. Seu corolário foi o Plano de Metas, o qual obteve relativo êxito. Porém, isso se deu à custa dos trabalhadores. Mesmo com as correções salariais nominais de 58,3% em 1956; 57,9% em 1959 e; 60% em 1960, a taxa inflacionária pressionava o salário real para baixo, conseqüentemente, o trabalhador perdia poder de compra (FARO; SILVA, 2002).

Os preços de mercado subiram consideravelmente durante o governo, passando de 12,5% ao ano em 1956, para 30,5% em 1960. Cortes de subsídios para as



importações foram necessários, porém, impactaram nos preços de produtos como o trigo e a gasolina, aumentando o preço do pão e da passagem dos transportes coletivos. Tais medidas foram altamente prejudiciais às classes baixas do país, uma vez que essas eram as principais consumidoras (BASBAUM, 1968).

O governo de JK induziu um processo de industrialização calcado no modelo de substituição de importações, por meio do qual, acreditava-se, seria possível alcançar o desenvolvimento e a autossuficiência da acumulação de capital.

De acordo com Tavares (1978, p. 38-39):

O termo ‘substituição de importações’, adotado para designar o novo processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, é pouco feliz porque dá a impressão de que consiste em uma operação simples e limitada de retirar ou diminuir componentes da pauta de importações para substituí-los por produtos nacionais. Uma extensão deste critério simplista poderia levar a crer que o objetivo ‘natural’ seria eliminar todas as importações, isto é, alcançar a autarcia. Nada está tão longe da realidade, porém, quanto a esse *desideratum*. Em primeiro lugar, porque o processo de substituição não visa diminuir o *quantum* de importação global; essa diminuição, quando ocorre, é imposta pelas restrições do setor externo e não desejada. Dessas restrições (absolutas ou relativas) decorre a necessidade de produzir internamente alguns bens que antes se importavam. Por outro lado, no lugar desses bens substituídos aparecem outros e à medida que o processo avança isso acarreta um aumento da demanda derivada por importações (de produtos intermediários e bens de capital) que pode resultar numa maior dependência do exterior, em comparação com as primeiras fases do processo de substituição.

Esse método foi adotado por diversos países da América Latina e possibilitou, no caso brasileiro, o primeiro ciclo de consolidação da indústria nacional, pois permitiu a relação entre o capital estrangeiro, a burguesia nacional e o Estado, além de contar com a colaboração do setor agrário. Consoante Tavares (1978, p.98), são dois fatores vantajosos que poderiam justificar o desenvolvimento por meio do processo de “substituição de importações”:

A primeira, que o volume e composição das importações represente uma reserva de mercado suficiente para justificar a implantação de uma série de indústrias substitutivas. A segunda, que o sistema econômico já possua um grau de diversificação da sua capacidade produtiva capaz de dar uma resposta adequada ao impulso surgido do estrangulamento externo. No caso brasileiro, ambas as condições eram relativamente vantajosas, o que faz desaparecer qualquer hipótese desfavorável, por esse lado, em relação aos demais países da região.

Nesse sentido, o processo de “substituição de importações” no Brasil gerou resultados positivos para os interesses do governo de JK, de implantar uma política de crescimento através da consolidação do parque industrial automobilístico, para as multinacionais que se instalaram no país, incentivadas pelas políticas governamentais, de incentivo ao a entrada do capital estrangeiro, e as empresas nacionais, que serviram como parceiras menores das multinacionais. Em contrapartida, outros setores foram prejudicados em decorrência do crescimento econômico logrado durante o Governo JK que teve como correlato o endividamento externo e a superexploração<sup>7</sup> da classe trabalhadora (MARINI, 2014).

A dinâmica de crescimento do período de JK, para Tavares (1978, p.103), gerou desequilíbrio em escala setorial, regional e social. O primeiro corresponde à dinâmica produtiva. O setor de maior crescimento foi o industrial, sobretudo a produção do setor secundário, já o setor terciário se beneficiou de investimentos em áreas como infraestrutura, porém de forma moderada. O setor agrícola não sofreu grandes transformações, permaneceu com sua estrutura inalterada, aumentando apenas as áreas cultivadas. O segundo corresponde ao desequilíbrio regional causado pela concentração da produção industrial no Centro-Sul do país. Visualizou-se nesse período a transferência de renda das regiões mais “atrasadas” ao centro dinâmico (sudeste brasileiro). Por fim, o desequilíbrio social, foi acentuado durante o período, em decorrência, dentre outros fatores, pelo aumento populacional nas cidades, o setor de maior crescimento, o industrial, não conseguiu absorver as massas de trabalhadores que se deslocavam do campo para a cidade, agravando os desníveis de renda. Some-se a isso, o fato de que os programas de educação e assistência social do governo eram insatisfatórios e conseqüentemente ineficaz em face da realidade da população.

Em síntese, JK optou pelo crescimento econômico, o que ocasionou a instabilidade econômica, e posteriormente política, resultando no *déficit* no balanço de pagamentos e da aceleração da inflação. A opção de não efetuar um programa de estabilização, com altos custos políticos, estava ligada a estratégica política de retornar como candidato nas eleições de 1965 (SKIDMORE, 1982).

---

<sup>7</sup> O termo Superexploração foi elaborado por Ruy Mauro Marini. Em síntese, trata-se da necessidade das economias dependentes em recorrer a instrumentos que proporcionem a progressão da taxa de exploração do trabalhador, em junção com as diferentes formas do capitalismo em elevar a taxa da mais-valia.



A disputa das eleições presidenciais de 1960 contou com três candidatos, Jânio Quadros, da União Democrática Nacional (UDN), Henrique Teixeira Lott, do Partido Social Democrático (PSD) e Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP). Jânio Quadros foi o candidato que mais esboçava a possibilidade de ganhar o pleito. Advogado, professor e governador de São Paulo, amparou-se em seu carisma político para a disputa presidencial, baseando sua campanha no símbolo de uma vassoura, prometendo eliminar a corrupção que era constantemente discutida durante o governo de JK (SKIDMORE, 1982).

Henrique Teixeira Lott, por sua vez, era um oficial da reserva condecorado marechal. Foi Ministro de Guerra durante o governo de transição do presidente Café Filho, sendo uma figura importantíssima para a posse do então presidente Juscelino Kubistchek, uma vez que impedira a consumação de um golpe de Estado orquestrado pelos militares. Porém, no trato político, se caracterizou como um indivíduo conservador e com pouquíssima popularidade. O terceiro candidato, Ademar de Barros, foi uma importante figura política do período, chegando a ser governador do Estado de São Paulo<sup>8</sup> (MARAM, 2002; SKIDMORE, 1982).

O presidente eleito foi Jânio Quadros com 48% dos votos, seguido de 28% do marechal Lott e 23% para Ademar de Barros. O vice-presidente eleito – a lei eleitoral permitia a votação em chapas diferentes – foi João Goulart. O que evidenciou a fragilidade política da UDN, que não conseguiu eleger seu vice-presidente, além de que o presidente eleito não era um aliado fiel ao partido (SKIDMORE, 1982).

Houve grandes expectativas para o governo de Jânio Quadros, almejavam-se ações do presidente eleito no setor econômico, sobretudo no combate ao *déficit* no balanço de pagamentos e a aceleração da inflação. Após a vitória eleitoral, Jânio Quadros manteve-se silencioso e viajou para fora do país, o que causou grande descontentamento dentro do partido. Todos aguardavam seu plano de governo, esperando uma política que pudesse combater os desequilíbrios econômicos (SKIDMORE, 1982).

Chegando ao poder, optou por não utilizar uma política extrapartidária. A escolha de seus ministros contou com alguns integrantes do seu partido, da UDN, e de líderes de partidos menores. Tratou-se de um presidente contrário à estrutura política existente, isto é, não utilizou do controle partidário para a formação de seu governo.

---

<sup>8</sup> Foi Governador do Estado de São Paulo por dois mandatos, entre 1947 a 1951; e 1963 a 1966.



Seus ministros não passavam de secretários particulares, deixando clara a intenção do presidente em governar sozinho. Em seu discurso de posse enfatizou o que foi dito em sua campanha eleitoral, destacando os problemas econômicos nacionais, tais como a ineficiência governamental, atacando diretamente o governo de JK e ao desequilíbrio financeiro, principalmente as altas taxas de inflação e a dívida externa (SKIDMORE, 1982).

O presidente em questão elaborou um plano de estabilização econômica no início de seu governo. O plano se concentrou em regular o esquema cambial, através da Instrução 204 da SUMOC, extinguindo inclusive a Instrução 113. Tal medida provocou desvalorização da moeda interna (o cruzeiro), beneficiou o setor de exportação, ao mesmo tempo em que reduziu os subsídios para importação de produtos essenciais, como o petróleo e o trigo. Novamente a classe trabalhadora foi a prejudicada, os produtos representavam parte importante de seu consumo, os transportes públicos e o preço do pão (MARINI, 2014).

A política cambial agiu em duas frentes principais: desafogar o setor externo e permitir uma “racionalização” da economia nacional. Segundo Marini (2014, p.92-93):

Abrindo perspectivas para superar a grave crise vivenciada pelo mesmo e ampliando simultaneamente os recursos do Estado para atender aos compromissos da dívida externa – e permitir, através de um maior liberalismo econômico, que a economia interna marchasse para uma ‘racionalização’, isto é, que os setores considerados antieconômicos ou ainda incapazes de enfrentar a concorrência fossem eliminados. Simultaneamente, o governo tratou de aliviar o setor externo em duas outras direções: primeiro, negociando a recomposição da dívida externa, enquanto tramitava a obtenção de novos créditos nos Estados Unidos, na Europa e, um pouco mais tarde, também nos países socialistas; segundo, propondo a reformulação do comércio exterior, com o objetivo de ampliar o mercado para as exportações tradicionais, mas também de diversificar as exportações, com a inclusão de produtos manufaturados.

O plano de governo contribuiu na aprovação do FMI, influenciando nas negociações da dívida externa, facilitando a obtenção de empréstimos, cerca de 2 bilhões de dólares. Porém, o que o governo propunha era um programa que acarretaria em uma grande restrição financeira, com a proposta de um novo desenvolvimento futuro. Mesmo se tratando de um programa impopular, que geraria desgaste político em todo o cenário nacional, o presidente acreditava que poderia correr esse risco no início



de seu mandato, amparando-se ainda na euforia proveniente das eleições e na sua figura pública (SKIDMORE, 1982).

No entanto, o plano causou insatisfação em diferentes setores políticos do país. Desde empresários locais, até aos trabalhadores e consumidores, que viam como desnecessário o sacrifício econômico proveniente do programa de estabilização. Jânio Quadros amparou-se apenas em sua força pessoal, não se preocupando em formar uma base política que pudesse respaldar-se quando necessário, mostrou-se indiferente aos sindicatos dos trabalhadores, ou por qualquer organização política. Dentro de seu plano de estabilização, contava com o fim dos subsídios de bens essenciais de importação, aumentando o custo de vida, porém o presidente não estava sugestivo ao aumento proporcional do salário (SKIDMORE, 1982).

Na política externa, Jânio Quadros apresentou uma nova dinâmica, se mostrou simpático à revolução cubana, argumentando que o povo cubano tinha direito de se autodeterminar. Entre as eleições e a posse, o presidente viajou vários países, inclusive a Cuba. Condecorou Che Guevara, além de iniciar as negociações com a União Soviética, que haviam sido interrompidos desde 1947. Enviou o vice-presidente João Goulart para uma missão na China e elaborou uma nova relação com a América Latina. Na questão econômica, procurou manter relações com os Estados Unidos, a Europa e os países socialistas, em uma tentativa de amenizar a crise nacional e diversificar a relação do mercado (MARINI, 2014).

A política externa, embora tenha sido a parte mais espetacular do governo de Jânio Quadros, gerou uma irritação por parte dos conservadores, inclusive do seu partido, a UDN. Carlos Lacerda, jornalista e governador da Guanabara (atual Rio de Janeiro), era o líder da UDN. Assim como ocorreu durante o governo de Vargas e JK, Lacerda ao perceber que não poderia controlar o presidente partiu para a ofensiva. Atacou-o em rádios e jornais, acusando sua política externa e sua aproximação com os países socialistas, tentou baixar popularidade presidencial com a classe média e os militares (MARINI, 2014).

Jânio Quadros optou pela renúncia em 25 de agosto de 1961, que foi prontamente aprovada pelo Congresso, com isso, o sistema político entrou em colapso. João Goulart se encontrava na China em missão diplomática da política externa de Jânio Quadros. A classe política conservadora, principalmente originada da UDN e os militares, passou a exercer pressão para que João Goulart não assumisse a presidência,



contrariando a Constituição Federal de 1946, pois temia-se que, caso ele assumisse, a segurança da nação estava ameaçada com a possibilidade de uma revolução comunista (SKIDMORE, 1982).

Consoante constava na Constituição, o presidente da Câmara de Deputados assumiu a presidência, Ranieri Mazzilli. O Ministro de Guerra, Ministro da Aeronáutica e o Ministro da Marinha, nos dias que se seguiram à renúncia, declararam estado de sítio (MARINI, 2014; SKIDMORE, 1982).

A proximidade de João Goulart com a esquerda e os sindicatos amedrontava parte dos militares e os líderes da UDN temiam a possibilidade de se instalar no país uma revolução comunista. Articulou-se um golpe, tal qual ocorreu em 1955 com JK, porém, não havia unanimidade entre os militares e o Congresso, de modo a impedir a posse de João Goulart (SKIDMORE, 1982).

Um dos pontos fundamentais para a posse de João Goulart foi à atuação política do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, um dos indivíduos mais aguerridos da esquerda nacional. João Goulart entrou no país pelo Rio Grande do Sul, no entanto, assumiu a presidência com poderes limitados, assim, o sistema passou do presidencialismo para o parlamentarismo, o desfecho encontrado para o consentimento da classe política conservadora e os defensores da posse do vice-presidente. De acordo com (2014, p.96) “Tratava-se, evidentemente, de uma trégua. Prontamente, Goulart deixou claro que não aceitaria a situação iniciando uma campanha cada vez mais violenta de desmoralização do parlamentarismo”.

João Goulart instaurou uma política de conciliação entre a classe operária e a burguesia. Amparou-se principalmente nas organizações de esquerda para refutar o parlamentarismo, forçando o Congresso a antecipar o plebiscito que retornaria o sistema político brasileiro para o presidencialismo. O cenário econômico e político beneficiou inicialmente a estratégia do presidente, que pontuou que não poderia implantar um plano de governo que pudesse combater o aumento acelerado da inflação, os *déficits* no balanço de pagamentos e a queda dos investimentos privados e públicos no setor industrial, estando submetido ao parlamentarismo (MARINI, 2014).

No dia 06 de janeiro de 1963 foi efetuado o plebiscito, contando com uma maioria esmagadora a favor do presidencialismo. João Goulart já havia meses atrás encomendado um plano de governo, que ficou conhecido como Plano Trienal, elaborado por San Tiago Dantas e Celso Furtado, um renomado economista responsável pela



criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) durante o governo de JK (SKIDMORE, 1982).

O Plano Trienal procurou trabalhar em diversas frentes: administrativa, bancária, fiscal e agrária. Pretendia-se, com ele, combater as altas taxas de inflação, a queda dos investimentos industriais e o crescimento em longo prazo. Assim, conforme Brasil (1962, p.9):

Os investimentos planejados para o conjunto da economia, durante o próximo triênio, situam-se em torno (*sic*) de 3,5 trilhões de cruzeiros, aos preços de 1962, devendo permitir que o Produto cresça à taxa anual de 7 por cento, com elevação da renda *per capita* de 323 dólares, em 1962, para 363, em 1965. Durante esse (*sic*) período, a produção agrícola deverá aumentar em mais de 18 por cento, o que permitirá um crescimento anual *per capita* da oferta de alimentos de 2,6 por cento, correspondente a uma elasticidade renda de 0,66. O crescimento da produção industrial previsto é de algo mais de 37 por cento, ou seja, cerca (*sic*) de 11 por cento anuais. As modificações estruturais dentro do setor industrial continuarão com intensidade, aumentando a participação dos bens intermediários e, principalmente, dos equipamentos. Ao término do período, a indústria do país estará contribuindo com mais de 70 por cento dos bens de capital de que necessita a economia nacional para manter sua elevada taxa de crescimento. A produção de aço em lingotes aumentará de cerca (*sic*) de 2,7 milhões de toneladas em 1962, para 4,3 milhões em 1965. A de tratores subirá de 8 mil para 18 mil unidades. A de automóveis e caminhões de 190 mil para 270 mil. A capacidade instalada geradora de energia elétrica crescerá de 4.751.000 kw, em 1961, para 7.432.000 kw, em 1965.

Em resumo, conforme salientado acima, o programa procurou agir em diversas frentes da economia nacional, buscando o desenvolvimento econômico brasileiro, aumentando tanto a capacidade de infraestrutura, como a de energia, e em pontos fundamentais, como o setor agrário. Porém, o programa dependia fundamentalmente do controle da inflação (ABREU, 1992).

A política de contenção da inflação consistiu em quatro medidas: elevação da carga fiscal; redução do dispêndio público programado; captação de recursos do setor privado no mercado de capitais e; mobilização de recursos monetários. Para se efetuar tais medidas seria necessário uma cooperação entre a política fiscal, monetária, cambial e salarial, o que foi dificultado por não existir um Banco Central<sup>9</sup>. Seria necessária a

---

<sup>9</sup> As funções eram efetuadas pela SUMOC.



“reforma” bancária e administrativa para facilitar a execução das medidas (BRASIL, 1962).

O Plano Trienal de Dantas-Furtado se caracterizou, assim como o programa anti-inflacionário de Jânio Quadros, como impopular, uma vez que sacrificava a classe trabalhadora pelo aumento do custo de vida. O fracasso ocorreu ainda em 1963. Não condicionou a redução da inflação e o combate ao *déficit* do balanço de pagamentos. Marini (2014, p.90) assinala que:

O fracasso do Plano Trienal, ainda em 1963, não se deveu em última instância ao fato de que se tratava de uma programação falha, mas à própria contradição que se encontrava na base do governo de Goulart. Nascido de um movimento popular que se iniciou em agosto de 1961 e culminou com o plebiscito de 1963, esse governo tinha como missão, do ponto de vista da burguesia, restabelecer as condições necessárias à rentabilidade dos investimentos – isto é, deter a tendência à queda acusada pela taxa de lucros.

O início de 1960, juntamente com as contradições ocorridas no período, tal como a renúncia de Jânio Quadros e a turbulência para que João Goulart assumisse, influenciaram para a radicalização dentro do cenário político. Os políticos de esquerda e direita passaram a se organizar em frentes e instituições, de modo que, dificultou uma política de conciliação dentro do governo no final de 1963 (SKIDMORE, 1982).

Foram criadas e fortalecidas instituições como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), uma importante força sindical, contrário a legislação criada por Vargas<sup>10</sup> no Estado Novo, procurou modificar a luta dos sindicatos dos trabalhadores, que até então era submetida ao Estado. A União Nacional dos Estudantes (UNE) organização estudantil que demonstrou maciço apoio a João Goulart; a Organização dos Sargentos; além dos partidos políticos, que passaram a atuar dentro do cenário político nacional (MARINI, 2014).

A oposição, por sua vez, criou: o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPES), criado em 1961 por empresários paulistas após a renúncia de Jânio Quadros, com o intuito de dismantelar o governo de João Goulart. Este foi uma instituição que em tese seria apartidária, com objetivos de formular estudos acerca da economia

---

<sup>10</sup> A legislação criada por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, conforme será discutida posteriormente, foi vastamente utilizada durante a gestão dos militares para controlar a força sindical e as greves. Uma vez que, conforme a legislação os sindicatos eram submetidos ao governo.



nacional, contou com a participação de civis em colaboração com militares; o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado em 1959, como uma organização anticomunista, foi responsável por financiamentos e estratégias de campanhas eleitorais, tanto no executivo estadual, quanto no legislativo. A intenção era desempenhar forte influência nas gestões estaduais e no Legislativo (SPOHR, 2011).

Com a retomada do presidencialismo, o governo de João Goulart não implantou um programa de governo satisfatório. Após a frustração com o Plano Trienal retomou o diálogo com a esquerda, de modo a manter sua força política. Diferentemente de Jânio Quadros, João Goulart montou uma base política, além de um aparato militar, porém, no transcorrer de seu governo, com as eventuais investidas da classe política conservadora e da mídia, em alarmar para a possibilidade de uma revolução comunista, ficou insustentável a João Goulart manter sua política de conciliação (SKIDMORE, 1982).

João Goulart, por fim, consentiu às investidas da esquerda, e declarou que executaria uma série de reformas de base, e dentre as principais estavam a bancária, fiscal, administrativa, urbana, universitária e a mais urgente, a Reforma Agrária, em aparatos gerais, o desenvolvimento econômico autônomo e a justiça social (MARINI, 2014; SKIDMORE, 1982).

João Goulart anunciou que realizaria discursos pelas principais cidades do país, o primeiro e único realizado no Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964 contou com cerca de 500 mil pessoas. Na oportunidade anunciou as reformas de base e assinou dois decretos, o primeiro nacionalizando as refinarias de petróleo, garantindo o monopólio estatal à Petrobrás e; o segundo, declarando que propriedades superiores a cem hectares localizadas próximas às margens das rodovias ou ferrovias federais estavam sujeitas a desapropriação. Ainda em seu discurso, João Goulart anunciou outras reformas que seriam promulgadas através de decretos<sup>11</sup>, a intenção era de utilizar dos poderes presidenciais e caso houvesse oposição do Congresso, submeteria ao crivo da população por meio de plebiscitos (SKIDMORE, 1982).

Esta nova prática política chocou a classe conservadora e os militares. Diversas manifestações contra o governo se iniciaram, a primeira em Belo Horizonte, partindo para Brasília. Os militares, apoiados pelos partidos da UDN e parte do PSD, começaram a articular o golpe.

---

<sup>11</sup> O controle de aluguéis, o voto para os analfabetos, a reforma tributária.



## 1.2 Golpe Militar

Os grupos políticos conservadores, representado principalmente pelo partido da UDN, juntamente com os militares e a classe média temiam a possibilidade de uma revolução comunista liderada por João Goulart. O espectro do comunismo pairava no debate político do período. Os conservadores se alinharam, almejavam a retirada do presidente do poder e as inquietações provenientes dos comícios – primeiro e único realizado em 13 de março de 1964 – apenas intensificou o debate político. Embora ambos os grupos (direita e esquerda) argumentassem da preocupação de proteger a Democracia, suas ações não indicavam tal intenção (SKIDMORE, 1988).

Porém, no momento em que João Goulart optou por efetuar os comícios e assinar os decretos, buscando as reformas de base, acabou por se voltar para a esquerda, e esta se mostrou desorganizada. Skidmore (1988, p.41-42) diz que:

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), da linha de Moscou, com sua amarga experiência dos tempos do Estado Novo (1937-45), aconselhava cautela. Já o Partido Comunista do Brasil (PC do B), da linha de Pequim, pedia medidas radicais, mas o número dos militantes era pequeno. Duas figuras políticas nacionais também pediam ações radicais: o governador Miguel Arraes, de Pernambuco, que defendia uma política direta, embora paciente, de redistribuição drástica de renda e da riqueza, especialmente da terra; e Leonel Brizola, cunhado de Goulart e deputado federal pelo PTB da Guanabara, eleito em 1962 com uma votação recorde.

A esquerda no período era dividida pelo PCB, mantinha uma política mais conciliatória e aconselhava cautela ao governo de João Goulart; o PC do B aguardava atitudes mais drásticas e radicais, porém, não possuía um grupo significativo. A CGT e Organização dos Sindicatos Urbanos mantiveram o apoio ao presidente. Já o Deputado Federal de Guanabara, Leonel Brizola, durante todo o período, se mostrou como uma das principais figuras da esquerda. Sua atuação foi crucial para que João Goulart assumisse a presidência após a renúncia de Jânio Quadros<sup>12</sup>. Leonel Brizola passou a adotar uma posição mais direcionada às práticas radicais no decurso do mandato de

---

<sup>12</sup> Foi uma articulação bem-sucedida, efetuada pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e o Terceiro Exército, sediado também no Rio Grande do Sul, comandado pelo General Machado Lopes. Graças a articulação de ambos, João Goulart pode entrar no país pelo Rio Grande do Sul e assim assumir a presidência em um sistema parlamentarista.



João Goulart, pressionando o governo para a implantação das reformas de base (SKIDMORE, 1988).

Durante todo do governo de João Goulart, desde o período da posse, até ao plebiscito, que devolveu os poderes presidenciais, Leonel Brizola se revelou um notável articulador político, participando de várias organizações, como a Frente Popular Nacionalista – instituição para toda a esquerda nacional; Frente de Mobilização Popular – foi uma organização também encabeçada por Brizola, integrava uma grande variedade de participantes, almejavam influenciar João Goulart na implantação das reformas de base (FERREIRA, 2004).

A oposição contava com a participação de instituições como o IPES e IBAD, coalizações independentes entre si, com participação de civis (principalmente empresários) e militares. Foram instituições importantes para o processo de oposição e a gestação do golpe (SPOHR, 2011).

O Golpe Militar ocorreu no dia 1º de abril de 1964. A revolta partiu de Minas Gerais – com parte integrante do Primeiro Exército – liderados pelo General Mourão Filho. Aguardou-se o enfretamento com o Segundo Exército sediado no Rio de Janeiro e a posição do Primeiro Exército sediado em São Paulo<sup>13</sup>. João Goulart se encontrava no Rio de Janeiro no momento em que soube da ação dos golpistas. Viajou diretamente para a Brasília, verificou a gravidade da situação, sem apoio militar partiu para o Rio Grande do Sul. Leonel Brizola organizou uma resistência contra os golpistas, porém, João Goulart preferiu evitar qualquer resistência contra os militares e em seguida se exilou no Uruguai

Alves (1984, p.52) discorre que:

Na manhã de 2 de abril de 1964, uma sessão extraordinária do Congresso Nacional Brasileiro foi realizada para declarar vaga a presidência da República. Até que um novo presidente pudesse ser eleito, o presidente da Câmara de Deputados assumiria o cargo. Na realidade, o Deputado Ranieri Mazzilli funcionava como teste de ferro, estando o poder *de facto (sic)* nas mãos do Alto Comando da Revolução, integrado pelo General Arthur da Costa e Silva, o Almirante Augusto Rademaker e o Brigadeiro Correia de Mello. O Alto Comando da Revolução deu a público uma séria de declarações anunciando o programa do novo governo. A Junta Militar prometia ‘restaurar a legalidade’, reforçar as ‘instituições democráticas ameaçadas’ e restabelecer a ‘composição federativa da nação’, rompendo o poder

---

<sup>13</sup> Ver SKIDMORE, Thomas. De Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.363-364.



excessivamente centralizado do governo federal e devolvendo poderes aos Estados. Prometia, sobretudo, ‘eliminar o perigo da subversão e do comunismo’, e punir os que, no governo, haviam enriquecido pela corrupção.

O Golpe se instaurou de forma “pacífica”, a questão para os vitoriosos seria o que viria a seguir. Os apoiadores do Golpe tinham interesses dos mais variados. Integrantes do setor político aguardavam uma medida que retirasse do jogo democrático a oposição política. Foi o caso de Carlos Lacerda, por exemplo, governador da Guanabara, desejava a presidência da República para as eleições de 1965. Os militares de “linha-dura”, por sua vez, pretendiam a permanência no poder, não consideraram devolver a sociedade civil, planejavam governar e modificar a estrutura política e econômica, uma “revolução” de fato (ALVES, 1984).

A influência dos Estados Unidos no Golpe civil-militar é apontada pela esquerda no período, principalmente pelos organismos da mídia. Skidmore (1982, p.391-392) aponta a progressiva pressão exercida pelo governo norte americano ao governo de João Goulart para implantar um programa anti-inflacionário; a atuação de órgãos como o IBAD, instrumento utilizado para o financiamento de campanhas eleitorais e interferência na política nacional e; a suspensão de assistência financeira ao Brasil em meados de 1963. Porém, de acordo com Marini (2014, p.105):

A análise dos fatos mostra claramente que aqueles que veem o atual regime militar no Brasil como o resultado de uma ação externa estão equivocados. A tentativa fracassada de 1961 expressou claramente que uma intervenção militar só poderia ter êxito se: a) correspondesse a uma situação objetiva da crise da sociedade brasileira; e b) estivesse inserida no jogo das forças políticas em conflito. O respaldo que os militares receberam da pequena-burguesia – expresso na ‘Marcha da Família’, que reuniu, no dia 2 de abril de 1964, um milhão de manifestantes no Rio – é um sinal evidente de que a ação das forças armadas correspondia a uma realidade social objetivo. Outra confirmação é a adesão unânime das classes dominantes.

O que ficou evidente foi o apoio do governo dos Estados Unidos ao Golpe consolidado. Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, se posicionou a favor dos militares, argumentou sobre a preocupação de uma revolução socialista liderada por João Goulart, descreveu o golpe como um presente ao povo brasileiro, abrindo a possibilidade para novo crescimento econômico liderado pelos militares.

Skidmore (1982, p.392) aponta que:

E quanto ao papel norte-americano na época da própria revolta militar? Foi o governo (*sic*) dos Estados Unidos um patrocinador direto dos rebeldes militares, como tinha sido na Guatemala, em 1954, ou na Baía dos Porcos, em 1961? A resposta é, sem dúvida, negativa. Não existe prova para apoiar a alegação de que os conspiradores militares teriam sido subsidiados ou dirigidos pelo governo (*sic*) dos Estados Unidos. Em princípio, a intervenção dos militares brasileiros em 1964 em nada diferiu das anteriores de 1955, 1954 e 1945.

Nesse sentido, o processo civil-militar, que desembocou o golpe de 1964, ocorreu mediante as contradições políticas nacionais: de uma oposição que temia o risco de perder seus privilégios em detrimento de uma agenda reformista que beneficiaria a classe trabalhadora; da possibilidade de uma revolução comunista; de um governo incapaz de combater a crise econômica, decorrente da queda do investimento público e privado; do baixo crescimento econômico; do *déficit* no balanço de pagamentos e; do crescimento acelerado da inflação. O golpe civil-militar se consolidou de forma “pacífica”, o passo seguinte para os militares foi o processo de legitimação, uma vez que postularam se tratar de um ato “revolucionário” em defesa da democracia e da nação (BARROS, 2007; SKIDMORE, 1988).

O processo de “legitimação” da Ditadura Militar trouxe preocupação durante todo o período. O Alto Comando, encabeçado pelos generais das três forças militares, apresentou seu novo programa de governo, que se resumiria em “reestruturar o processo democrático”, eliminando o perigo do comunismo e da corrupção, colocando o país novamente no caminho do desenvolvimento econômico. Porém, a instauração da ditadura contribuiu para o desmantelamento da democracia nacional, pautando tanto a agenda econômica, quanto a política, aos interesses capitalistas (ALVES, 1984).

O primeiro passo foi a promulgação do Ato Institucional N°1 ou AI-1, redigido secretamente e promulgado oito dias após o golpe. Foi assinado pelos três integrantes do Alto Comando e trouxe a ideia de institucionalização do Regime Militar. O objetivo inicial foi expurgar os integrantes do governo de João Goulart, os simpatizantes e todos aqueles contrários ao Golpe (ALVES, 1984).

As medidas do AI-1 transferiam a maior parte do poder do Legislativo para o Executivo. Possuiu também as primeiras medidas repressivas, como a suspensão de direitos individuais de toda sociedade, inclusive do Legislativo, abrindo caminho para a “operação limpeza”.



Alves (1985, p.54-55) ressalta que:

O Ato Institucional continha outras medidas de controle do judiciário e suspensão dos direitos individuais, destinadas a abrir caminho para a ‘operação limpeza’. O artigo 7º suspendia por seis meses as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade. Desse modo, o Estado, mediante ‘investigação sumária’ e no período estabelecido pelo artigo, podia demitir, dispensar, pôr em disponibilidade, aposentar, transferir para a reserva ou reformar burocratas civis ou pessoal militar... O artigo 8º estabelecia que inquéritos e processos seriam instaurados ‘visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de Atos de guerra revolucionária’. Tais inquéritos aplicavam-se a casos individuais ou a ações coletivas. Este artigo lançou as bases dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs) que atingiram milhares de pessoas. Ao contrário do Artigo 7º, no entanto, este não suprimia a apreciação judicial da substância dos casos, permitindo com isso que o judiciário desempenhasse um importante papel liberalizador neste período. Finalmente, o artigo 10º autorizava a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por período de dez anos. A suspensão dos direitos políticos eliminava o direito de voto, de candidatura eleitoral e de participação em atividades político-partidárias. O Ato continha uma lista daqueles que imediatamente perderiam seus mandatos eleitorais e teriam suspensos seus direitos políticos. O nome do Ex-Presidente João Goulart encabeça a lista, seguido por 40 membros do Congresso Nacional. Outras 100 pessoas mencionadas perdiam seus direitos políticos por dez anos.

Os alvos iniciais foram indivíduos que participaram do governo de João Goulart. Conforme Skidmore (1988, p.60), o presidente deposto encabeçava a lista, juntamente com Leonel Brizola e outros 440 brasileiros – líderes de sindicatos, parlamentares federais (55 membros), diplomatas, funcionários públicos, incluindo seis governadores de estado e três ex-presidentes. O principal partido atingido com as cassações foi o PSD e o PTB, que ocupavam respectivamente o maior número de parlamentares.

Juntamente com os atos repressivos, o AI-1 modificou a cláusula da Constituição de 1946 que impedia que oficiais das forças armadas tivessem cargos eletivos. O primeiro presidente indicado para ocupar o cargo foi o General Castelo Branco e, segundo Reis (2014, p.54), sintetizava a heterogeneidade desejada pelos apoiadores do golpe. Castelo Branco foi conhecido como um “oficial cauteloso e introspectivo”<sup>14</sup>, participou da Escola Superior de Guerra (ESG) e integrou a expedição militar durante a Segunda Guerra Mundial na Itália juntamente com o exército norte americano. Após as

---

<sup>14</sup> Skidmore (1988, p.51).



cassações efetuadas no Congresso Federal, Castelo Branco foi eleito com 361 votos, três contras e 72 abstenções (REIS, 2014; SKIDMORE, 1988).

Castelo Branco foi empossado no dia 15 de abril de 1964. O vice-presidente escolhido para compor o governo foi José Maria Alkmin do PSD de Minas Gerais. A estrutura do governo foi basicamente composta por militares e indivíduos ligados ao setor empresarial, tais como representantes do IPES e IBAD.

Para Dreifuss (1981, p.419) “Depois de abril de 1964 as posições de poder foram ocupadas por um grande número de Ipesianos e Ibadianos e por pessoas que as apoiavam, e que haviam participado da campanha para depor João Goulart e para conter a esquerda e o trabalhismo.”

Os dois Ministérios, de maior importância, que determinavam os rumos econômicos, foram ocupados por Octávio Gouveia de Bulhões no Ministério da Fazenda e Roberto Campos no Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica. Juntos formularam o programa de governo para o triênio de 1964-1967, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) (SKDIMORE, 1988).

As perseguições se mantiveram após a posse de Castelo Branco. Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), embora estivessem previstos no AI-1, foram promulgados pelo Decreto-Lei N° 53.897 27 de abril de 1964.

Para Alves (1985, p.56-57):

Os inquéritos policial-militares deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos em atividades ‘subversivas’. Os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do ‘inimigo interno’, como primeiro passo. Uma vez concluído um inquérito, o alegado envolvimento fatural da pessoa ou das pessoas acusadas era examinado pelo chefe do departamento a que estavam vinculadas. A decisão final pela punição cabia ao presidente, aos governadores de Estados ou aos prefeitos. Uma vez decidida, um decreto estabelecendo a forma específica de punição deveria ser publicado no *Diário Oficial da União* ou nos diários oficiais dos Estados ou municipalidades. Os IPMs tornaram-se uma fonte de poder *de facto (sic)* para o grupo de coronéis designados para chefiar ou coordenar investigações.



Os IPMs não possuíam nenhum fundamento jurídico, em alguns casos a simples acusação do indivíduo, ou dos indivíduos, era suficiente para comprovar participação em atividades subversivas ou de oposição (ALVES, 1985).

As principais organizações políticas ou sociais que auxiliaram o governo de João Goulart foram submetidas aos IPMs. O CGT foi extinto, assim como a UNE. Seus membros e líderes foram submetidos aos inquéritos, em alguns casos presos e torturados, outros optaram pela fuga, passando a viver na clandestinidade. Todas as universidades passaram por um “pente-fino”, com prisões de professores e alunos que participavam de organizações políticas (SKIDMORE, 1988).

O programa da “operação limpeza”, termo utilizado pelos militares na condução dos atos de repressão, consistiu na ativação de diversas medidas repressivas implantadas pelo regime militar, para a progressão da estratégia econômica, política e militar. Esse programa foi conduzido inicialmente pela Junta Militar e amadurecido durante o mandato de Castelo Branco. Foi crucial para a consolidação de um Estado repressivo, intervindo diretamente na condução do processo político e econômico (ALVES, 1984).

O regime militar ainda contou com a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), através do Decreto Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964. Em tese, tinha o intuito de aparelhar o Executivo Federal com informações pertinentes para a segurança nacional, sobretudo contra a atuação de subversivos e era um organismo institucional independente, apenas submetido ao Presidente. Castelo Branco afirmou não se tratar de uma organização de espionagem, porém, isso não foi visualizado no decorrer de seu funcionamento. O SNI serviu como método de espionagem de todos os cidadãos e dos órgãos públicos. Conforme Alves (1984, p.74) “Lançou as bases do imenso Aparato Repressivo que se desenvolveria com o tempo.”. O programa de planejamento econômico, implantado pelo Estado, conforme será discutido posteriormente, se beneficiou da nova estrutura governamental repressiva, principalmente no combate à inflação e ao *déficit* público.

### **1.3 O PAEG**

O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi elaborado por Roberto Campos e Gouveia Bulhões para o triênio de 1964-1967 e apresentado em novembro de 1964. A proposta consistiu na recuperação econômica do país e representou a tradução



do projeto de governo que seria implantado pelos militares (RESENDE, 1992; REIS, 2014).

O objetivo inicial tratou de um “saneamento financeiro”, para combater a inflação, o baixo crescimento econômico e o *déficit* no balanço de pagamentos, nesse sentido, seria uma política de estabilização econômica e de incentivo ao desenvolvimento através de investimentos no setor privado, aliado ao capital estrangeiro. No plano geral o programa estabeleceu cinco pontos fundamentais.

- a) acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1962/1963; b) conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966; c) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida; d) assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprêgo (*sic*) produtivo à mão-de-obra (*sic*) que continuamente afluí ao mercado de trabalho; e) corrigir a tendência a *déficits* descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo do desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade para importar. (BRASIL,1965, p.15).

Dentre os objetivos do programa, a contenção do processo inflacionário ocupou maior importância. O diagnóstico efetuado por Campos e Bulhões identificou o processo acelerado da inflação como entrave para o desenvolvimento econômico, de modo que, era causado por três fatores: os *déficits* públicos; a expansão do crédito às empresas e; os aumentos excessivos de salários. Esses fatores ocasionaram a falta de investimentos a longo prazo na economia nacional (RESENSE, 1992; SKIDMORE, 1988).

As políticas, para contenção da inflação, gestaram a partir dos três fatores, isto é, na contenção dos *déficits* governamentais; uma nova política salarial e; o controle da política de crédito as empresas. Os *déficits* governamentais foram reduzidos, eliminando despesas ditas como não prioritárias, modificando a estrutura dos empréstimos estatais, de modo a aumentar sua rentabilidade e modificou a política de arrecadação de impostos. Os níveis de salário passaram a ser estipulado por uma fórmula a ser efetuada anualmente, em que se basearia no salário real médio dos últimos 24 meses, a antecipação estimada da inflação para os 12 meses posteriores e a estimativa do aumento anual da produtividade. Inicialmente essa metodologia salarial ficou destinada



apenas ao setor público, porém, em junho de 1965, a Lei nº4.725 estipulou ao setor privado (ALVES, 1984).

A nova política salarial reduziu o salário dos trabalhadores nos anos posteriores. Somado ao arroxó salarial, a classe trabalhadora sofreu pelo dismantelamento dos sindicatos, o CGT foi extinto e os principais líderes sindicais foram presos ou passaram a viver na clandestinidade. As eleições sindicais passaram a ser controladas pelo Ministério do Trabalho, podendo este impedir a candidatura de indivíduos e anular eleições; a Lei Antigreve, criada em 1º de junho de 1964 pela Lei nº 4.330, instaurou requisitos para greves que, na prática, eram impossíveis de serem preenchidos; e a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que reduziu os custos de demissões, desconsiderando qualquer estabilidade ao trabalhador. A legislação anterior garantia indenizações efetuadas pelos empregadores nas demissões a funcionários com dez anos de emprego sem justa causa. As indenizações, a partir do FGTS, vinham de um fundo criado a partir do depósito mensal de 8% descontados do salário dos trabalhadores, isso implicava que, a indenização era paga pelo próprio trabalhador, ficando a empresa com a possibilidade de demitir funcionários para contratação de mão de obra mais barata. Os depósitos feitos pelos trabalhadores eram canalizados ao Banco Nacional de Habitação (BNH), destinado ao financiamento construção e projetos industriais aprovados pelo governo. O intuito foi tornar o país mais atraente para o investimento produtivo (ALVES, 1974; SKIDMORE, 1988).

Os resultados provenientes das políticas anti-inflacionários não surtiram efeito imediato, apresentou uma redução de 86% em 1964; 45% em 1965 e; 40% em 1966. O programa estabelecia uma redução de 25% para 1965 e 10% para 1966. Somente apresentou melhores resultados no final do ano de 1967, com a redução para 24% (BRASIL, 1965; REIS, 2014; SKIDMORE, 1988).

A correção dos *déficits* do balanço de pagamentos e da dívida externa foi outro objetivo determinante durante a implantação do PAEG, assim como a reforma institucional bancária e financeira. O programa estabeleceu seis objetivos pontuais para a política cambial: o estabelecimento de um mercado único para todas as transações cambiais; a adoção imediata ou progressiva de medidas eliminatórias de subsídios cambiais (com exceção do café); a contenção do endividamento externo, com o reestabelecimento das obrigações vigentes e a extensão dos prazos; a manutenção do monopólio das compras de cambiais provenientes da exportação de café; a programação



financeira das operações cambiais do governo, e; o controle das autorizações de endividamento no exterior proveniente das importações. (BRASIL, 1965).

Estabeleceu-se, portanto, que, sem a correção dos *déficits* no balanço de pagamentos, não haveria crescimento econômico e investimentos provenientes do exterior; a política de capitais estrangeiros, por sua vez, funcionaria como processo de aceleração para o desenvolvimento econômico e contou com a revogação de lei de remessas de lucros promulgada durante o governo de João Goulart. A nova lei não estipulava limites para capital remetido ao exterior como lucros, com exceção da produção de bens e serviços de luxo. A nova lei também estabeleceu incentivos para a entrada do capital estrangeiro, tanto para o capital reinvestido no mercado nacional, quanto na política de importações de equipamentos; e a reforma bancária e financeira foram regulamentadas através da Lei nº 4.357, que instituiu a criação das Obrigação do Tesouro Nacional (ORTN), política de indexação para aliviar o *déficit* governamental e a Lei nº 4.595 instituiu a criação do Conselho Monetário Nacional, o Banco Central e o Banco Nacional de Habitação (BRASIL, 1965).

Desse modo, o controle da inflação, a correção do *déficit* público e a renegociação da dívida externa foram fatores determinantes para convencer novos investimentos na economia nacional. O regime militar contou com a cooperação dos Estados Unidos para renegociação da dívida externa, uma vez que o programa desenvolvido por Campos e Bulhões contou com a aprovação dos norte-americanos e do FMI. A ajuda financeira, porém, demandou um tempo maior do que o esperado, somente em 1965 um pacote de empréstimos foi destinado ao Brasil. À credibilidade do governo de Castelo Branco superou a dos governos anteriores, o que viabilizou avanços nas negociações com o mercado exterior, embora algumas agências financeiras relutassem em efetuar novas transações, o país contou com a cooperação dos Estados Unidos, com uma contribuição de US\$ 488 milhões entre 1964 e 1967 (SKIDMORE, 1988).

O PAEG estipulou a diversificação no mercado de exportações, Campos e Bulhões acreditavam em um grande potencial nesse setor, promovendo uma campanha tanto para a área de mineração, quanto de produtos acabados em associação com empresas estrangeiras. Embora a campanha tenha obtido poucos resultados, o balanço de pagamentos melhorou a partir de 1965, obtendo um *superávit* de US\$ 293 milhões. Já, em 1966 denotou um *déficit* de US\$ 23 milhões, porém, o governo possuía reservas



suficientes. Conforme Skidmore (1988, p.126) “Este foi um resultado totalmente involuntário da redução da demanda por importações da política constritiva fiscal e monetária.”. A produção agrícola, principalmente do café, também influenciou positivamente nos resultados do balanço de pagamentos de 1965, em decorrência do aumento da produção (SKIDMORE, 1988).

O programa desenvolvido por Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões possuía semelhanças com o Plano Trienal desenvolvido por Celso Furtado e San Tiago Dantas. A principal diferença consistiu que a implantação do PAEG ocorreu em meio a um regime totalitário, a repressão foi à tônica do regime econômico dos militares. A oposição política foi expurgada, os sindicatos dos trabalhadores foram controlados e toda a sociedade civil passou a ser constantemente vigiada, graças ao funcionamento de instituições como o SNI (BASTOS, 2014).

A popularidade dos militares, porém, não era promissora. O método repressivo do governo, aliado ao programa econômico impopular, contribuiu para o desgaste político. As eleições passaram a ter um caráter de plebiscito, a submissão ao crivo popular foi um dos maiores enfrentamentos dos militares. Contudo, estes passaram a administrar o processo eleitoral por intermédio da criação de novas leis, eliminando candidatos indesejáveis (ALVES, 1984).

O primeiro teste eleitoral ocorreu em 1965, com a eleição para governadores de 11 estados, sendo dois destes de significativa importância econômica e política, Guanabara e Minas Gerais. Os primeiros prováveis candidatos da oposição foram cassados pelas novas leis eleitorais, ainda assim a oposição alcançou a vitória eleitoral nos estados chave: Negrão de Lima em Guanabara e Israel Pinheiro em Minas Gerais, ambos apoiados por Juscelino Kubistchek. O resultado não agradou aos militares “linha-dura” que exigiram do presidente a cassação dos mandatos dos eleitos. Castelo Branco tentou atenuar a pressão reduzindo o poder que poderiam ser utilizados pelos governadores eleitos, garantido a posse de ambos, porém, os secretários de Segurança dos Estados seriam indicados pelo Presidente, uma vez que o controle da segurança dos estados, ou de suas forças policiais seriam um trunfo para a oposição (ALVES, 1984).

Contudo, o compromisso não cessou a pressão exercida pelos militares de “linha-dura”, acarretando em uma perturbação dentro do governo, sinalizando a uma possível destituição do presidente Castelo Branco. A resposta do presidente foi encaminhar uma emenda constitucional que limitaria o Judiciário e o Legislativo e isso



o Congresso não acatou, fazendo com que o presidente optasse por não aguardar uma possível votação e promulgou o Ato Institucional N°2 ou AI-2 no dia 17 de outubro de 1965 (ALVES, 1984).

As determinações do AI-2 foram divididas em três categorias: 1° controle do Congresso Nacional e fortalecimento do Executivo Federal; 2° enfraquecimento do Judiciário; e 3° controle das representações políticas. Conforme Alves (1984, p.91) a ideia do Desenvolvimento Econômico atrelado a Segurança Nacional surgiu com o AI-2.

Quanto ao Judiciário, o AI-2 previu: o aumento do número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16, que seriam indicados pelo presidente; a nomeação dos juízes federais, que ficou a cargo do Executivo; civis acusados de crimes contra o Estado seriam julgados pelos Tribunais Militares, incluindo aqueles acusados nos IPMs; suspensão das garantias de imunidade dos juízes, concedendo a possibilidade de expurgos no Judiciário. Essas medidas foram originadas pelas exigências dos militares de “linha-dura” que visualizavam o Judiciário como empecilho ao programa de governo (ALVES, 1984).

O AI-2 estabeleceu que a eleição para Presidente e Vice-Presidente fosse efetuada indiretamente pelo Congresso Nacional através da votação da maioria absoluta em sessão pública e voto nominal. Essa medida aumentou o poder do Executivo de modo a controlar as eleições presidenciais. O AI-2 também garantiu ao Executivo cassar mandatos e suspender direitos políticos por 10 anos, sendo que os indivíduos cassados não poderiam ser substituídos. Esse ato permitiu maior poder de manobra ao Executivo de controlar o Legislativo, tanto Federal, quanto Estadual (ALVES, 1984).

O AI-2 estabeleceu também a abolição de todos os partidos políticos, formando o bipartidarismo, que contou com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), como partido do governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como o partido da oposição (ALVES, 1984).

O AI-2 reestruturou o programa de governo proposto pelos militares. Desse modo, os acontecimentos de 1965 foram fundamentais para o processo de continuidade do regime militar.

Destarte Alves (1984, p.95):



Finalmente, 1965 foi também importante em termos da institucionalização do Estado. As disposições do Ato Institucional N°2 permitiam dar prosseguimento à eliminação das Antigas estruturas de Estado para a construção de novas. O fim dos partidos políticos desarticulou consideravelmente a oposição, permitindo ao governo Castelo Branco aprofundar medidas destinadas à institucionalização definitiva do Estado. O resultado, como já constatamos, foi uma cabal vitória dos setores para os quais a maior prioridade era a Segurança Interna. Ao fim e ao cabo, a busca da segurança absoluta tornou-se incompatível com o retorno à legalidade, encerrando-se o primeiro ciclo de liberalização com a promulgação do Ato Institucional N°2.

Desse modo, o AI-2 desarmou a oposição, visto que o fim dos partidos políticos fragmentou os grupos organizados durante as eleições de 1965 e concedeu novos poderes repressivos ao Executivo, podendo este dar continuidade aos expurgos com a “operação limpeza”. O governo passou a se importar com o processo de institucionalização permanente dos militares no poder e para assegurar o controle do processo eleitoral promulgou-se o Ato Institucional N°3, ou AI-3, no dia 05 de fevereiro de 1966 (ALVES, 1984).

O AI-3 foi promulgado para permitir o controle do Executivo sobre as eleições dos governadores. Com isso, estabeleceu-se que as eleições para governadores e vice-governadores fossem efetuadas indiretamente pelas Assembleias Legislativas, através da votação da maioria absoluta em sessão pública e voto nominal (mesmo método adotado para as eleições presidenciais) e que os prefeitos das capitais dos estados seriam nomeados pelos governadores dos respectivos estados. Através dos poderes dados ao Executivo pelo AI-2, de cassar mandatos dos parlamentares, as Assembleias Legislativas eram facilmente controladas, expurgando, quando necessário, os opositores, assim, as escolhas dos governadores eram facilmente indicadas pelo Executivo (ALVES, 1984).

Com a proximidade do fim do mandato do presidente passou-se a preocupar com a sucessão presidencial. Castelo Branco se opunha a candidatura de Costa e Silva, principal porta-voz dos militares de “linha-dura”. O presidente tentou afastar a candidatura de Costa e Silva, porém, este desempenhava forte influência entre os militares, conseguindo sua nomeação para as eleições em maio de 1966. O vice-presidente indicado foi Pedro Aleixo, indivíduo de grande experiência política do Estado de Minas Gerais (SKIDMORE, 1988).



As eleições de 1966 se iniciaram em setembro, com a eleição para governadores, os candidatos apoiados por Castelo Branco foram todos eleitos. A eleição para presidente ocorreu no dia 03 de outubro de 1966, Costa e Silva foi eleito com 295 votos a favor e 41 votos contra (SKIDMORE, 1988).

A prioridade do Estado deslocou-se no fim do mandato de Castelo Branco ao processo de institucionalização do regime. Esse processo ocorreria com uma nova Constituição, incorporando os três Atos Institucionais promulgados, de modo que se pudesse estabelecer um aparato estável e legítimo ao Estado (ALVES, 1984).

Nesse sentido, a nova Constituição foi elaborada no decurso de 1966. O presidente Castelo Branco promulgou o Ato Institucional N°4 ou AI-4 no dia 07 de dezembro de 1966, convocando o Congresso Nacional para uma sessão extraordinária, com o intuito de discutir e aprovar a nova Constituição, que foi aprovada no dia 24 de janeiro de 1967 (ALVES, 1984).

#### **1.4 O PED**

O presidente Costa e Silva tomou posse no dia 15 de março de 1967. A formação do seu governo não contou com integrantes do período de Castelo Branco. Os principais Ministérios foram ocupados em sua grande maioria por militares “linha-dura”, incluindo o chefe do SNI, importante órgão repressivo e responsável por informações pertinentes à política de Segurança Nacional, que foi chefiado por Emílio Garrastazu Médici, o qual se tornaria o próximo presidente militar após o mandato de Costa e Silva (SKIDMORE, 1988).

Os Ministérios responsáveis pela política econômica foram ocupados por Antônio Delfim Neto, no Ministério da Fazenda, Hélio Beltrão, no Ministério de Planejamento e Cooperação Econômica, e foram os responsáveis pelo programa de governo de Costa e Silva, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico (PED), para o triênio de 1968-1970 (SKIDMORE, 1988).

O novo presidente, Costa e Silva, e seus ministros Delfim Neto e Hélio Beltrão dispuseram de um cenário econômico mais favorável que seus antecessores. O programa de governo de Castelo Branco, o PAEG, liderado por Roberto Campos e Octávio Gouveia Bulhões, obteve bons resultados.

Skidmore (1988, p.142) destaca que:

[...] as políticas impopulares do governo Castelo Branco haviam deixado uma herança macroeconômica favorável para o novo governo. Fora reduzida a inflação e consideravelmente melhorada a balança de pagamentos; reduziu-se o déficit do setor público, tanto pelo corte de despesas quanto pelo aumento da arrecadação; racionalizou-se o setor público, inclusive com uma administração melhor das empresas estatais; incentivos tributários e creditícios foram habilmente usados em áreas-chave como a promoção de exportações; finalmente, completou-se a renegociação de grande parcela vencível a curto prazo da dívida externo com um conseqüente aumento de ingressos de capital (principalmente público) que ajudou a fortalecer a balança de pagamentos do Brasil, dando-lhe mais espaço para manobra.

Desse modo, a nova equipe econômica poderia trabalhar com maior liberdade de ação, assim sendo, apresentaram o PED. Com isso, foi efetuado inicialmente um diagnóstico da economia nacional, coordenado pelo EPEA<sup>15</sup>, com a colaboração de integrantes do Ministério da Fazenda e do Ministério de Planejamento e Cooperação Econômica. A partir do diagnóstico foi elaborada uma proposta referente à política econômica, contendo dois objetivos fundamentais: a aceleração do desenvolvimento econômico e contenção da inflação. (ALVES; SAYAD, 1975; BRASIL, 1967).

No primeiro caso, a orientação do programa consistiu, conforme Brasil (1967, p.15), em operar na utilização da capacidade ociosa da indústria nacional, em seguida, na expansão da quantidade e melhoria da qualidade dos fatores de produção, através de investimentos em setores prioritários da economia nacional. Os investimentos governamentais se concentrariam na formação de infraestrutura, isto é, dos requisitos básicos para o fomento ao investimento industrial (energia, transportes, siderúrgica, mineração), além das políticas de habitação, saúde, educação e do setor agrícola. A finalidade foi de aliviar pressões excessivas sobre o setor privado, transferindo para a competência do Estado os investimentos que careciam de maior tempo para maturação. No segundo caso, a contenção da inflação, a estratégia do programa consistiu em expandir as atividades econômicas nacionais e, ao mesmo tempo, atingir a estabilidade dos preços, concentrando-se no combate à inflação de custos. O diagnóstico pontuou que a política anti-inflacionária, praticada pelo PAEG, reduziu a atividade econômica, o

---

<sup>15</sup>A criação do IPEA ocorreu no ano de 1964. Inicialmente criado como Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA). Em 1967 através do Decreto-Lei 200, vinculando o Instituto ao Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, alterou-se para IPEA.



que provocou pressão de custos, impedindo novas reduções na taxa de inflação (BRASIL, 1967; LAGO, 1992).

Os instrumentos de ação foram divididos em duas linhas: para o setor privado e para o setor público.

Conforme Brasil (1967, p.24-25, grifo do autor):

I- Para o Setor Privado:

1- Aumento da Liquidez das Empresas (sic), com o objetivo de permitir a expansão mais rápida da oferta global, quando estimulada pelo crescimento da demanda.

2- Diminuição do Ritmo de Expansão dos custos, notadamente dos custos financeiros e dos preços dos insumos básicos, para aliviar a tensão inflacionária e a compressão decorrente da redução na demanda.

3- Aumento de Demanda (notadamente em relação aos setores com maior capacidade ociosa), em ritmo suficiente para permitir a aceleração do nível de atividade, sem transbordar na inflação de demanda.

II- Para o Setor Público:

4- Cuidadosa Programação de Investimentos, de modo a evitar a dispersão de aplicações e assegurar níveis adequados de investimentos nos setores prioritários para o desenvolvimento. Isto implicará na definição de metas estratégicas, a serem cumpridas com prioridade.

5- Aumento da eficiência do Setor Público, de modo a reduzir custos e elevar produtividade, seja na administração direta como na indireta, e especialmente nas entidades deficitárias; o instrumento mais importante será a reforma administrativa, que deverá promover a desburocratização e dinamização progressiva dos serviços, através da descentralização executiva e da racionalização.

6- Redução da pressão exercida sobre (sic) o Setor Privado, através do declínio progressivo da participação das despesas governamentais no produto.

Desse modo, o governo passou a efetuar maior estímulo ao setor produtivo, através da expansão do crédito produtivo e para o consumo, além de dar incentivos provenientes de políticas de isenções fiscais e de juros, de modo a estimular a produção interna, principalmente de produtos agrícolas, tanto para o consumo interno (para a reduzir a inflação), quanto para as exportações (LAGO, 1992).

Também, foi identificada a capacidade ociosa da indústria nacional, que possibilitaria estabelecer, de início, um crescimento econômico superior ao volume de investimento, na medida em que fosse absorvida a capacidade ociosa do sistema industrial. Porém, verificaram-se duas questões que poderiam reduzir o crescimento econômico, conforme apontado por Alves e Sayad (1975, p.98):

Em primeiro lugar, a compatibilidade de uma política de elevação de demanda e liquidez com uma política de redução gradual da taxa de inflação; em segundo lugar, a retração do setor público, através da queda em sua participação no produto, com a necessidade de manter seu programa de investimentos nas áreas estratégicas a seu cargo.

O programa deveria possibilitar uma política de elevação de demanda, juntamente com a redução da inflação. O Estado passou a se ocupar com os investimentos de infraestrutura, que carecem de maior tempo para a maturação do investimento. Tal esforço foi necessário para convencer os empresários nacionais e estrangeiros a investirem na economia nacional (ALVES; SAYAD, 1975; LAGO, 1992).

A política salarial foi mantida, porém, com um objetivo divergente do adotado anteriormente. O arrocho salarial, implantado durante o governo de Castelo Branco, foi uma medida para o combate do processo inflacionário, diferentemente do governo Costa e Silva. Para Alves (1984, p. 115), a queda do salário real dos trabalhadores não pode ser explicada pela inflação, uma vez que esta caiu de 87,8% em 1964 para 20,3% em 1969. Cabe assinalar que a diminuição do poder de compra do trabalhador é condicionada pela política adotada pelo Estado

Em conformidade com Oliveira (2013, p.100, grifo do autor)

*Sem embargo, a repressão salarial é um fato. Onde vai para, pois, o superexcedente arrancado aos trabalhadores e a que fins ele serve dentro do sistema? Aqui se pré-esboça sinteticamente a resposta: o superexcedente, resultado da elevação do nível da mais-valia absoluta e relativa, desempenhará, no sistema, a função de sustentar uma superacumulação necessária esta última para que a acumulação real possa realizar-se.*

Dessa forma, pode-se afirmar que a política salarial implantada pelo grupo econômico de Costa e Silva foi mais intervencionista do que o governo anterior, pois, o intuito do arrocho salarial excedeu a política de estabilização, caminhando para um plano de longo prazo.

Segundo Skidmore (1988, p.146-147):

O novo governo (Costa e Silva) também se tornou até mais intervencionista em matéria de política salarial. A princípio, Campos e Bulhões limitaram sua autoridade aos salários do setor público, mas em 1965 a estenderam ao setor privado. A observância da lei tornou-se

obrigatória, mas sua vigência era de três anos apenas, expirando em 1968, o que levou o governo Costa e Silva a decidir pela sua continuação. Não houve qualquer dificuldade. Em 1968, o governo solidificou ao Congresso que tornasse a lei permanente, e este prontamente concordou. Os revolucionários brasileiros, produto de uma rebelião contra suposta ameaça estatizante da esquerda, praticavam agora o seu próprio *dirigisme*: o controle dos salários por tempo indeterminado. Enquanto Castelo Branco falava de medidas temporárias – controle salarial indexação – para alcançar a estabilização, Delfim adaptava agora esses instrumentos para uso a longo prazo. Não havia dúvida de que o Brasil se preparava para, ultrapassando a estabilização, iniciar uma nova estratégia de desenvolvimento econômico.

Os sindicatos dos trabalhadores não poderiam auxiliar, estavam submissos ao Estado. Ainda em 1964, Castelo Branco, através do AI-1, cassou os principais líderes dos sindicatos e substituiu por homens de confiança do governo, dificultando sua atuação frente à melhoria de condições de trabalho (SKIDMORE, 1988).

Os resultados obtidos a partir da estratégia do governo foram positivos. A política de estabilização econômica, implantada no governo anterior, foi determinante. O controle da inflação e do balanço de pagamentos, juntamente com políticas públicas direcionadas para o fomento industrial e a entrada do capital estrangeiro, favoreceram os resultados positivos. Embora o crescimento do PIB, no ano de 1967, tenha sido inferior ao do ano anterior, principalmente pelo parco crescimento industrial, o crescimento do PIB do ano de 1968 saltou de 4,7% para 11%, mantendo a inflação de 25%. O crescimento mais expressivo foi o industrial de 13,3%, em decorrência da capacidade ociosa existente (SKIDMORE, 1988).

O Governo de Costa e Silva propôs uma política de conciliação, porém, o que se visualizou foi o contrário, o aparato repressivo se mantinha, principalmente nas manifestações que se realizavam nas grandes cidades. Três setores sociais se destacaram na oposição: o movimento estudantil centralizado, principalmente os remanescentes da UNE que se mantinham na clandestinidade; a classe trabalhadora e; a Frente Ampla, organização política organizada por Carlos Lacerda e apoiada por Juscelino Kubistchek (ALVES, 1984).

Os cortes governamentais, provenientes da política de estabilização de Castelo Branco, e a repressão aos professores e alunos, que se seguiram durante o Governo de Costa e Silva, foram os tónicos para o desencadeamento das manifestações contra o regime militar do movimento estudantil, principalmente, a partir 1968, solicitando



melhores condições para a classe universitária. A UNE, embora estivesse atuando na clandestinidade, possuía vasto apoio dos estudantes.

Para Alves (1984, p.116):

A UNE continuou a contar com amplo apoio dos estudantes, mobilizando-os em número cada vez maior para as várias atividades que patrocinava. A primeira tática adotada foi a de promover pequenos e rápidos comícios conhecidos como ‘comícios-relâmpago’ para mostrar à população que o movimento subsistia e evitar confronto direto com as forças de segurança. À medida que aumentava o número de militantes, mudaram as táticas de organização; o movimento estudantil começou a promover grandes passeatas nas ruas das principais cidades, especialmente o Rio de Janeiro. O objetivo era obter o apoio de camadas mais amplas da população – a classe média e os trabalhadores de escritório.

As passeatas promovidas pelos estudantes ganharam proporção cada vez maior. O regime militar interveio, repelindo o movimento dos estudantes com a força policial. Durante uma manifestação, efetuada no dia 28 de março de 1968, a polícia disparou tiros contra os estudantes, matando Edson Luís, estudante de 16 anos, o que causou comoção em grande parte da população, principalmente da classe média e da igreja católica. No dia 25 de junho ocorreu uma passeata que contou com cerca de cem mil pessoas, evidenciando a insatisfação da população quanto aos atos repressivos do regime militar (ALVES, 1984).

Os sindicatos dos trabalhadores ainda se mantinham submetidos ao Ministério do Trabalho. Embora ainda vigorasse a Lei Antigreve foram efetuadas duas greves com expressão nacional, a primeira em Contagem, em abril de 1968 e a segunda em Osasco, em novembro de 1968. A primeira conseguiu êxito, forçando o governo a ceder 10% de reajuste a todos os trabalhadores, que posteriormente foi estendida a todo o país. A segunda encontrou um Estado mais organizado e, não conseguindo nenhuma de suas reivindicações, a greve foi mantida apenas durante três dias, com isso, as principais lideranças do movimento foram presas ou se exilaram (ALVES, 1984; SKIDMORE, 1988).

A Frente Ampla, por sua vez, foi uma organização criada por Carlos Lacerda, em uma tentativa de organização de uma instituição política oposicionista ao regime militar, considerando que a participação do partido de oposição ao governo no Legislativo, o MDB, estava controlada pelas leis eleitorais e intimidada pelo Executivo. O apoio de



Juscelino Kubistchek garantiu maior credibilidade política à Frente Ampla e, conseqüentemente, uma ameaça aos militares. Como consequência as crescentes manifestações organizadas pelos estudantes, da instabilidade nos sindicatos trabalhistas e da influência da Frente Ampla, o presidente baixou um decreto-lei em abril de 1968, proibindo a existência da organização.

De acordo com Alves (1984, p.128):

A Frente Ampla foi proscria como organização e proibida de realizar comícios, reuniões e passeatas, divulgar declarações políticas ou publicações de qualquer espécie. O Departamento de Polícia Federal (DPF) recebeu ordens de deter quem quer que violasse estas proibições. Além disso, deveria o DPF apreender livros, revistas, jornais ou qualquer outro material impresso de responsabilidade da frente. O Estado pretendia assim eliminar por simples decreto um movimento social, dando com isso novo exemplo das contradições entre o processo de liberalização e o emprego da repressão para remover da cena política setores ‘antagônicos’ da oposição.

Desse modo, a política de conciliação, inicialmente apresentada pelo presidente Costa e Silva, não obteve prosseguimento. As manifestações dos estudantes, com a colaboração da classe média e da igreja, causaram grande insatisfação por parte dos militares, que exigiam atuações pontuais que teriam de ser efetuadas pelo presidente no cenário político nacional (ALVES, 1984).

Embora grande parte das funções do Congresso Nacional de legislar foram transferidas para o Executivo com a nova Constituição Federal, os discursões do plenário, após as manifestações dos estudantes com a participação da classe média, passaram a gerar diversas inquietações no cenário político. Durante um desses discursos, Márcio Moreira Alves, deputado federal pelo MDB, atacou publicamente o regime militar, ressaltando as torturas, a atuação repressiva e a censura. Seu discurso causou repúdio entre os militares, solicitando ao presidente a retirada da imunidade parlamentar do deputado para que pudesse ser submetido a um inquérito militar. Conforme a Constituição de 1967, a imunidade parlamentar de um deputado federal somente poderia ocorrer mediante a aprovação do Plenário, devendo o presidente recorrer ao parlamento. Este, porém, não apoiou a decisão do Executivo, surpreendendo na votação quanto a imunidade do deputado Márcio Moreira Alves, 216 contra a suspensão e 141 a favor. Pressionado pelos militares “linha-dura”, Costa e Silva



promulgou o Ato Institucional N°5 ou AI-5 no dia 13 de dezembro de 1968 (ALVES, 1984).

O AI-5 possuía muitas características dos Atos Institucionais anteriores, sua principal diferença estava no fato de não estipular prazo para sua permanência. Conforme Alves (1984, p.131):

Os poderes atribuídos ao executivo pelo Ato Institucional N°5 podem ser assim resumidos: 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, e reinstituição do 'Estatuto dos Cassados'; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juízes, e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; 7) direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares e, finalmente; 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional N°5. Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recursos. Todas as disposições do ato permaneceriam em vigência até que o Presidente da República assinasse decreto específico para revogá-lo.

O AI-5 atingiu todos os setores políticos e sociais do país. O Congresso foi fechado por tempo indeterminado, foram efetuados novos expurgos no Legislativo, o Judiciário foi enfraquecido e todos os indivíduos da sociedade estavam sujeitos a prisão, ou tortura (ALVES, 1984).

O presidente Costa e Silva se incumbiu da aprovação de uma nova Constituição Federal, uma tentativa de reconciliar o autoritarismo com a legalidade e, para isso, encarregou o vice-presidente, Pedro Aleixo, da elaboração. O presidente pretendia aprovar, no dia 2 de setembro, o que causou enorme insatisfação dos militares, pela necessidade de reabrir o Congresso. Porém, no dia 28 de agosto de 1969, Costa e Silva sofreu um derrame cerebral, que paralisou seu lado direito e perdeu a fala. A Junta Militar, composta principalmente dos ministros do presidente, se reuniu rapidamente para determinar a sucessão, uma vez que não aceitaram a posse do vice-presidente



Pedro Aleixo, conforme estava prescrito na Constituição de 1967. No dia 01 de setembro de 1969, a Junta Militar promulgou o Ato Institucional Nº12 ou AI-12, autorizando os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica a exercerem os poderes presidenciais (SKIDMORE, 1988).

Os ministros do presidente e a Junta Militar passaram a organizar a sucessão de Costa e Silva. A escolha do candidato provocou diversas discordâncias entre as forças militares. O general Albuquerque Lima e o general Emílio Garrastazu Médici estavam empatados. Os ministros, entretanto, discordavam da candidatura de Albuquerque Lima, tornando-o inelegível para a eleição (SKIDMORE, 1988).

Assim, foi anunciada a candidatura de Emílio Garrastazu Médici para a presidência, para vice-presidente o Almirante Augusto Rademaker. O Alto Comando reabriu o Congresso Nacional e promulgou o Ato Institucional Nº16 ou AI-16 no dia 14 de outubro de 1969, declarando vaga a presidência da república e estipulando novo mandato. Estabeleceu as normas para a nova eleição, que foi realizada no dia 25 de outubro de 1969, elegendo Médici para a presidência. O Alto Comando também encaminhou uma nova Constituição, promulgada por Médici no dia 17 de outubro de 1969, oito dias antes de sua eleição (SKIDMORE, 1988).

A promulgação do AI-5, no final de 1968, intensificou o aparato repressivo exercido pelo Estado, o que facilitou a implantação do programa econômico do governo, o PED, e a implantação de programas posteriores como o Metas e Bases para a Ação de Governo, o I Plano Nacional de Desenvolvimento e II Plano Nacional de Desenvolvimento, conforme será discutido posteriormente (ALVES, 1984; SKIDMORE, 1988).



## 2 O CHAMADO “MILAGRE ECONÔMICO”

O chamado “milagre econômico” ocorreu no Brasil durante o período de 1968-1973. Sua principal característica foi o arranque do crescimento econômico, com taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois dígitos. De 1968 a 1973 a média de crescimento do PIB foi de 11,5% ao ano, mantendo a taxa de inflação em uma média de 20% (ALVES, 1984).

O setor mais dinâmico do período foi o industrial, com uma taxa média de crescimento de 14% ao ano. Dentro os setores industriais, que obtiveram maior crescimento, estavam o automobilístico, eletroeletrônicos e a construção civil, apresentando um crescimento de 20% durante o “milagre”. As indústrias de bens de consumo popular somaram uma média de 9,1% entre 1968-1973 (REIS, 2014).

O capital estrangeiro foi outro componente fundamental para o “milagre”. O programa de investimento promovido pelo governo contou, principalmente, com os investimentos do capital estrangeiro, o que gerou a elevação da dívida externa, saltando de 3,9 bilhões de dólares em 1968 para 12,5 bilhões em 1973. No setor privado, as multinacionais que se instalaram no país, principalmente a partir de 1967, passaram a dominar o setor de produção de bens duráveis, sendo este o mais dinâmico do período. Mantega e Moraes (1980, p.57) dizem que:

Em pouco tempo o capital estrangeiro, munido de seu arsenal monopolista, impôs a tônica do processo expansivo e implementou um salto qualitativo na escala de acumulação do país, transformando os setores sob seu controle no carro-chefe da economia brasileira. Por esse motivo, estabeleceu-se estreita correlação entre a participação estrangeira num determinado ramo produtivo, e o crescimento deste último. Nesse sentido, os setores produtivos que se distinguem pelas suas taxas de crescimento no período 1966/73 foram Mecânica,



Material Elétrico e Material de Transporte, justamente onde a participação estrangeira (no capital das maiores empresas do setor) perfazia respectivamente 74,65%, 76,16% e 96,44%. Para se ter uma ideia do peso do capital estrangeiro na economia brasileira, basta observar que este detinha, em 1974, em torno de 30% do patrimônio líquido total das 5.113 maiores empresas da indústria de transformação do país. Tendo em vista o alto grau de concentração da economia brasileira, pode-se deduzir que as 5.113 empresas mencionadas representam o grosso da produção nacional e, portanto, as empresas estrangeiras controlam parte nada desprezível das atividades econômicas do país.

Nesse sentido, o capital estrangeiro ocupou o setor mais dinâmico da economia, aumentando seu nível global de investimentos de 11,4 milhões de dólares para 4,5 bilhões durante o período do “milagre”. O capital privado nacional passou a ser um parceiro menor das multinacionais e concentrou suas atividades nos setores intermediários e na produção de bens não-duráveis (ALVES, 1984).

Para manter a dinâmica do crescimento econômico, associado ao capital estrangeiro, tornou-se necessário incentivar o setor de exportações. Desse modo, o governo implementou um amplo programa de exportações, para garantir a dinâmica do capital estrangeiro no país, de modo a não comprometer o crescimento econômico, estabelecendo divisas comerciais suficientes para contrapor as remessas de lucro das multinacionais para as suas sedes.

De acordo com Mantega e Moraes (1980, p.55):

Foi implementado um vasto programa de exportações que, pelo menos até 1973, foi bem-sucedido, seja em virtude dos termos favoráveis de intercâmbio desfrutados pelos principais produtos da pauta de exportação brasileira (açúcar, soja, café e minério de ferro), seja como consequência das generosas subvenções (financiamentos a juros negativos, isenções de impostos, etc.) concedidas aos exportadores pelo governo. Essas subvenções foram de tal vulto que, em várias ocasiões, os produtos brasileiros eram colocados no mercado internacional a preços até mesmo inferiores aos custos internos, redundando numa transferência de rendas para o exterior.

As exportações saltaram de 2,7 bilhões de dólares, em 1970, para 6,2 bilhões em 1973. Em contrapartida, as importações aumentaram de 2,8 bilhões de dólares, em 1970, para 7 bilhões em 1973, sendo crucial a entrada do capital estrangeiro para a estabilidade do balanço de pagamentos, uma vez que o setor mais dinâmico da economia, a indústria de transformação, carecia da importação de equipamentos e



tecnologia, tornando o país dependente dessa estrutura para manter o crescimento econômico (MANTEGA; MORAES, 1980; SKIDMORE, 1988).

O setor agrário, por sua vez, apresentou parco crescimento se comparado com o industrial, mesmo com os esforços de fomento do governo, tais como o aumento do volume de crédito aos produtores, taxas de juros baixas para financiamentos, modernização no campo, através da introdução de tratores e fertilizantes na produção e inserção de novas culturas, como a produção de soja, produto de grande demanda e valor comercial para a exportação, que somente passou a ser produzido no país no final da década de 1960 (LAGO, 1992; REIS, 2014).

Os incentivos destinados ao setor agrícola favoreceram o processo de concentração de terras. Nesse sentido, esse processo foi característico do período no setor rural, as políticas governamentais privilegiavam a concentração fundiária e a modernização da produção agrícola.

Medeiros (2002, p.26) disserta que:

[...] o projeto dominante para a agricultura, marcado pela valorização do progresso tecnológico, por uma concepção de modernização que se daria através da ampliação das escalas de produção e, conseqüentemente, da concentração fundiária.

A modernização do setor agrícola, promovida para aumentar a produção e favorecer o setor de exportação, foi determinante para o crescimento do setor industrial e influenciou positivamente no balanço de pagamentos, foi fator fundamental para o crescimento econômico do “milagre” (MEDEIROS, 2002).

Conforme salientado, o crescimento econômico foi característica do período do “milagre econômico”, porém, acirrou a desigualdade social. Alves (1984, p.156) ressalta que:

O ‘Milagre Econômico’ brasileiro não só não aliviou os sérios problemas de pobreza e sofrimento extremos, de privação dos mais elementares recursos na maioria da população, como, sob muitos aspectos, agravou-os. E este enorme sacrifício não foi seguido de qualquer compensação após o ‘milagre’.

O crescimento econômico visualizado durante o período intensificou o acirramento da desigualdade social, as camadas sociais baixas e os trabalhadores urbanos e rurais foram extremamente prejudicados com as políticas governamentais,



que favoreceram os empresários e os funcionários do alto escalão, que visualizaram o aumento progressivo de suas rendas (ALVES, 1984).

## 2.1 O Cenário Político do Início da Década de 1970

O tumulto político do final da década de 1960, com a promulgação do AI-5, a incapacidade do presidente Costa e Silva e sua posterior substituição pelos Ministros militares, sucedeu uma transição presidencial complexa. Houve uma disputa entre os militares, os dois candidatos, general Albuquerque Lima e general Emílio Garrastazu Médici ficaram empatados. O Alto Comando e os ministros militares discordavam da candidatura do general Albuquerque Lima, visualizaram no general Médici o candidato ideal, capaz de dar continuidade ao projeto de governo dos militares (ALVES, 1984; SKIDMORE, 1988).

O general Médici acumulou prestígio entre os militares durante sua chefia no SNI entre 1967 e 1969. Em 1969 obteve a quarta estrela e foi nomeado comandante do Terceiro Exército no Rio Grande do Sul. Era o sucessor natural de Costa e Silva para os militares “linha-dura”. Inicialmente, Médici se opôs ao cargo de presidente, aceitando posteriormente após uma reunião com o Alto Comando, que apresentou sua nomeação como uma missão militar.

Em conformidade com Skidmore (1988, p.211):

O general Emílio Garrastazu Médici era virtualmente desconhecido do público quando assumiu a presidência em outubro de 1969. Em contraste, seus dois antecessores foram figuras destacadas da Revolução de 1964. Ambos tinham muitos adeptos entre os militares e a população ao tempo em que se tornaram presidentes. E ambos tinham vontade de alcançar o posto. Médici, ao contrário, era apenas um soldado profissional, que se opôs categoricamente à escolha do seu nome para a chefia do governo e que só cedeu por razões de dever militar. Tornou-se presidente, não porque os seus eleitores militares achassem que ele tinha a visão ou os conhecimentos de que um presidente precisava, mas porque era o único general de quatro estrelas que podia impedir o aprofundamento da divisão que lavrava o Exército.



Desse modo, Emílio Garrastazu Médici tomou posse em outubro de 1969. Dentre a composição de seu governo, o Ministério do Planejamento continuou com Delfim Neto e o Ministério de Planejamento e Coordenação Econômico passou para João Paulo dos Reis Veloso (SKIDMORE, 1988).

Em seu primeiro programa de governo apresentado, o Metas e Bases para a Ação de Governo, em setembro de 1970, Médici ressaltou seu método de governo, calcado na ausência de compromissos políticos, com exceção da segurança nacional. Os integrantes do governo foram, em sua grande maioria, tecnocratas e militares, empenhados em manter os interesses do estado. Médici dividiu seu governo em três áreas principais: a militar, a econômica e a política.

De acordo com Skidmore (1988, p.216):

O ministro do Exército Orlando Geisel ficou encarregado de administrar todos os assuntos militares, a área mais sensível. O ministro da Fazenda Delfim Neto ficou responsável por todos os assuntos econômicos. Ao Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil, coube a supervisão de tudo o que tivesse a ver com política. Cada um tinha poderes de vice-rei dentro do seu território; os tecnocratas e até outros ministros tinham que trabalhar através deles.

Esse método de governo beneficiou o general Médici, o distanciando da tomada de decisões governamentais diárias, ao mesmo tempo em que facilitou a implantação das políticas econômicas do ministro Delfim Neto e a aproximação de tecnocratas na tomada de decisões governamentais (SKIDMORE, 1988).

As políticas econômicas estavam surtindo o efeito esperado. O elevado crescimento econômico, visualizado a partir de 1968, favorecia o governo. Médici implementou um sofisticado programa de propaganda, coordenado pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) criada em 1968, mas que somente sob a gestão de Médici passou a desempenhar importante papel. A AERP era coordenada pelos militares e juntamente com uma equipe de jornalistas, sociólogos e psicólogos direcionavam o conteúdo a ser transmitido na TV aberta, ao mesmo tempo que criava uma série de propagandas governamentais, de modo a fortalecer a imagem do governo (SKIDMORE, 1988).

As principais propagandas exaltavam o acelerado crescimento econômico, juntamente com mensagens positivas e de incentivo, ressaltando a proximidade da nação ao desenvolvimento, proibindo, veementemente, propagandas negativas



referentes a tortura, ou ao crescente acirramento das desigualdades sociais (SKIDMORE, 1988; REIS, 2014).

O presidente Médici optou por manter o processo eleitoral, com as eleições governamentais marcadas para o final de 1970. Os militares ganharam em todos os estados, com exceção de Guanabara, porém, o governador eleito, Chagas Freitas, não representava nenhuma oposição. As eleições legislativas, as primeiras eleições nacionais desde a virada autoritária do final da década de 1960, ocorreram no início de 1970. A primeira atuação do governo foi modificar as leis eleitorais, embora ainda possuíssem os poderes do AI-5. Controlando todo o cenário político, os militares ainda temiam o crivo popular (SKIDMORE, 1988).

A primeira modificação foi a redução de cadeiras para deputados federais, de 409 para 310. Em seguida, modificou a base do cálculo de representatividade por estado, sendo calculado pelo número de eleitores registrados e não pela população, como era efetuada anteriormente. O intuito do governo foi utilizar da alta clientela do governo, para beneficiar as regiões que a popularidade fosse melhor. Estabeleceu as datas das próximas eleições, municipais e legislativas, de modo a não coincidirem e, por fim, exigiu-se o voto vinculado, uma medida que forçava o eleitor a votar apenas em candidatos do mesmo partido, nos dois níveis do Legislativo. A preocupação do Executivo em manter o processo de “legitimação” com as eleições legislativas se manteve em 1970 (SKIDMORE, 1970).

O partido da oposição, o MDB, se mantinha no cenário político, porém, apenas de modo decorativo, os expurgos do AI-5 e o Aparato Repressivo mantinham a oposição sob controle. Os discursos efetuados no plenário pela oposição, em muitos casos, não chegavam ao público, eram barrados pela censura. Porém, o MDB se mantinha como o único mecanismo legal de oposição, diversos indivíduos que discordavam das políticas econômicas e da atuação dos militares migraram para o partido (SKIDMORE, 1984).

O resultado das eleições de 1970 mostrou a vitória esmagadora da ARENA, conquistando 40 cadeiras no Senado, contra apenas seis do MDB. Na Câmara dos Deputados, a ARENA totalizou 220 cadeiras, contra 90 do MDB. A vitória do governo, porém, não se traduziu como a satisfação da população. A quantidade de votos brancos aumentou consideravelmente, totalizando 22% para o Senado e 21% para a Câmara de Deputados, demonstrando a insatisfação de grande parte da população com o regime.



Porém, o presidente Médici apenas visualizou uma vitória do partido do governo (SKIDMORE, 1982; REIS, 2014).

Os integrantes do partido da oposição, o MDB, cogitaram dissolver o partido como uma atitude de revolta, porém, se mantiveram no cenário político, com discordâncias políticas dentro do partido. Dividiram-se entre os autênticos e os moderados, os primeiros inclinados a uma oposição mais agressiva, no segundo caso defendiam uma atuação com cautela, temiam que a atuação da oposição pudesse gerar novos atos repressivos dos militares (SKIDMORE, 1988).

Embora a repressão tenha ocorrido dentro do cenário político, a câmara dos deputados se mantinha como um local de refúgio para a oposição. Os discursos inflamados dos deputados de oposição, embora não chegassem a população, não eram penalizados pelos militares, o que não ocorreu com a oposição armada, a ameaça guerrilheira, que encontrou um aparato repressivo bem organizado e em pleno funcionamento (SKIDMORE, 1988).

Os guerrilheiros tiveram uma representatividade maior no cenário da política nacional no final da década de 1960. Porém, com a promulgação do AI-5 e a nova Lei de Segurança Nacional, os militares passaram a controlar, por meio da repressão e da tortura, o movimento dos guerrilheiros, que se concentravam principalmente nas grandes cidades. A luta armada no campo contou com pouca representatividade, com exceção da guerra do Araguaia que ocorreu a partir de 1972 até o ano de 1974, quando foi totalmente controlada. Os militares organizaram diversas intervenções militares na região, utilizando de práticas hostis para identificar, prender ou executar os guerrilheiros (ALVES, 1984; SKIDMORE, 1988).

Os movimentos urbanos se organizavam em pequenos grupos clandestinos, executavam assaltos a bancos, como mecanismo de se manter financeiramente; assaltos a depósitos de armas do Exército, e em agosto de 1969 ocupou uma Rádio para ler um manifesto revolucionário. Embora incomodassem o regime militar, não representavam uma ameaça alarmante, porém, em setembro de 1969, dois grupos clandestinos: a Aliança de Libertação Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) executaram um sequestro ao embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, atraindo a atenção da mídia internacional quanto à luta armada nacional (ALVES, 1984; SKIDMORE, 1988).



O regime reagiu imediatamente, iniciou as negociações com os sequestradores, que exigiam a leitura de um manifesto em rede nacional e a soltura de 15 presos políticos indicados. Os guerrilheiros pretendiam atenuar um objetivo emergencial, não considerando uma estratégia de luta a longo prazo contra o regime militar. Em seguida, o regime promulgou dois novos atos institucionais: o Ato Institucional Nº13 ou AI-13 e o Ato Institucional Nº14 ou AI-14, reforçando a estrutura do aparato repressivo. As negociações obtiveram sucesso, obrigando os guerrilheiros a soltarem o embaixador Charles Burke Elbrick (ALVES, 1984; SKIDMORE, 1988).

Os guerrilheiros mantiveram a prática de sequestro como meio de soltura de presos políticos. Foram executados outros três sequestros. O primeiro do cônsul do Japão, em março de 1970, os sequestradores exigiram a soltura de cinco presos políticos; o segundo ocorreu em junho, integrantes do grupo Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) sequestraram o embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried Von Holleben, exigindo a soltura de 40 presos políticos; o terceiro, em dezembro de 1970, os guerrilheiros sequestraram o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, exigiram a soltura de 70 presos. O governo, porém, vetou alguns nomes da lista dos sequestradores, prolongando o período das negociações. O embaixador foi solto 40 dias após seu sequestro, os guerrilheiros conseguiram a soltura de 70 presos políticos indicados de uma lista de 100 indivíduos. Os militares negociaram com os guerrilheiros em todos os sequestros, posteriormente, os militares perseguiram os indivíduos envolvidos no ato. Após a prisão eram submetidos à tortura, em sessões de interrogatório para novas informações (ALVES, 1984; SKIDMORE, 1988).

A prática da tortura no Brasil, conforme Alves (1984, p.166), ocorreu principalmente durante o período de 1969 a 1974. A utilização dessa prática ocorreu como mecanismo de obtenção de informações de presos políticos que se opunham ao regime militar e funcionou como ferramenta do controle político da população, uma vez que todos estavam sujeitos a prisões e à tortura. As práticas se iniciaram com o golpe de 1964, porém, com o aumento dos guerrilheiros, o regime militar criou todo um Aparato Repressivo para obter informações: o Comando Operacional de Defesa Interna (CODI), órgão de inteligência coordenado por militares para identificar possíveis inimigos internos, que pudessem ameaçar a segurança nacional e; o Destacamento de Operações Internas (DOI) órgão de operação local subordinado ao CODI (ALVES, 1984; SKIDMORE, 1988).



O Aparato Repressivo conseguiu controlar os movimentos dos guerrilheiros em 1972. A maioria dos líderes havia sido executada, presa ou exilada. Porém, foram diversos os fatores que frustraram os movimentos revolucionários.

Skidmore (1988, p.248-249) destaca que:

Primeiro, a preferência por um Estado moderno em qualquer confrontação com a oposição armada, quando mais não seja por causa da poderosa tecnologia de que dispõem os governos modernos. As forças de segurança do Brasil eram muito mais capazes de monitorar as atividades da oposição do que se teria previsto em 1964. A rede de comunicações do governo crescera enormemente: teletipo, 'links' com a cobertura de satélites, telefone com discagem direta a distância através de microondas (*sic*) etc. Com o uso de um banco de dossiês computadorizado, as autoridades de segurança pudessem manter uma vigilância altamente eficiente de suspeitos em âmbito nacional. Segundo, o governo federal centralizara o controle sobre as forças de segurança. A constante erosão do federalismo após 1964 em nenhuma outra área foi mais acentuada do que no combate à "subversão". Todas as secretarias de segurança dos estados eram subordinadas a uma orientação federal, ou seja, ao Alto Comando do Exército. Terceiro, a tortura foi efetivamente muito eficaz para a obtenção de informações e para aterrorizar possíveis aspirantes a guerrilheiros.

Nesse sentido, o aparelhamento repressivo do governo foi eficiente quanto a oposição armada. O cenário político do início da década de 1970 estava fundamentado em um Estado repressivo, efetuando práticas de tortura contra presos políticos, a mídia era censurada, permitindo a exibição apenas de conteúdos aprovados pelo governo e do crescimento econômico, mascarando o acirramento das desigualdades sociais, conforme será discutido posteriormente (ALVES, 1984; SKIDMORE, 1988).

## **2.2 Metas e Bases para a Ação de Governo**

O programa de Metas e Bases para a Ação de Governo foi apresentado em setembro de 1970, diferentemente dos programas anteriores dos militares, não constituiu em um plano global, tratou-se de um documento que permitisse a orientação prática das ações governamentais, sendo as premissas para o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (IPND) (BRASIL, 1970; SKIDMORE, 1988).

A orientação por trás do programa Metas e Bases foi a de estimular alguns setores. Este programa não possuiu um caráter de programação global, mantiveram-se as direções dos programas anteriormente aprovados, porém, estipulou-se o IPND como documento complementar, que foi apresentado em dezembro 1971 (BRASIL, 1970).



O programa apresentou o cenário econômico do país, atribuindo o êxito aos governos anteriores e seus respectivos programas<sup>16</sup>, porém, salientava as condições desfavoráveis para grande parte da população nacional e determinava duas linhas de ação: a melhoria da distribuição de renda e a eliminação do subdesenvolvimento.

Em Brasil (1970, p.6) tem-se que:

Na condução dessas duas linhas de ação, sem excesso redistributivista que sacrifique a aceleração da taxa de crescimento nacional, a estratégia de desenvolvimento levará em conta a estreita interdependência existente entre a expansão do consumo interno, principalmente com vistas à criação de um mercado de massa para produtos industriais; o aumento da taxa de expansão do emprego (*sic*) da mão-de-obra (*sic*); e a repartição dos frutos do desenvolvimento, a fim de fortalecer ampla classe média e a classe trabalhadora. Nas medidas concretas a serem adotadas, procurar-se-á orientar essa interdependência no sentido de processo de crescimento mais dinâmico e mais integrado do que na fase anterior, quando a industrialização constituiu, praticamente (*sic*), o único fator atuante, insuficientemente articulado com a agricultura e a infra-estrutura (*sic*) de serviços.

A orientação do programa, embora se estabelece a necessidade de combater a desigualdade social existente no país, estipulou que isso ocorreria sem sacrificar o acelerado crescimento econômico. Porém, a política distributiva não foi visualizada nos anos posteriores. A melhoria nas condições de trabalho e salário não ocorreu para a maior parte dos trabalhadores. O salário mínimo, que desde o governo de Castelo Branco era estipulado por uma fórmula criada pelo governo, perdeu seu poder aquisitivo, ou seja, reduzindo o salário real dos trabalhadores, forçando estes a estenderem sua jornada de trabalho para comprarem a mesma quantidade de alimentos (BRASIL, 1970; ALVES, 1984).

Enquanto era apresentada, no programa de governo, a proximidade da economia nacional com os países desenvolvidos, o acirramento da desigualdade social se intensificava no cenário nacional. A distribuição de renda no país tendeu para um processo de concentração. Em 1970, 50,2% da população economicamente ativa recebiam menos de um salário mínimo, em comparação 2,2% recebiam mais de 10 salários mínimos. Em 1972, 52,5 recebiam menos de um salário, em contrapartida 3,2% recebiam mais de 10 salários mínimos (ALVES, 1984).

---

<sup>16</sup> Governo Castelo Branco – PAEG (1964-1967); e Governo Costa e Silva – PED (1967-1970).



O salário mínimo é o método adotado para medir a situação financeira da classe trabalhadora. A base de cálculo desse salário, implantando pelo regime militar, pressionava o salário real dos trabalhadores para baixo, o que foi intensificado durante o período do “milagre”. Os trabalhadores ficavam submetidos a aumentarem sua jornada de trabalho diário. O estudo efetuado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESSE) mostra a quantidade de horas de trabalho necessárias para a compra de uma cesta básica. Em 1959 eram necessárias 65 horas e 05 minutos, enquanto que em 1973 eram necessárias 147 horas e 04 minutos para a compra da mesma quantidade de alimentos (ALVES, 1984).

O programa previu ainda o aumento da taxa de emprego como mecanismo de combate a desigualdade social, estimando uma expansão de 2,9% em 1970 para 3,3% em 1973. O aumento do número de empregos apenas atacou, temporariamente, o índice de desemprego estrutural. O rápido crescimento econômico, em contrapartida, proporcionou às camadas médias a elevação de seus salários, tornando-os, em muitos casos, simpatizantes do regime militar, em detrimento do aumento de suas rendas (BRASIL, 1970; ALVES, 1984; SKIDMORE, 1988).

O acirramento da desigualdade social aumentou progressivamente durante o período do “milagre”. Enquanto os profissionais e tecnocratas aumentaram exponencialmente sua renda, a maioria da classe trabalhadora sofria com a perda de seus salários reais. Os coordenadores econômicos acreditavam que, inicialmente, seria necessária a acumulação, para depois ocorrer a distribuição.

Conforme Alves (1984, p.147-156, grifo do autor)

O desenvolvimento não visa a imediata melhoria dos padrões de vida da maioria da população, nem objetiva o atendimento de suas necessidades básicas. Na realidade, como já observado, a doutrina da ESG aceita expressamente a necessidade de sacrificar a geração presente e mesmo *sucessivas* gerações como preço da rápida acumulação de capital. Os custos humanos aí implicados, como já ficou mais do que patente, não devem ser entendidos como sacrifícios da atual geração em benefício de seus descendentes, mas como sacrifícios impiedosamente impostos à maioria dos brasileiros em benefício atual da pequena elite que os mantém em servidão.

Enquanto a classe trabalhadora sofria com as péssimas condições de trabalho e salário, os profissionais e tecnocratas tiveram benefícios, tanto nas condições de trabalho, quanto no salário. O acelerado crescimento econômico e as políticas de crédito



ofertadas pelo governo, para incentivar o consumo, beneficiaram a classe média, de modo a fomentar o consumo interno (ALVES, 1984).

Os programas destinados ao setor agrícola, por sua vez, incentivaram a produção direcionada para o mercado de exportações. O programa Metas e Bases estipulou o fortalecimento da produção agrícola, fomentando a ocupação de “espaços vazios” como a região do Centro-Oeste. Esse processo de modernização, porém, deteriorou as condições da classe trabalhadora rural. A população rural, que praticava a produção para subsistência, não apresentava os requisitos necessários para os programas de fomento do governo, ficando submetida a perder suas terras e a vender sua força de trabalho aos novos proprietários, ou, então, se mudava para as cidades em busca de emprego (BRASIL, 1970; SKIDMORE, 1988).

A política implantada pelo governo protegia a produção agrícola em larga escala, tanto para o processo de produção, quanto para a venda do produto, garantindo a rentabilidade do produtor.

De acordo com Brasil (1970, p.90):

Consoante já definido pelo atual Governo (*sic*), a fim de garantir adequada margem de rentabilidade no investimento agrícola, a política de preços procurará assegurar que, assim como para os produtos potencialmente exportáveis se estabeleceu preço mínimo na base dos preços internacionais, os preços dos principais insumos agrícolas – tratores, implementos, fertilizantes e defensivos – se aproximem também, quanto possível, dos preços internacionais, mediante estímulos apropriados.

O programa agrícola agia de modo a incentivar o setor de exportação com o aumento da produção primária, sobretudo da produção de arroz, milho e soja, que teve um aumento de 388%, 213% e 62% respectivamente no total exportado entre 1969 e 1973 (BRASIL, 1970).

Para intensificar o desenvolvimento do setor agrícola, o processo de modernização foi crucial. A modernização agrícola correu mediante a adoção de inovações ao processo produtivo, tais como insumos, fertilizantes, mecanização e a evolução de pesquisas agrícolas (BRASIL, 1970). Nesse sentido, o programa Metas e Bases estipulou 6 objetivos dentro do projeto para o setor agrícola.

Em Brasil (1970, p.99):



I- Desenvolvimento Tecnológico. Intensificação do uso de insumos modernos; II- Programa Nacional de Pecuária; III- Fortalecimento da Infraestrutura Agrícola; IV- Expansão de Área. Melhor Aproveitamento da Terra; V- Desenvolvimento Florestal; VI- Modernização do Sistema de Abastecimento.

O setor agrícola ocupava expressiva importância para manter a dinâmica de crescimento do período do “milagre” e embora tenha apresentado parco crescimento, se comparado com o setor industrial, foi determinante para controlar o balanço de pagamentos, diversificando e intensificando a produção em larga escala para o setor de exportação (BRASIL, 1970; SKIDMORE, 1988).

Assim, foi desenvolvido um Fundo de Pesquisa Agrícola, visando desenvolver o programa intensivo de produção, concentrado principalmente em culturas como o milho, o arroz e a soja, produtos com altos valores comerciais para o setor de exportação. O programa também visava a pesquisa para adaptação das condições produtivas de algumas regiões, além do melhoramento das sementes e dos defensivos agrícolas (BRASIL, 1970).

Por fim, vale salientar as políticas de ocupação dos “espaços vazios” do território nacional. Para Brasil (1970, p.109):

O Govêrno (*sic*) Federal coordenará um programa especial com a finalidade de incorporar ao processo produtivo a região dos ‘Cerrados’, que compreende cêrca (*sic*) de 2 milhões de km<sup>2</sup> no Planalto Central e Meio-Norte do País. Será criada a Comissão Especial para o Aproveitamento dos ‘Cerrados’, com a participação dos Ministérios do Interior e da Agricultura, do Conselho Nacional de Pesquisas e da Universidade de Brasília. Além de projetos específicos que serão desenvolvidos, relativos à pesquisa agrônômica, serão estudados mecanismos especiais de crédito a fim de incorporar, de maneira dinâmica e gradativa, essas áreas ao processo produtivo nacional.

O programa ainda estabelecia as diretrizes básicas a serem seguidas, dentro os principais estavam, conforme Brasil (1970, p.109-110): levantamento, revisão e consolidação dos projetos de pesquisa; identificação e delimitação das áreas que possuíam características compatíveis com os programas de desenvolvimento; estudos de incentivos fiscais pelos órgãos competentes, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e; a aceleração de medidas visando à legitimação da posse da terra dos



interesses em projetos de desenvolvimento. Ou seja, o programa direcionava o que seria efetuado nas áreas consideradas como “espaços vazios” e facilitava a obtenção de terras para indivíduos que se enquadrassem nas exigências das linhas de créditos, favorecendo apenas uma parcela da população detentora de capital. As populações rurais tradicionais, que produziam para subsistência, ficavam submetidas à perda de suas propriedades (BRASIL, 1970; REIS, 2014).

Nesse sentido, os espaços considerados vazios ficavam submetidos a cinco alternativas.

- 1) Emancipação, no menor prazo possível, dos núcleos oficiais, entregues ao INCRA para colonização; 2) Replanificação, consolidação e emancipação dos núcleos coloniais com a ocupação total da área e titulação dos lotes; 3) Promoção da instalação de novas unidades de colonização, ocupando áreas de terra da União atualmente sob jurisdição do Ministério da Agricultura, e os espaços vazios especialmente nos chamados ‘vales úmidos’; 4) Intensificação da colonização privada, através da concessão de incentivos especiais; 5) Criação de núcleos, notadamente nas áreas de fronteiras, essências à segurança interna, em colaboração com as Fôrças (*sic*) Armadas . (BRASIL, 1970, p.110-111):

O intuito do governo, além de efetuar a ocupação econômica dos “espaços vazios”, foi ocupar uma parte importante do território nacional para garantir a segurança interna, criando núcleos de segurança em áreas ditas estratégicas (ALVES, 1984; SKIDMORE, 1988).

O programa Metas e Bases para ação de governo, diferentemente dos programas anteriores, não possuiu um planejamento global. Tratou-se de um programa para atender as exigências de curto prazo, buscando evitar distorções no cenário econômico do período que vinha apresentando ótimos resultados de crescimento econômico. O programa complementou-se com a apresentação do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, em dezembro de 1971 e que será discutido a seguir (BRASIL, 1970).

### **2.3 I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico**

O I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico foi aprovado pela Lei N°5.727, no dia 04 de novembro de 1971 e apresentado em 17 de dezembro de 1971.



Foi aprovado como Projeto Lei para o período de 1972 a 1974. O programa apresentou a progressão econômica do país desde o período do golpe de 1964, assinalando as contribuições econômicas dos dois primeiros governos e apresentou a proposta para o governo de Médici: o caminho da sociedade brasileira ao pleno desenvolvimento (BRASIL, 1971).

O programa estabelecia, conforme Brasil (1971, p.14), um modelo de crescimento calcado na criação de uma economia moderna, dinâmica e competitiva, buscando transformar o Brasil em uma nação desenvolvida. Nesse sentido, visava desenvolver o potencial de crescimento dos principais setores, em três aspectos.

1) Expandindo a fronteira econômica para tirar partido da nossa dimensão continental; 2) aproveitando ao máximo os recursos humanos, particularmente pela sua melhor qualificação; 3) consolidando a experiência havida com o desenvolvimento do núcleo básico do Centro-Sul e com a industrialização do Nordeste, reveladora da nossa capacidade de criar a base de mercado interno para a expansão da economia. A estratégia de desenvolvimento mobiliza o País para fortalecer a competição nacional, dotando os principais setores de estruturas novas e mais eficientes, compatíveis com a moderna tecnologia industrial. Por outras palavras, realiza a *integração nacional* (BRASIL, 1971, p.19, grifo do autor)

Nesse sentido, o primeiro objetivo situava-se na expansão das atividades econômicas no país, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas como o Norte, Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste. Foram desenvolvidos projetos dentro do programa, como o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), no intuito de desenvolver um projeto de desenvolvimento dessas regiões para garantir o dinamismo do crescimento econômico do país e o Programa de Integração Nacional (PIN) que conforme o projeto anterior visava romper as limitações regionais prescritas no programa e seu principal objetivo foi a construção da Transamazônica, um grande eixo rodoviário ligando a região do Nordeste a da Amazônia, associada a um projeto de colonização. O projeto da Transamazônica não se sustentou, uma vez que, a região possuía limitado potencial agrícola.

Para Skidmore (1988, p.293):

Com efeito, o ecossistema amazônico era e é extremamente frágil e seu potencial agrícola fortemente limitado, como se verifica, pelos seus solos. Mas na impetuosa atmosfera do governo Médici não havia

tempo para dúvidas. Como ele confiantemente disse em outubro de 1970, 'há poucos exemplos de países tão abençoados em recursos naturais e humanos e tão lentos quando se trata de utilizá-los. É esse tempo perdido que temos que compensar, cumprindo conseqüentemente um compromisso fundamental da Revolução'. Os programas amazônicos eram ideais para a campanha triunfalista de relações públicas do governo que exaltava a 'grandeza' do Brasil e seu inexorável salto para o *status* de potência mundial. Assim, a decisão política em relação à Amazônia foi um interessante exemplo do governo autoritário brasileiro em plena ação. O presidente e seus assessores podiam facilmente ignorar os agrônomos, os geógrafos e os antropólogos que conheciam as limitações da região para efeito de desenvolvimento. Podiam igualmente ignorar os seus adversários políticos, como os líderes políticos do Nordeste, que viam os seus recursos de origem federal desviados para outra área.

A construção das estradas e o projeto de colonização não foram concluídos, conforme Reis (2014, p.86), o gigantesco projeto foi abandonado pelo governo posterior, os investimentos e incentivos aplicados pelo governo serviram apenas para beneficiar a instalação de empresas agrícolas. Parte dos indivíduos que havia se deslocado do Nordeste para a Amazônia, através do projeto de colonização, ficou submetida a vender sua força de trabalho para sobreviver (REIS, 2014).

Os militares recebiam perder a Amazônia, desse modo, o processo de colonização se tornou fundamental, principalmente a partir da descoberta de jazidas de ferro na região. Para executar o processo de colonização, ou a ocupação militar, tiveram que utilizar do discurso de ocupação econômica como instrumento para o desenvolvimento das regiões da Amazônia e do Nordeste. Segundo Skidmore (1988, p.294), projetos como a Transamazônica surgiram como mecanismo de estratégia econômica do governo para maximizar os investimentos no setor público e privado.

O segundo ponto ressaltou a necessidade do melhor aproveitamento dos recursos humanos, principalmente os que tivessem maior qualificação. Para tanto, o Estado direcionou incentivos para a formação técnica dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que aumentou os investimentos para as pesquisas direcionadas ao setor produtivo e ao sistema universitário, que passou a contar com a formação de cursos de pós-graduação, com altas verbas direcionadas pelos órgãos competentes, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Os investimentos do governo foram determinantes para a constituição de um sistema universitário dinâmico no país, porém, seletivo e exclusivo (REIS, 2014).



O terceiro ponto da estratégia de desenvolvimento ressaltou o processo de consolidação da industrialização, que permitiu o crescimento econômico visualizado no Centro-Sul do país, tornando-se, assim, necessária a expansão produtiva e econômica, para fortalecer a competição nacional, focando no setor industrial e agrícola. O Estado proveria a infraestrutura, principalmente nas áreas de energia, transportes e comunicação, assegurando a possibilidade de competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional (BRASIL, 1971).

A estratégia para o setor industrial foi determinante para a continuidade do crescimento econômico durante o governo de Médici e dividiu-se em três pontos:

I – Fortalecer o poder de competição de indústria nacional, a fim de o setor industrial atingir taxas de crescimento superiores a 10% ao ano, tendo condições de concorrer, pela redução de custos e pelo avanço qualitativo do produto final, com os produtos do exterior; II – Fortalecer a empresa (*sic*) privada nacional, equiparando as condições em que opera, em face da empresa (*sic*) estrangeira, notadamente quanto à estrutura financeira, atual e; III – Acentuar o papel da indústria como instrumento de transformação tecnológica dos demais setores (BRASIL, 1971, p.22-23):

O setor industrial apresentou acelerado crescimento a partir de 1968, com destaque para o crescimento anual de 34,5% do setor automobilístico durante o período do “milagre”. A produção se concentrou em veículos de passeio, visando a população da classe média. O Estado havia iniciado, em 1967, uma política de crédito para facilitar a compra de veículos e, posteriormente, implantou uma política de incentivos para a entrada de multinacionais líderes no mercado automobilístico, como a General Motors e a Ford (SKIDMORE, 1988).

Porém, as políticas governamentais, para o fomento do setor industrial automobilístico e as políticas ofertadas para a compra dos veículos, impactaram negativamente o setor social.

Skidmore (1988, p.277-278) esclarece que:

Não foram pequenos os custos sociais decorrentes da expansão da indústria automobilística. Em primeiro lugar, a grande ênfase em carros de passageiros encorajou uma forma relativamente ineficiente de transporte. A questão do combustível era vital, porque o Brasil importava então 80 por cento do seu petróleo. Em segundo lugar, a concentração da demanda de automóveis estimulou mais

investimentos no setor, em detrimento de outros onde havia imperiosa necessidade de injetar recursos, como a saúde e a educação, para não falar dos bens de consumo não-duráveis, cuja taxa de crescimento vinha caindo sensivelmente nos últimos anos. É interessante notar que o argumento em prol de uma política favorecendo os bens de consumo duráveis, especialmente automóveis, nunca figurou nem jamais foi defendido em qualquer dos dois documentos econômicos principais (1970 e 1971) do governo Médici. Em sua retórica o governo enfatizava os investimentos sociais, vigorosamente defendendo o setor privado e evitando discutir os prováveis efeitos globais de sua política distributiva.

Embora o programa enfatizasse a necessidade de combater o acirramento da desigualdade social, em diversos parâmetros, e se estabelece um vasto programa de investimentos em setores sociais chave, como saúde e educação, o Estado direcionou o esforço apenas para aumentar progressivamente o crescimento econômico, de modo que qualquer política distributiva se tornou inviável. Os coordenadores econômicos, como Delfim Neto, mantinham o discurso da necessidade de não manter a distribuição à frente da produção (SKIDMORE, 1988).

O programa apresentou um processo de abertura social, que visaria combater a desigualdade social, através da criação de programas como o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) para a população urbana e o FUNRURAL para a população rural.

De acordo com Brasil (1971, p.39):

A política salarial em vigor assegura não apenas a manutenção do salário médio do trabalhador, compensando os efeitos da inflação, mas também o seu aumento progressivo, em termos (*sic*) reais, na proporção) dos aumentos de produtividade da economia. Apoiar as categorias de renda mínima mediante a criação da Central de Medicamentos e do Programa de Assistência Social ao Trabalhador Rural, por intermédio do FUNRURAL.

Porém, conforme já salientado, o governo destinou esforço maior para o setor produtivo. A criação de programas sociais, como os citados acima, não impactou na redução das disparidades sociais no período do “milagre”, ou modificaram as condições precárias das classes baixas da cidade e do campo (BRASIL, 1970; SKIDMORE, 1988).

Embora as políticas estratégicas do governo tenham superado a expectativa dos coordenadores econômicos, a oposição concentrada em políticos do MDB, como Alencar Furtado e Ulysses Guimarães, repetia ataques à política econômica do governo, ressaltava o acirramento das desigualdades sociais, os favores concedidos às empresas



estrangeiras e o aumento progressivo do endividamento externo. O cenário político, porém, se manteve controlado pelo Aparato Repressivo. Em fins de 1973, a maioria dos guerrilheiros urbanos e rurais estava presa, exilada ou morta, o partido da oposição fragmentado e a população silenciada (SKIDMORE, 1988).

A eleição presidencial foi marcada para 1974. As manobras políticas se iniciaram com antecedência. Os militares moderados objetivavam assumir a presidência, e contavam com o apoio do Ministro do Exército Orlando Geisel. O nome mais cotado foi o de Ernesto Geisel, que ocupou a presidência da Petrobrás, a chefia da Casa Militar e foi ministro do Superior Tribunal Federal (SKIDMORE, 1988).

A campanha política dos militares moderados se iniciou em 1972, o presidente Médici, no entanto, impediu as especulações sobre sua sucessão, porém, em fins de 1973, não impediu a nomeação do General Ernesto Geisel pelo partido da ARENA. Geisel contou com o general Adalberto Pereira dos Santos, que ocupava o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, como companheiro de chapa (REIS, 2014; SKIDMORE, 1988).

O MDB considerou a dissolução do partido em 1973, como medida de protesto ao regime militar, mas, optou por participar da disputa presidencial. O candidato à presidência foi Ulysses Guimarães, deputado federal de São Paulo e Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa como vice-presidente (SKIDMORE, 1988).

A atuação do MDB, apresentando a candidatura de Ulysses Guimarães como candidato à presidência, demonstrou uma ação de protesto contra o processo eleitoral dos militares, o que influenciou nas eleições posteriores e na atuação da oposição de um modo geral. Os discursos públicos, efetuados por Ulysses Guimarães durante a eleição, gestaram-se sobre a atuação do governo, ressaltando a repressão e as condições sociais da maior parte da população, resultando na desigualdade econômica e social do país. A candidatura de Ulysses Guimarães influenciou na renovação do interesse político de parte da população.

Em consonância com Alves (1984, p.181, grifo do autor)

De modo geral, o novo papel do MDB ficou caracterizado na campanha presidencial simbólica de 1973. Esta anticandidatura marca o início da fase de efetiva atuação oposicionista do partido de oposição oficialmente reconhecido. Foi uma lição de verdadeiro engajamento ao nível da *política formal*, uma lição que se



aprofundaria nas eleições de 1974, 1976, 1978 e 1982. Pelo final de 1973, a oposição aprendera a utilizar os canais formais de participação política para atuar mais eficazmente ao nível da política formal. Além disso, começou, em aliança com a Igreja Católica, a organizar um amplo movimento social de base pela defesa dos direitos humanos e dos direitos econômicos e sociais fundamentais. Começava a constituir-se, assim, a área de atividade oposicionista que definiremos como *políticas de bases*, e que chegaria ao primeiro plano da cena política especialmente depois de 1977.

A eleição ocorreu em janeiro de 1974. O general Ernesto Geisel foi eleito com 400 votos contra 76 de Ulysses Guimarães. Os militares moderados retornaram à chefia do Executivo Federal. Foi a eleição presidencial mais tranquila desde o golpe de 1964. O novo governo, que se iniciava, contou com modificações significativas, principalmente quanto ao método de governar do presidente. Porém, a política de planejamento econômico foi mantida e o governo do general Geisel apresentou o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e o projeto de liberalização, conforme será discutido posteriormente (ALVES, 1984; SKIDMORE, 1988).

#### **2.4 O Governo de Geisel e o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico**

A eleição presidencial de 1974, diferentemente das anteriores, transcorreu de forma tranquila. O General Ernesto Geisel foi eleito em janeiro de 1974 e tomou posse em 15 de março. Geisel participou de todo processo do golpe de 1964, apoiou a posse do Marechal Castelo Branco, como primeiro presidente militar, e foi nomeado como chefe da Casa Civil. Batalhou juntamente com Castelo e Golbery do Couto e Silva para evitar a eleição de Costa e Silva em 1967. Não logrando êxito, se afastou do planalto e assumiu como Ministro do Superior Tribunal Militar. Após dois anos abandonou o posto e assumiu a presidência da Petrobrás (SKIDMORE, 1988).

Ainda assim, abandonou a presidência da Petrobrás para assumir a Presidência da República em 1974, tornando-se o quarto presidente militar da Ditadura. Diferentemente de seu antecessor, Médici, que utilizou da campanha publicitária promovida pela AERP como mecanismo de promoção de sua imagem como presidente, Geisel reduziu o poder da instituição, não permitindo seu envolvimento pessoal em campanhas publicitárias (SKIDMORE, 1988).

Outra diferença fundamental entre os presidentes foi a método de governar. Enquanto Médici optou pela distribuição de funções no setor econômico, político e



militar, designando a seus subordinados e garantindo autonomia na tomada de decisão, Geisel optou por centralizar as decisões no Executivo Federal. Skidmore (1988, p.318) diz que “Em resumo, era um administrador duro, que decidia por conta própria. Em seu governo ninguém tinha dúvidas sobre quem era o responsável final por tudo.” O método centralizador de Geisel foi fundamental para o programa de governo (SKIDMORE, 1988).

A composição do governo contou com a modificação do cargo no Ministério da Fazenda, Mário Henrique Simonsen substituiu Delfim Neto, que em seguida foi nomeado embaixador na França. O Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica continuou com João Paulo dos Reis Velloso. O General Golbery do Couto e Silva foi nomeado chefe da Casa Civil e encarregado de articular o processo de distensão, conforme será discutido posteriormente (SKIDMORE, 1988).

O presidente Geisel era associado aos militares moderados, diferentemente dos dois presidentes anteriores, associados aos militares “linha-dura”, tal qual efetuado por Castelo Branco, que ao fim de seu mandato aprovou uma nova constituição, dotando o Executivo de poderes excepcionais para evitar possíveis excessos do próximo governo e encaminhar para o processo democrático, sendo frustrado com a promulgação do AI-5. Geisel se comprometeu em retomar o mesmo objetivo, através de um processo de distensão, um projeto para que os militares pudessem se afastar do poder político. Conforme o presidente em anúncio efetuado em agosto de 1974, o processo de distensão ocorreria de forma “lenta, gradativa e segura”.

Para Reis (2014, p.99):

Lenta, sem pressa, devagar; gradativa, por etapas de modo que se pudesse avaliar, a cada momento, o caminho percorrido, as novas circunstâncias, os objetivos alcançados e os desafios a serem enfrentados; e segura sob controle, com a máxima segurança possível. Para executar o empreendimento, Geisel contaria com a ajuda do general Golbery do Couto e Silva, designado para chefiar sua Casa Civil, então o centro e a sede das manobras políticas governamentais.

Para efetuar a distensão, o presidente contou com o apoio do General João Baptista Figueiredo, novo chefe do SNI e o próximo Presidente da República. O General Golbery ficou responsável pelo processo de articulação e o de contatar instituições importantes, como a Igreja Católica e a OAB e os principais líderes políticos, inclusive da oposição. A intenção de Golbery era minimizar possíveis



problemáticas destas mesmas instituições e de lideranças políticas contrárias ao governo. Geisel e Golbery estabeleceram estágios de planejamento para a distensão.

Alves (1984, p.186) apresenta que:

Haveria, em primeiro lugar, a suspensão parcial da censura prévia, seguida de negociações com a oposição para estabelecimento dos parâmetros de tratamento dos direitos humanos. Posteriormente, seriam promovidas reformas eleitorais, para elevar o nível de representação política. Em seguida, as medidas mais explicitamente coercitivas, inclusive o Ato Institucional N°5, seriam revogados, incorporando-se outros mecanismos de controle à Constituição. O resultado final do sistema político a ser desenvolvido constituiria o que o Presidente Geisel chamou de 'democracia relativa' ou 'democracia forte'. Neste modelo de democracia relativa o Estado disporia, pela Constituição, de salvaguardas e poderes repressivos de emergência para suspender os direitos individuais e governar por decreto sempre que se manifestasse ameaça direta da contestação organizada.

Juntamente com o projeto de distensão, o presidente estabeleceu outros três pontos a serem alcançados pelo governo. Destarte Skidmore (1988, p.319-320-321-322), o primeiro foi manter o apoio das Forças Armadas e reduzir progressivamente a influência dos militares "linha-dura" nas tomadas de decisão. Geisel adquiriu influência e respeito dentro das Forças Armadas, o que lhe garantiu autonomia e poder nas decisões governamentais, porém, seu projeto de governo carecia de apoio sólido; o segundo ponto foi o de controlar os subversivos, embora a campanha repressiva implantada pelo ex-presidente Médici tenha acabado com a maioria dos guerrilheiros, Geisel e Golbery acreditavam existir remanescentes, de modo que a ação deveria seguir com sutil equilíbrio, para não comprometer o processo de liberalização e; o terceiro ponto, foi o de manter altas taxas de crescimento econômico, conforme ocorreu durante o período do "milagre", pois acreditavam que somente assim o governo poderia se legitimar e dar continuidade ao seu projeto.

Para manter o crescimento econômico, Geisel apresentou, em setembro de 1974, ao Congresso o II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (IIPND) para o período de 1975 a 1979, que foi aprovado no dia 4 de dezembro de 1974 pela Lei N°6.151, e publicado no Diário Oficial no dia 6 de dezembro de 1974. Contou com a mesma metodologia adotada pelo IPND, definindo a política e a orientação do governo quanto ao setor econômico e social, propondo um novo padrão de acumulação (BRASIL, 1974).



O Brasil apresentou crescimento econômico surpreendente a partir de 1968, culminando no chamado “milagre econômico”, em 1973, porém, houve o primeiro choque do petróleo. Reis (2014, p.94-95, grifo do autor) afirma que:

Em outubro de 1973 os países árabes produtores de petróleo resolveram elevar abruptamente os preços da matéria-prima para pressionar as potências ocidentais a obrigar Israel a um recuo em suas pretensões de expansão territorial. Foi o *primeiro choque do petróleo*. Entre outubro e dezembro, o preço do barril pulou de US\$2,90 para US\$11,65. As consequências para o Brasil, ainda muito dependente das importações petrolíferas, foram desastrosas. A economia parecia um asmático com falta de ar. Nesse quadro, o mercado internacional entrou em fase de turbulência. Envolvidos em processo de recessão, os principais países capitalistas retraíram-se, protegendo-se uns dos outros, exatamente o oposto do que ocorrera entre 1967 e 1973.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) quadruplicou o valor do produto no mercado mundial, o que prejudicou diretamente o Brasil que importava cerca de 80%. A crise do petróleo comprometeu a dinâmica de crescimento do país, calcada no uso intensivo de importações, uma vez que deveria recorrer às reservas de suas divisas e ao endividamento externo para controlar o balanço de pagamentos ou deixar de importar o produto (REIS, 2014; SKIDMORE, 1988).

A opção do presidente foi a de utilizar as reservas cambiais e a do endividamento externo, através de empréstimos no exterior, o que resultou no aumento progressivo do endividamento, que passou de US\$6,2 bilhões para US\$11,9 bilhões em 1974. As medidas adotadas pelo governo mantiveram o crescimento em 9,5%, o setor industrial cresceu 9,9%, enquanto o setor agrícola 8,5%, porém, a inflação saltou de 15,7% em 1973 para 34,5% em 1974. As exportações obtiveram um crescimento de 28,2%, e as importações saltaram para um crescimento de 104%, resultando em um *déficit* para a balança comercial de US\$4,7 bilhões. O governo cobriu o *déficit* com o ingresso de capital no país e a utilização de parte das reservas cambiais. Contudo, a política econômica aplicada em 1974 não poderia se sustentar nos anos posteriores do governo sem o aumento progressivo do endividamento externo (SKIDMORE, 1988). Nesse sentido, o governo se esforçou para a criação de novos instrumentos para a continuidade do crescimento econômico e do apoio público.

De acordo com Alves (1984, p.185):

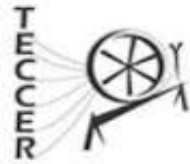
Nos anos do milagre econômico, enfatizara-se o papel legitimador dos êxitos do modelo de desenvolvimento. Com as crescentes dificuldades agora enfrentadas no terreno econômico, o Estado de Segurança Nacional passou a se preocupar-se com a criação de novos mecanismos para a obtenção de apoio político e social. Era necessário encontrar uma nova base de legitimidade, estreitamente vinculada a instituições corporativas flexíveis o suficiente para garantir a obtenção de apoio clientelístico. A teoria da “distensão” pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica. Associando-se a níveis mais elevados, mas sempre controlados de participação política, os planejadores do Estado intentavam erigir mecanismos representativos elásticos que pudessem cooptar setores da oposição. Desse modo, a ação do Estado, especialmente no primeiro período do governo Geisel, destinava-se a dismantelar gradativamente os mecanismos explícitos de coerção legal, simbolizados no Ato Institucional N°5. Além disso, dar-se-ia especial atenção ao sistema eleitoral, a fim de obter suficiente flexibilidade para um processo aparentemente livre de escolha e ainda assim garantir ao partido do governo força eleitoral a longo prazo.

No que tange à política econômica, o governo apresentou o IIPND para direcionar as ações governamentais. O programa exaltava o crescimento econômico visualizado durante o período do “milagre”, porém, reconheceu os possíveis entraves para continuidade das altas taxas de crescimento, em decorrência da crise enérgica causada pelo aumento do preço do petróleo (BRASIL, 1974).

O IIPND tinha a proposta de consolidar um novo padrão de acumulação capitalista, calcado no processo de substituição de importações e de reforçar a produção de bens de capital, suscitando em novos investimentos, principalmente provenientes das estatais.

Maciel (1999, p.138, grifo do autor) relata que:

Após 1973, a conjuntura de crise internacional reduz a oferta de recursos de que dispunha a economia brasileira, acelerando a disputa interna pelos recursos do Estado, a chamada ‘guerra dos preços’ e as próprias contradições intraburguesas que já se manifestavam. Diante desta situação, o IIPND é proposto em fins de 1974, a partir do diagnóstico de que o principal ponto de estrangulamento da economia se localizava na insuficiência do DI internalizado, propondo sua ampliação e amadurecimento, como forma de preservar o processo de monopolização e crescimento econômico acelerado, completando, assim, o processo de ‘substituição de importações’. O Estado aparecia como principal mecanismo de alavancagem do DI, o novo polo dinâmico da acumulação, dentro de uma estratégia de *desenvolvimentismo*.



Esta ação do governo causou grande desconforto em parte dos empresários nacionais, que iniciaram, juntamente com apoio da grande imprensa, uma campanha antiestatista em 1974, além de associarem o autoritarismo à ineficiência governamental, afirmando que os militares abandonaram sua função moderadora.

Para Maciel (1999, p.138, grifo) “Este processo instabiliza as relações entre Estado e classes dominantes, pois aguça as contradições do *conjunto da burguesia* com o governo militar.”. Geisel carecia do apoio dos empresários para o processo de distensão proposto, se tornando necessária a negociação com a classe empresarial nacional, essa função ficou designada ao General Golbery (MACIEL, 1999).

O sistema eleitoral ocupou grande importância como processo de legitimação durante todo o período da Ditadura Militar no Brasil, fator que não se modificou com o processo de distensão. Os estrategistas políticos e o próprio presidente acreditavam que o partido do governo, a ARENA, poderia vencer facilmente as eleições para o Legislativo em 1974, em decorrência das eleições vitoriosas de 1970 e dos altos índices de crescimento econômico do “milagre”. Nesse sentido, Geisel determinou que as eleições ocorressem de forma imparcial, sem prejuízos para o partido da oposição.

Segundo Skidmore (1988, p.336):

O governo envidara todos os esforços para que não pairassem dúvidas sobre a honestidade das eleições. Recomendações especiais foram feitas sobre a segurança nas seções eleitorais, e para neutralizar qualquer vantagem ‘injusta’ que a ARENA pudesse ter como o partido no poder na maioria das localidades.

O governo cede maior liberdade de ação para o MDB, incluindo o acesso a televisão. O partido oposicionista empreende uma campanha por todo o país, criticando abertamente as ações do governo, como a repressão, tortura, o acirramento das desigualdades sociais, a política salarial e o modelo de desenvolvimento econômico (MACIEL, 1999).

As eleições para governador se realizaram em outubro de 1974. O partido do governo conseguiu facilmente a vitória, visto que dominava todas as Assembleias Legislativas. As eleições legislativas ocorreram em novembro, os resultados, porém, foram diferentes do esperado, pois o MDB aumentou significativamente sua votação.

Alves (1984, p.188) vai relatar que:



A tendência reflete a mudança de estratégia dos setores de oposição, que começaram a dar apoio eleitoral ao partido de oposição ‘oficial’, usando-o como conduto para os votos de protesto. A campanha pela anulação dos votos perdeu muito de sua significação, embora ainda tivesse grande impacto nas eleições de 1974.

O MDB conseguiu vitória surpreendente nas eleições para o Senado Federal, superando o partido do governo, a ARENA, com 14,6 milhões de votos, contra 10 milhões e aumentou a representatividade da oposição de sete para 20. Para a Câmara dos Deputados Federais, o partido do governo superou a oposição, 11,9 milhões de votos, contra 11 milhões. O MDB aumentou o número de cadeiras de 87 para 161, enquanto a ARENA caiu de 233 cadeiras para 203. A oposição possuiu maior representatividade no Legislativo Federal, pois conseguiu um terço do colegiado dos Deputados Federais, concedendo força para abrir Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), convocar deputados e barrar possíveis reformas constitucionais que exigissem dois terços para a aprovação (ALVES, 1984; REIS, 2014; SKIDMORE, 1988).

Nas Assembleias Legislativas Estaduais, a ARENA ganhou com 12,2 milhões de votos, contra 11,2 milhões do MDB. Porém, a votação do MDB foi superior em cidades importantes como São Paulo, Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Os resultados das eleições de 1974 consistiram mais do descontentamento da população contra o governo, do que a favor do partido da oposição. Conforme Alves (1984, p.189, grifo do autor):

Para muitos observadores políticos, como para membros do próprio MDB, a vitória da oposição surpreendia como uma inversão das tendências eleitorais. As eleições foram em geral consideradas equivalentes a um plebiscito em que os eleitores votaram antes *contra* o governo do que *na* oposição.

O processo de liberalização eleitoral das eleições de 1974 não modificou o papel do MDB no cenário político, porém, lhe garantiu maior representatividade no Legislativo e proximidade com os movimentos de base. Por se tratar da única oposição “legal” do cenário político, o MDB unificou grande parte da oposição do governo e permitiu a participação de diversos grupos no processo eleitoral (ALVES, 1984; MACIEL, 1999).

O governo se precaveu para as próximas eleições, que ocorreram em 1976, a nível municipal. O presidente promulgou a Lei N°6.639 de 1 de julho de 1976, assinada por seu Ministro da Justiça Armando Falcão, que ficou conhecida como Lei Falcão. E



determinou que as propagandas eleitorais de rádio e televisão para as eleições municipais teriam que conter apenas o nome, o partido, o número e o currículo dos candidatos. O que favoreceu a campanha eleitoral da ARENA e prejudicou diretamente a campanha do MDB, pois o partido do governo poderia recorrer a inúmeros recursos oferecidos pelo Estado, enquanto que o maior trunfo da oposição foi proibido e o partido não dispunha de recursos financeiros suficientes para empreender campanha em todas as cidades do país. A vitória da ARENA, ainda que tenha recebido vantagens na campanha eleitoral, não foi significativa, 15,2 milhões de votos, contra 12,7 milhões. Novamente, o partido da oposição foi superior nas maiores cidades do país (ALVES, 1984).

Embora as eleições de 1976 tenham obtido resultado positivo, o governo passou a se preocupar com as eleições que ocorreriam em 1978 para governadores e para o Legislativo. Submeteu a Emenda Constitucional N°7 em março de 1977, com o intuito de atacar diretamente o poder Judiciário, criando o Conselho da Magistratura para controlar os juízes e transferindo para os tribunais militares o julgamento de policiais militares. A OAB se opôs ativamente ao projeto, exigindo que o MDB rejeitasse ou modificasse o projeto. O MDB decidiu por unanimidade votar contra o projeto no dia 30 de março e, dois dias após a votação, Geisel utilizou dos poderes do AI-5 para fechar o Congresso Nacional (ALVES, 1984).

Durante o período de recesso do Congresso, o presidente Geisel aprovou a Emenda Constitucional N°7 no dia 13 de abril e a Emenda Constitucional N°8 no dia 14 de abril. O Congresso foi reaberto no dia 15 de abril. Essas reformas constitucionais ficaram conhecidas como “pacote de abril”. A primeira se tratou do mesmo material de controle do Judiciário enviado para o Congresso em março e rejeitado pelos votos do MDB. O segundo foram modificações significativas no processo eleitoral, tais como: a permanência das eleições indiretas para governador, a realização de eleição indireta para parte do senado, em que os senadores passaram a ser conhecidos como “senadores biônicos”; modificou o colégio eleitoral que elegia o presidente e aumentou a duração do mandato presidencial para seis anos; estabeleceu que as propostas de emenda constitucional passaram a exigir apenas maioria absoluta e não dois terços como anteriormente, reduzindo o poder de negociação do MDB e, por fim; estendeu as restrições impostas pela Lei Falcão em 1976 ao processo eleitoral (ALVES, 1984; SKIDMORE, 1988).



O presidente Geisel tomou as medidas cabíveis para controlar a oposição no processo eleitoral de 1978, porém, para o cargo de presidente, os militares “linha-dura”, sob a liderança do Ministro de Guerra General Sylvio Frota, procuravam uma candidatura alternativa. O General Frota anunciou sua candidatura em 1977, acreditava-se que suas ligações dentro do Exército e nos centros de informação do governo poderiam garantir sua candidatura, entretanto, o candidato estimado por Geisel para continuar o processo de distensão era João Batista Figueiredo, chefe do SNI (ALVES, 1984).

O General Frota empreendeu forte campanha para desbancar Geisel, utilizando de sua influência dentro dos órgãos de informação em busca de apoio militar e, em 1977, passou a procurar diretamente os integrantes do Congresso para um eventual apoio a sua candidatura. O presidente Geisel, reconhecendo a urgência de agir quanto às atitudes de seu ministro, emitiu sua demissão no dia 12 de outubro de 1977, que era feriado nacional, assim, o General Frota não poderia reunir apoio suficiente para desbancar a decisão do presidente. O General Frota contactou o Alto Comando, que optou a apoiar o presidente Geisel (ALVES, 1984).

O presidente Geisel anunciou a candidatura de João Baptista Figueiredo para a presidência em dezembro de 1977, para candidatura a vice-presidente foi escolhido Aureliano Chaves, ex-governador de Minas Gerais. O MDB, embora não possuísse verdadeiras chances de vitória, anunciou a candidatura do General Euler Bentes Monteiro à presidência e do senador Paulo Brossard para vice-presidente. A eleição ocorreu em outubro de 1978, elegeu-se João Baptista Figueiredo, com 355 contra 266 votos (SKIDMORE, 1988).

As eleições Legislativas ocorreram em novembro de 1974. As modificações efetuadas pelo governo com o “pacote de abril” garantiram o controle da ARENA nas duas casas legislativas federais, a Câmara dos Deputados e o Senado, o segundo graças aos “senadores biônicos”, eleitos indiretamente pelo mesmo colégio eleitoral que elegeu o presidente, porém, a votação foi apertada. No Senado, o MDB superou o partido da ARENA com 56,9% dos votos; na Câmara de Deputados a ARENA superou com 50,4% dos votos, contra 49,5% do MDB. Embora o “pacote de abril” tenha garantido a maioria da ARENA nas duas casas do Congresso, ficou visível a força política conquistada pelo MDB em matéria de votos (ALVES, 1984).



Em outubro de 1978 o Congresso aprovou a Emenda Constitucional N°11, encaminhada pelo presidente Geisel. A matéria desativava parte da estrutura do Aparato Repressivo do Executivo Federal, com destaque para a abolição do AI-5. Dentre outros fatores, reestabelecia o *habeas corpus* para presos políticos, a abolição da censura prévia para rádio e televisão, a abolição da pena de morte e prisão perpétua e a garantia a independência do Judiciário, contundo, garantia poderes excepcionais ao Executivo Federal, como decretar “estado de sítio” ou “estado de emergência” sem a aprovação do Congresso. Essas medidas ficaram conhecidas como “salvaguardas” e foi o mecanismo utilizado pelo governo para manter o controle do cenário político ao seu favor (SKIDMORE, 1988).



### **3 O GOLPE MILITAR EM GOIÁS: ANÁLISE DO PROGRAMA DE PLANEJAMENTO DO GOVERNO IRAPUAN COSTA JÚNIOR**

Os Programas de Planejamento Governamental ocuparam expressiva importância para o processo de consolidação da indústria nacional. O primeiro programa de maior expressão foi o “Plano de Metas”, implantado durante o governo de Juscelino Kubistchek, responsável pelo desenvolvimento da indústria automobilística e por estabelecer uma nova dinâmica entre o Estado, a burguesia nacional e o capital estrangeiro.

A década de 1960 inaugurou novos programas de Planejamento Governamental. O primeiro, durante o governo de João Goulart, o Plano Trienal, não logrou sucesso, sendo rapidamente abandonado. O golpe civil-militar de 1964 resultou em uma solução militar para a crise de hegemonia política e econômica. A proposta dos militares foi de modernização industrial, associada ao capital estrangeiro. Para tanto, foi implantando o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) durante a gestão do marechal Castelo Branco, elaborado pelos ministros Roberto Campos e Gouveia Bulhões, diferentemente do Plano Trienal, o PAEG gestou-se em um sistema repressivo, isto é, durante uma Ditadura Militar, amparando-se no Executivo Federal para sua execução. O principal marco do PAEG foi o arroxo salarial da classe trabalhadora, como mecanismo de estancar o aceleramento das taxas inflacionárias e do controle do balanço de pagamentos, que inviabilizava o crescimento econômico nacional.

Durante a gestão do General Costa e Silva foi implantado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) elaborado pelos ministros Antônio Delfim Neto e Hélio Beltrão. A conjuntura econômica apresentou condições mais favoráveis em relação aos resultados do PAEG. Nesse sentido, o PED apresentou marcos de crescimento econômico superiores ao programa anterior, utilizando da capacidade ociosa industrial.

O presidente Emílio Médici, por sua vez, implantou inicialmente o Metas e Bases para Ação de Governo que, diferentemente dos programas anteriores (PAEG e PED), não possuiu um caráter de planejamento global, mas serviu como mecanismo de orientação para as direções econômicas iniciais do governo, lançando os antecedentes do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (IPND).



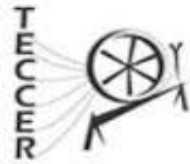
O IPND, elaborado pelos ministros Delfim Neto e João Paulo Reis Velloso, consistiu-se como proposta para encaminhar a sociedade brasileira para o pleno desenvolvimento, calcada na formação de uma economia moderna, dinâmica e competitiva, gerando as premissas para a constituição de um país desenvolvido. Durante sua implantação foram alcançados altos índices de crescimento econômico, principalmente do setor industrial, culminando no chamado “milagre econômico”, porém, acompanhado do acirramento da desigualdade social e da deterioração da condição de vida da classe trabalhadora.

A crise do petróleo, desencadeada no ano de 1973, prejudicou a dinâmica de crescimento da economia brasileira e ocorreu em decorrência do aumento do preço do petróleo. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) quadruplicou o preço do produto, o Brasil importava cerca de 80% para o consumo interno, o que causou forte impacto no balanço de pagamentos, deteriorando a dinâmica de crescimento industrial, calcada no uso intensivo de importação.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND) elaborado pelos ministros Mário Henrique Simonsen e João Paulo Reis Velloso, durante a gestão do General Ernesto Geisel, computou a mesma metodologia do IPND, propondo uma nova dinâmica de crescimento. No entanto, a crise do petróleo forçou o governo a recorrer ao endividamento externo e à utilização das reservas cambiais para manter o crescimento econômico. Nesse sentido, os Programas Governamentais do período da Ditadura Militar, materializaram-se na relação entre o Estado, a burguesia nacional e o capital estrangeiro. O Estado ocupou papel fundamental.

Borges (2004b, p.185-186) vai dizer que:

O Estado materializa-se incentivando e programando a vinda de empreendedores e trabalhadores, distribuindo terras, coordenando assentamentos e viabilizando o surgimento de cidades. Ao longo do tempo são as iniciativas estatais que potencializam interesses e regulam as solidariedades e os conflitos, ditam os parâmetros e leis que, enfim, resultam não apenas na própria feição administrativo-burocrática e policial do Estado – que fiscaliza, arrecada, planeja e dinamiza o desenvolvimento das forças sociais – mas também na sua capacidade de cumprir as funções de regulação e legitimação da ordem social.



Posto que os Programas Governamentais ocorreram em um regime militar com conotação repressiva, estabelecendo-se em uma relação unilateral do governo sob a população, Borges (2004b, p.187) pontua:

Após 1964, o controle estatal sobre a economia e a sociedade se torna mais forte e mais visível que antes, em razão do caráter tecnocrático e repressivo do regime militar. Cabe então aos governos a implementação e a sustentação da modernização capitalista, com programas e recursos de fontes públicas federais e estaduais. A diferença, em relação aos períodos anteriores, aparece no fato de os programas e objetivos da ação estatal, nesta etapa, intensificarem seus padrões seletivos, com os benefícios atingindo algumas camadas da população e excluindo várias outras. Aos setores excluídos, a nova feição do Estado reservará medidas compensatórias através de intenso assistencialismo praticado em vários governos, que nem sempre se revela eficaz, a não ser nos seus efeitos eleitorais.

Desse modo, o Estado interveio em benefício de apenas uma pequena parte da população, direcionando e incentivando o crescimento econômico e a concentração de renda. Os Programas Governamentais auxiliaram como mecanismo de direcionamento para os interesses da burguesia nacional e do capital estrangeiro.

No Estado de Goiás, o processo de Planejamento Governamental foi primeiramente utilizado pelo governador Mauro Borges, o I Plano Governamental Econômico do Estado de Goiás. Para tanto, utilizou-se da mesma metodologia do “Plano de Metas”, visando a aceleração do processo de acumulação de capital, concentrando as metas para a criação de infraestrutura e o desenvolvimento do setor agrícola, porém, não contou com a mesma política de implantação.

Para Rabelo (2004, p.61-62):

Se o sucesso do Plano de Metas pode ser atribuído ao controle das ‘zonas de incertezas’, por meio da criação de uma ‘administração paralela’, esta perspicácia política faltou ao Governador Mauro Borges Teixeira e, conseqüentemente, ao êxito do Plano MB. As zonas de incertezas, em termos deste Plano, eram principalmente as fontes de recursos e os limites da ação do Estado. As metas realizadas no triênio de 1961/1963 atingiram apenas 45% dos investimentos previstos. Além do mais, houve no período uma diminuição no ritmo de crescimento da economia goiana, causada pela queda da produtividade do setor agrícola, que teria esgotado a sua capacidade de produção, com os métodos arcaicos que lhe eram característicos. Assim, a conclusão de que o Plano MB fracassou não nos parece precipitada.



Porém, conforme Rabelo (2004, p.62), é incorreto atribuir o insucesso ao Governo Mauro Borges e ao Plano MB<sup>17</sup>, uma vez que a economia goiana estava inserida em um contexto de crise econômica nacional. Ainda, vale ressaltar os resultados provenientes do programa, como o melhoramento do sistema educacional, da assistência sanitária, de infraestrutura – construção de estradas, implantação de projetos industriais de energia elétrica – e a inovação no plano administrativo.

Desse modo, o Plano MB inaugura o processo de Planejamento Governamental em Goiás, contribuindo, conforme Borges (2004b, p.193) na promoção da unidade pública, assumindo a direção do processo de formação de capital. Nesse sentido, o programa fomentou maior intervenção estatal na economia estadual, transferindo funções anteriormente da iniciativa privada, que se provaram ineficientes, para o Estado.

O Governador Mauro Borges não concluiu seu mandato governamental. O Estado de Goiás sofreu uma intervenção do Executivo Federal em novembro de 1964, durante a gestão do presidente militar Marechal Castelo Branco, cassando o mandato de Mauro Borges e nomeando um interventor, o que será discutido posteriormente.

### **3.1 As Particularidades do Golpe Militar em Goiás**

O Estado de Goiás possuiu certas particularidades no processo do golpe civil-militar instaurado no Brasil em 1º de abril de 1964. O governador Mauro Borges emitiu um manifesto contra o presidente João Goulart no dia 31 de março, declarando apoio institucional ao golpe. A atuação do governador goiano, em 1964, se diferenciou do que ocorreu em 1961 durante a campanha de legalidade para a posse de João Goulart. Mauro Borges posicionou-se a favor da ordem constitucional, defendendo a posse de Goulart e a democracia (SOUZA, 2004).

Mauro Borges foi eleito governador do Estado de Goiás em 1962 pelo PSD. Acreditou-se em primeiro momento que manteria seu mandato governamental após o golpe, em decorrência do manifesto em favor dos militares, da sua proximidade com o presidente eleito pelo Alto Comando, Castelo Branco e pelo fato de o mesmo ser um militar. Porém, a oposição de Mauro Borges, concentrada no partido da UDN, recorreu,

---

<sup>17</sup> O I Plano Governamental Econômico do Estado de Goiás ficou popularmente conhecido como Plano Mauro Borges (Plano MB).



inicialmente, a Castelo Branco para retirar seu apoio ao governador goiano, não logrando sucesso, se voltaram ao general Costa e Silva, alegando a incompatibilidade política de Mauro com a “revolução” (SOUZA, 2004).

A UDN redigiu um documento demonstrando que os interesses do governador não condiziam com a proposta dos militares, alegando a proximidade de Mauro Borges e do ex-governador Pedro Ludovico Teixeira<sup>18</sup> com os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, governos criticados pelos militares. Uma comitiva com integrantes da Frente Agrária Democrática Goiana – organização paramilitar organizada por fazendeiros goianos – visitaram o presidente Castelo Branco solicitando a intervenção imediata do governo federal e a cassação do mandato de Mauro Borges. O presidente Castelo Branco não atendeu ao pedido solicitado, porém, encarregou o coronel Danilo, oficial ligado ao militares linha-dura, para acompanhar a situação do Estado goiano (SOUZA, 2004; RABELO, 2004).

O objetivo inicial dos militares foi o de expurgar os remanescentes e simpatizantes do governo de João Goulart, para tanto, utilizaram como ferramenta o AI-1, que empreendeu as primeiras medidas repressivas, como a suspensão de direitos individuais, o estabelecimento de inquéritos para apuração de crimes contra o Estado, lançando as bases dos IPMs, que autorizava o Executivo Federal a cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais e a suspensão de direitos políticos por dez anos (ALVES, 1984; SOUZA, 2004).

Os IPMs, embora previsto pelo AI-1, foram promulgados como Decreto-Lei em abril de 1964, constituindo-se como mecanismo legal para expurgar indivíduos que ameaçassem a segurança nacional, contudo, não possuiu nenhum aparato jurídico, sendo, em alguns casos, utilizados como ferramenta de perseguição política (ALVES, 1984).

No Estado de Goiás, Mauro Borges liderou o aparato repressivo inicialmente, instaurando a Comissão Geral de Investigação e nomeando seus integrantes. Os IPMs foram, de início, comandados pelo coronel Avany Arroxelas Medeiros, que desempenhou papel imparcial, distanciando-se dos políticos da UDN, que procuravam

---

<sup>18</sup> Pedro Ludovico Teixeira foi o responsável pela fundação e transferência da capital de Goiás, Goiânia. Participou ativamente da revolução de 1930, sendo nomeado interventor do Estado. Eleito governador em 1935, permanecendo no cargo durante todo o período do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). Em 1945 é eleito senador e retorna ao cargo de governador em 1950. Pedro Ludovico manteve seu seguimento de liderança política com a eleição de seu filho Mauro Borges como deputado federal em 1958, e posteriormente governador em 1961.



imprimir influência na formação dos inqueritos. Porém, a visita dos integrantes da Frente Agrária Democrática Goiana ao presidente Castelo Branco e a posterior indicação do coronel Danilo para acompanhar o trabalho da Comissão Geral de Investigações e chefiar os IPMs, modificou a liderança das “forças revolucionárias” no Estado goiano, estimulando as articulações da oposição do governador (SOUZA, 2004; RABELO, 2004).

O coronel Danilo assumiu o comando dos IPMs no dia 31 de agosto de 1964, sua proximidade com os militares “linha-dura” e sua influência junto ao general Costa e Silva animou a oposição. A primeira tentativa de incriminar Mauro Borges ocorreu a partir de uma entrevista na televisão. Alfredo Nasser, integrante da UDN, alegou o favorecimento de parentes do governador em compras de terras devolutas e de seu envolvimento na subversão no campo. Esse primeiro ataque desencadeou críticas de outros políticos importantes da UDN, como o prefeito de Goiânia, Hélio de Brito (SOUZA, 2004).

Durante a formação dos IPMs, que findou no dia 05 de setembro de 1964, o coronel Danilo empreendeu diversos estímulos para denúncias efetuadas pela sociedade e contou com a colaboração de diversos políticos da UDN goiana, como Irapuã Costa Junior, nomeado governador do Estado de Goiás em 1974, Ary Valadão, José Fleury, Olímpio Jaime, Emival Caiado. Durante o período do dia 05 ao dia 20 de setembro foram efetuados os relatórios dos inqueritos e o coronel Danilo encaminhou a apuração para o general Riograndino Krueel, comandante dos IPMs em Brasília (SOUZA, 2004).

Nesse relatório, acusou Mauro Borges de abrigar comunistas em cargos do governo e promover a subversão. O relatório do IPM de Mauro Borges, de 12 de novembro de 1964, apontou atividades subversivas. Conforme o Relatório de IPM (1983, p.698) (Anexo A):

- a) foi responsável pela doutrinação e propaganda ideológica marxista, bem como pela pregação subversiva no Estado de Goiás; b) entregou as Presidências de órgãos estaduais a comunistas, proporcionando livremente a infiltração de elementos subversivos em postos-chaves do seu Governo, antes e depois da Revolução de 31 de Março de 1964; c) permitiu a preparação da subversão por meios violentos, não tomando medidas oportunas para impedir o desenvolvimento do processo revolucionário em GOIÁS; d) incentivou a doutrinação marxista no Estado, pelas ligações que facilitou entre elementos comunistas notórios, nacionais e estrangeiros, com estudantes, órgãos do Governo e outras classes,

montando no Estado de Goiás, um esquema comuno-subversivo que denunciou um indisfarçável e agressiva tomada de posição contra o regime político instituído no Brasil; e) a posição do Governador MAURO BORGES foi, em face das ligações do comunismo brasileiro com CUBA, POLÔNIA e RÚSSIA, direta e indiretamente, não apenas no sentido teórico e doutrinário, antes e principalmente em termos de aceleração do processo de subversão da ordem política e social no Brasil, de modo violento e revolucionário, à base de guerrilhas.

Em depoimento para o IPM, o Governador Mauro Borges negou as acusações de subversão contra o regime militar e declarou que a administração não abrigava indivíduos comunistas. Suas declarações foram refutadas durante a apuração dos depoimentos para formação do inquérito, que concluíram que grande parte dos pontos-chaves do governo estava sendo desempenhadas por elementos comunistas. Conforme Relatório de IPM (1983, p.667) (Anexo A):

(7) O Sr. MAURO BORGES declarou que a administração do / Estado de Goiás nunca esteve e nem está infestada de elementos comunistas ou contrários à ordem democrática e, mais, que desconhece a existência, em postos-chaves da administração estadual de elementos comunistas ou subversivos. (8) A relação constante da alínea 'a'<sup>19</sup> deste item (*sic*) revela claramente, a grande quantidade de elementos comunistas e subversivos que MAURO BORGES mantinha no Governo (*sic*), muitos dos quais em postos-chaves. Analisando-se a situação de cada um daqueles elementos, com base na referência dos depoimentos, conclui-se que o Governador conhecia muito bem seus auxiliares; inclusive a orientação ideológica de cada um.

Devido a impossibilidade do Executivo Federal de cassar o mandato governamental, o general Kruehl tentou transferir o processo para o Tribunal de Justiça Militar. O governador Mauro Borges agiu em seguida, solicitando um pedido de *habeas corpus* ao Supremo Tribunal Federal. A votação do *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal ocorreu no dia 23 de novembro de 1964, sendo aprovado por unanimidade, impossibilitando qualquer julgamento de Mauro Borges pela Justiça Militar (SOUZA, 2004).

Porém, a pressão exercida pelo coronel Danilo, em nota à imprensa, ressaltando a resistência do presidente Castelo Branco em agir em conformidade com os ideais da “revolução”, pressionou o presidente a tomar medidas mais consistentes e, então,

---

<sup>19</sup> A alínea “a” deste item elenca a infiltração comunista no Palácio do Governo. Foram descritos 11 indivíduos fichados como comunistas, ou sancionados na aplicação do Ato Institucional.



Castelo Branco emitiu uma nota após a votação do *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal, manifestando a intenção de respeitar a decisão, mas, ressaltou que as ações do Governador de Goiás empreendiam desnecessárias agitações, mencionado que o apoio de Mauro Borges à “revolução” ocorreu de modo calculado (SOUZA, 2004).

No dia 24 de novembro o coronel Meira Mattos, sub-chefe da Casa Militar da Presidência, visitou o Estado de Goiás, solicitando uma reunião com os comandantes e oficiais militares do Estado, ordenando a agilidade para que os oficiais ficassem à disposição. O coronel Meira Mattos retornou a Brasília após a reunião, informando que a intervenção ocorreria nos próximos dias. Embora o Governador Mauro Borges dispusesse de apoio da população goiana, não contava de condições reais para resistir. Desistiu da resistência após ser informado de que o Exército havia solicitado um hospital para o alojamento (SOUZA, 2004).

O presidente Castelo Branco temia a reação dos militares “linha-dura” de empreender uma intervenção militar e prender o Governador Mauro Borges. Como mecanismo legal para a deposição do Governador, se volta para o Legislativo e decreta a intervenção no dia 26 de novembro. O Decreto é aprovado no dia 27 de novembro de 1964 na Câmara de Deputados por 181 votos a favor, 132 votos contra e 17 abstenções. No Senado Federal foi aprovado por 40 votos a favor, oito contra e duas abstenções. Assim, ficou determinada a intervenção Federal no Estado de Goiás, para manter a integridade nacional, a medida teria o prazo de 60 dias e o coronel Carlos Meira Mattos foi nomeado o interventor (SOUZA, 2004).

Nesse sentido, o coronel Meira Mattos, durante os 60 dias de intervenção, obteve o apoio necessário da Assembleia Legislativa e no dia 07 de janeiro de 1965 é declarada a vacância ao cargo de Governador do Estado de Goiás. No artigo 1º da Resolução, aprovada na Assembleia Legislativa, é reconhecida a incompatibilidade de Mauro Borges em exercer o cargo de governador. O artigo 2º negou a solicitação de processar o Governador Mauro Borges, declarando não ser objeto de deliberação e arquivando definitivamente o processo. Posteriormente foi efetuada a eleição para Governador, o Marechal Emílio Ribas Júnior foi eleito com 32 votos (SOUZA, 2004).

Durante o mandato como Governador do Estado de Goiás, entre janeiro de 1965 e janeiro de 1966, o marechal Ribas empreendeu forte campanha para a unificação política no Estado, se precavendo para as eleições governamentais que ocorreriam em 1965 (SOUZA, 2004).



A distribuição dos cargos governamentais foi efetuada entre os partidos que possuíam maior representatividade e da escolha do Governador. O marechal Ribas passou a pressionar o partido da UDN para a escolha do candidato, alegando que caso a escolha não fosse efetuada, o Governador indicaria Castro Costa, Deputado Federal por Goiás (FERNANDES, 2002).

Diante da pressão exercida pelo marechal Ribas, a UDN realizou uma convenção. A disputa ficou entre os nomes de Emival Caiado e Otávio Lage de Siqueira. Por fim, Otávio Lage venceu, tornando-se o candidato do Governo. A escolha de Castelo Branco, se consolidou pelo esforço do marechal Ribas, junto ao Presidente Castelo Branco, para que o poder do Estado não retornasse à família Caiado. O PSD indicou Peixoto da Silveira para a disputa da eleição governamental. A eleição ocorreu em outubro de 1965 e Otávio Lage de Siqueira foi eleito Governador do Estado de Goiás (FERNANDES, 2002).

Nesse sentido, a deposição do Governador Mauro Borges, em decorrência das articulações efetuadas pela oposição, concentrado no partido da UDN, resultou na intervenção do Executivo Federal no Estado de Goiás. A nomeação do marechal Ribas como interventor e a posterior vitória eleitoral de Otávio Lage de Siqueira para o Governo Estadual concluíram as particularidades do Golpe Militar no Estado. No próximo tópico será discutido como a economia goiana se inseriu nos quadros da economia nacional durante o período de 1966 a 1974.

### **3.2 A Economia Goiana nos Quadros da economia Nacional entre 1966 a 1974**

Durante o Governo de Castelo Branco foi criado o Estatuto da Terra, pela Lei N° 4.504 de 30 de novembro de 1964. O intuito foi o de criar os mecanismos para transformar os latifúndios improdutivos em empresas rurais. Os proprietários de terras do Estado de Goiás, juntamente com as lideranças políticas, protestaram quanto à formulação do Estatuto da Terra e da política governamental, que privilegiava o setor industrial e penalizava o setor agrícola (SOUZA, 2004).

Em janeiro de 1966, o Executivo Federal delegou o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA) para efetuar o cadastramento das propriedades rurais no Estado de Goiás. Os proprietários de terras, ao receberem o técnico do instituto, questionaram a real necessidade do cadastramento de suas propriedades e,



posteriormente, se reuniram em uma Assembleia para discutir se efetuariam o mesmo. Todavia, objetivou-se, no final da reunião, não efetuar o cadastramento, o que gerou certo descontentamento do Presidente da República. Castelo Branco comunicou-se com Otávio Lage solicitando o incentivo do Governador eleito aos proprietários de terra do Estado de Goiás, para efetuar o cadastramento. Entretanto, apenas 49 propriedades foram cadastradas (SOUZA, 2004).

O General Costa e Silva tomou posse da Presidência da República em março de 1967. Dissemelhantemente do presidente anterior, Costa e Silva abandonou a execução do Estatuto da Terra e passou a implantar uma nova dinâmica para o setor agrícola, o que privilegiou a concentração de terra no Estado de Goiás (SOUZA, 2004).

O setor agrícola passou a ser prioridade das políticas governamentais do Governo brasileiro a partir da implantação do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) durante a gestão de Costa e Silva. O Ministro da Fazenda, Delfim Neto, passou a gerir as políticas econômicas (DELGADO, 2001).

Delfim Neto empreendeu diversos estudos sobre a questão agrária entre 1962 e 1965, defendendo o processo de modernização agrícola e criticando a proposta de Reforma Agrária. Nos estudos em questão, Delfim Neto desconsiderava, da análise da questão agrária, a estrutura fundiária vigente – calcada na grande propriedade – e as relações de trabalho existentes no campo, que agiam em prejuízo dos trabalhadores rurais, que contavam apenas com a produção de subsistência. Pontuou que as funções da agricultura deveriam ser calcadas em cinco fundamentos: liberar mão de obra para a indústria; conceber oferta satisfatória de alimentos ao mercado nacional; fornecer matéria-prima para o setor industrial; elevar a expansão do setor de exportação e; transferir renda real para o setor urbano, de modo que somente se reconheceria desequilíbrio do setor agrícola quando umas dessas funções não fossem satisfatórias (DELGADO, 2001).

Desse modo, os programas governamentais se direcionaram para o processo de modernização agrícola, calcada na produção de produtos com alto valor comercial destinado à exportação e privilegiando a constituição da grande propriedade rural. No caso do Estado de Goiás, o processo de modernização, impulsionado pelos programas governamentais dos militares, iniciou-se com a implantação de campos experimentais de produção agrícola durante o mandato de Otávio Lage e obteve bons resultados, assegurando o potencial agrícola de Goiás (DELGADO, 2001; BORGES, 2004b).



Os projetos de implantação dos campos experimentais de produção agrícola, no Estado de Goiás, ocorreram dentro de um contexto de planejamento global, de ocupação por meio da produção agrícola dos “espaços vazios”, incluindo as áreas do Cerrado. O Estado de Goiás é composto pelo Cerrado, o segundo maior bioma brasileiro, ocupando 21% de todo o território nacional do Brasil. O conjunto de ecossistemas que permeia o Cerrado é composto por savanas, campos e matas de galeria. O clima é estacional, dividido em um período chuvoso de outubro a março e um período seco de abril a setembro.

Klink e Machado (2005, p.148) discorrem que:

Os remanescentes do Cerrado que existem nos dias de hoje desenvolveram-se sobre solos muito antigos, intemperizados, ácidos, despauperados de nutrientes, mas que possuem concentrações elevadas de alumínio. Para torna-los agrícolas, aplicam-se fertilizantes e calcário aos solos do Cerrado. A pobreza dos solos, portanto, não se constituiu em obstáculo para a ocupação de grandes extensões de terra pela agricultura moderna, especificamente a cultura da soja.

Portanto, justifica-se a discussão de a ocupação agrícola do Cerrado depender dos programas de desenvolvimento tecnológicos para tornar a atividade lucrativa. As terras planas e aptas para a introdução da mecanização agrícola favoreceram o processo de integração do Estado de Goiás para a modernização do campo, porém, a ocupação desconsiderou os pequenos produtores, que foram destituídos do direito a propriedade e da obtenção de créditos e subsídios oriundos dos programas governamentais (KLINK; MACHADO, 2005).

Desse modo, o processo de modernização agrícola do Estado de Goiás, no final da década de 1960, se beneficiou da criação de políticas, tais como o crédito rural; a política de preços mínimos; a desvalorização cambial; a ampliação da rede rodoviária e; dos investimentos em pesquisa.

Oliveira *et al.* (2014, p.3) destacam que:

Com base no modelo de modernização das estruturas agrícolas que ocorreram as transformações no meio rural a partir das décadas de 1960 e 1970, promovidas essencialmente por um processo de adoção tecnológica no desenvolvimento das atividades do campo, e incrementadas de forma que propiciassem ganhos de produtividade pelo rendimento na produção e incentivadas por um conjunto de



políticas que tinham por objetivo fomentar a criação de uma infraestrutura necessária ao exercício desse decurso.

O Crédito Rural, estruturado durante a Ditadura Militar, foi criado a partir da Lei Nº 4.829 de 5 de novembro de 1965<sup>20</sup>, sendo submetido ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central do Brasil. Foi dividido em três formas, conforme Oliveira *et al.* (2014, p.4):

O primeiro refere-se ao crédito de custeio e está vinculado à formação de capital de giro, voltado para a aquisição de insumos agrícolas. O segundo é o crédito de investimento, o qual é reservado para aquisição de bens de capital, tais como máquinas e obras de infraestrutura. E, por fim, o crédito de comercialização, que objetivava fornecer suporte financeiro no momento da venda da produção de mercado, possibilitando ao produtor escolher a melhor oportunidade para a efetivação da transação.

A maior parte dos recursos provenientes do Crédito Rural foi utilizada para o custeio, através da aquisição de insumos agrícolas, tais como: semente, fertilizantes e defensivos, reafirmando a necessidade do tratamento do solo da região do Cerrado, para a produção em larga escala, seguida do crédito de investimentos, principalmente na compra de maquinários e na edificação de infraestrutura – construção de estradas e silos para o armazenamento de grãos. O crédito de comercialização foi o menos utilizado, uma vez que suas operações eram contempladas pela política de preços mínimos (OLIVEIRA *et al.* 2014).

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) foi fundamental para controlar a instabilidade dos preços agrícolas durante o processo de modernização.

A Conab (2017, s.p) diz que:

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) é uma importante ferramenta para diminuir oscilações na renda dos produtores rurais e assegurar uma remuneração mínima, atuando como balizadora da oferta de alimentos, incentivando ou desestimulando a produção e garantindo a regularidade do abastecimento nacional.

---

<sup>20</sup> A estruturação do Crédito Rural se firmou a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural a partir da Lei Nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964; do Crédito Rural instituído pela Lei Nº 4.829, de 5 de novembro de 1965; do Decreto Nº 58.380, de 10 de maio de 1966, que regulamentou o Crédito Rural; do Decreto-Lei Nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, além de outras Medidas Provisórias e Portarias Interministeriais específicas.



A aplicação da PGPM fundamentou-se na utilização de duas ferramentas governamentais: a Aquisições do Governo Federal (AGF) e o Empréstimos do Governo Federal (EGF). A primeira foi utilizada para a compra direta do Governo da produção rural; a segunda constituiu-se na abertura de uma linha de crédito para o armazenamento da produção para vendas futuras. De todo modo, agia como mecanismo de segurança ao produtor agrícola, do início da produção até a venda do produto (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

A dinâmica de aplicação da PGPM funcionou também como mecanismo de redução de demanda, impactando nos preços dos produtos agrícolas na venda final do produto, pois, os retirava do mercado. Beneficiou, também, a unificação dos interesses das classes dominantes no processo de modernização agrícola das décadas de 1960 e 1970 e possibilitou ao Governo implantar seu poder de regulador nas políticas macroeconômicas (OLIVEIRA *et al.* 2014).

Outro fator determinante para o processo de modernização agrícola foi a política cambial adotada a partir de 1968. O Ministro Delfim Neto passou a efetuar minidesvalorizações da moeda corrente em relação ao dólar, o que facilitou o controle do processo inflacionário e a manutenção da balança comercial, variáveis fundamentais para o crescimento econômico nacional. Os produtores agrícolas se beneficiaram da política cambial, pois possibilitou maior lucratividade na venda do produto destinado à exportação.

Para Oliveira *et al.* (2014, p.10):

A taxa de câmbio exerce um forte domínio sobre o resultado da balança comercial, devido a sua influência sobre os preços dos produtos de origem interna e externa. Desse modo, em um regime de desvalorização cambial a moeda local se deprecia em relação à moeda estrangeira e, portanto, criam-se condições favoráveis ao processo de exportação.

Todavia, a política adotada por Delfim Neto procurou, primeiramente, beneficiar o crescimento industrial do país, visando o desenvolvimento do setor agrícola como prioridade, para servir como mecanismo de combate ao *déficit* na balança de pagamentos e manter a dinâmica de crescimento industrial, calcado na importação de equipamentos e tecnologia. O setor mais dinâmico da economia brasileira do período, para o mercado de exportações, era o setor agrário, além de se considerar a importância



do setor para o controle da inflação, pois impactava diretamente no poder de compra da população.

Skidmore (1988, p.188) aponta:

Primeiro, o preço dos alimentos pesava consideravelmente no custo de vida. A luta contra a inflação seria perdida se a produção agrícola pelo menos não acompanhasse a crescente demanda gerada pelas rendas reais urbanas mais altas e pelo crescimento da população. Segundo, o Brasil tinha que aumentar rapidamente as exportações, e os produtos agrícolas seriam mais facilmente exportados a curto prazo. Terceiro, o aumento da renda rural deteria o êxodo para as cidades já sobrecarregadas.

Uma das primeiras atitudes de Delfim Neto foi permitir o incentivo fiscal aos produtores agrícolas, convencendo o Conselho Monetário Nacional a abandonar a cobrança de impostos a setores específicos de insumos agrícolas, como fertilizantes, máquinas (GONÇALVES NETO, 1997).

As duas primeiras áreas designadas pelo PED foram: a modernização do sistema de abastecimento e a modernização tecnológica da produção agrícola. Em Brasil (1967, p.49) tem-se que:

No tocante à armazenagem, três aspectos principais serão atacados, uma vez que, em termos (*sic*) globais, a capacidade instalada parece ser adequada: o de certas regiões, insuficientemente atendidas; o da armazenagem especializada, notadamente para perecíveis; e o de expansão da capacidade de estocagem a nível de intermediário e o de produtor. Os serviços de classificação e de informação do mercado serão aperfeiçoados. Quanto à produção, promover-se-á a revolução tecnológica na Agricultura, cuja papel, no próximo estágio de desenvolvimento, se mede não apenas pela sua contribuição direta ao crescimento do produto, mas também pela criação de mercado mais amplo para a produção industrial. A política agrícola terá por objetivo não somente (*sic*) elevar a taxa de crescimento do setor (a níveis da ordem de 5% ao ano) como moderar as flutuações a curto prazo da renda agrícola e o conseqüente (*sic*) impacto desestabilizador sobre (*sic*) os preços e sobre (*sic*) a taxa de expansão do produto nacional.

Desse modo, o problema do abastecimento agrícola focaria em produtos como carne, leite, arroz, feijão, batata, milho, legumes. Assim, Gonçalves Neto (1997, p.130) aponta quatro áreas que nortearam a ação estratégica do governo: os programas integrados de aumento da produtividade, no tocante a produtos alimentícios básicos; programas de incentivo ao uso de insumos modernos e combate a doenças;



fortalecimento e especialização do crédito rural e; incentivo à industrialização no meio rural.

Para a edificação de infraestrutura, a ampliação da rede rodoviária foi fundamental para o escoamento das mercadorias. O processo de expansão da rede rodoviária no Estado de Goiás iniciou-se de forma mais intensa no final da década de 1950, com o projeto de construção da nova capital federal, Brasília, e a consolidação da indústria automobilística durante o Governo de Juscelino Kubistchek. Porém, vale salientar, conforme Castilho (2014, p.113-114), que o processo de construção de redes rodoviárias no Estado de Goiás foi influenciado pelos contextos políticos e econômicos de cada período, não apresentando uma regularidade.

A construção da rede rodoviária no Estado de Goiás, durante a Ditadura Militar, pode ser dividida em dois períodos: o primeiro na década de 1960, pela abertura de estradas e o segundo a partir da década de 1970, pela pavimentação e melhoramento das vias existentes. De todo modo, propiciou a integração econômica e social do Estado com outras regiões de grande importância econômica, satisfazendo demandas estruturais importantes.

Segundo Castilho (2014, p.177):

Das ligações de longa distância entre os principais centros urbanos por meio de eixos troncais; das ligações de média distância entre regiões interioranas e eixos troncais ou centros mais importantes; das ligações locais, que atendem demandas internas dos municípios.

Desse modo, a construção da rede rodoviária favoreceu o Estado de Goiás, tanto no contexto de integração nacional, quanto nas relações econômicas e sociais internas, além de favorecer o escoamento da produção e a modernização do setor agrícola (CASTILHO, 2014).

Houve também outro fator determinante para a modernização agrícola. Os investimentos destinados à pesquisa, que passaram a desempenhar importante papel de suporte e difusão quanto as novas tecnologias destinadas a produção agrícola, funcionando como assistência técnica aos produtores (GONÇALVES NETO, 1997).

Foram criadas instituições, a partir da década de 1970, com o intuito de promover tanto a pesquisa agrícola, quanto disseminar projetos de extensão rural. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foi criada através da Lei N°



5.851, de 07 de dezembro de 1972, durante o governo do General Médici. Em 1974, foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) através da Lei N°6.126, de 06 de novembro, substituindo a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) substituindo a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

A ACAR foi criada em 1948, com o objetivo de fornecer crédito para a produção agrícola submetida à supervisão técnica e a ABCAR, criada em 1956, tinha o intuito de coordenar as atividades da ACAR por todo país. As substituições se justificaram, conforme Oliveira *et al.* (2014, p.84), pela necessidade de desvincular a assistência técnica do crédito rural.

No Estado de Goiás foi criada a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA), fundamentada para coordenar a pesquisa e a extensão rural. Atuou tanto no setor privado, quanto no público, no caso do segundo por intermédio da EMATER. Sua atuação inicial ocorreu em 14 municípios, voltada para a evolução da pesquisa de grãos para o setor de exportação e criação de bovinos (OLIVEIRA e col., 2014).

A estruturação do desenvolvimento de pesquisas, assistência técnica e extensão rural ocorreram a partir da EMBRAPA, instituição responsável pela pesquisa agrícola; EMATER e EMBRATER, instituições destinadas a direcionar a disseminação das inovações tecnológicas e dos projetos de extensão rural. A nova dinâmica incorporou o produtor rural à modernização agrícola, através da introdução de máquinas e fertilizantes no processo produtivo e assistência técnica direcionada para o avanço da produção e produtividade (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Por fim, vale ressaltar os programas de desenvolvimento estaduais implantados em Goiás durante o período do regime militar.

Conforme Borges (2004b, p.194):

A centralização promovida durante o regime militar força governos estaduais e empreendedores particulares a tomar medidas e desenvolver programas integrados aos objetivos estabelecidos pelo governo federal. A figura do planejamento afirma-se então como instrumento que define o papel do Estado no desenvolvimento e, ainda, as suas relações com as forças internas nas diferentes regiões. Em Goiás, os planos de Governo posteriores a 1964 conservam uma visão tecnicista no planejamento e, em geral, primam por flagrantes



contradições internas nos diagnósticos e por inconsistências, tanto em questões conceituais como nas propostas que apresentam.

O governo de Mauro Borges inaugurou a dinâmica de planejamento governamental nos termos regionais, com o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, popularmente conhecido como Plano Mauro Borges. Com os desdobramentos do golpe civil-militar de 1964, e a posterior posse de Otávio Lage de Siqueira no cargo de Governador, foi apresentado o Plano de Ação de Governo (PAG) para o triênio de 1968-1970 (BORGES, 2004b; ARRIEL, 2017).

O PAG destinou maior atenção ao setor agrícola, reconhecendo a predominância dos setores agrícolas e pecuários na pauta produtiva do Estado, elencando esforços para a diversificação produtiva e pautando-se na ampliação da produção agrícola através do aumento da área cultivada e aumento dos rendimentos produtivos. Empreendeu, ainda, o plantio experimental na Zona da Ilha do Bananal e nas planícies adjacentes, através da introdução da agricultura irrigada, calcada em cinco fundamentos que estão descritos em Goiás (1968, p.138):

- 1- Construção de barragens de terras vedando os poucos vales que desembocam nos rios para evitar que por êle (*sic*) venham as cheias a se extravasarem na planície;
- 2- Contrôles (*sic*) das inundações pela construção de diques, canais de drenagem e estações de bombeamento;
- 3- Disponibilidade de bombas e energia elétrica para acioná-las;
- 4- Equipamentos mecânicos para preparo, mobilização do solo, colheita, adubação, etc.;
- 5- Exame tecnológico dos solos e experimentação agrícola pioneira, inclusive adubação controlada.

Os campos experimentais objetivaram multiplicar a produção do Estado e ofertar produtos com preços competitivos no mercado nacional. De acordo com Borges (2004b, p.201), os campos experimentais implantados por Otávio Lage obtiveram bons resultados, confirmando o potencial agrícola do Estado de Goiás.

No setor industrial, o PAG destacou três metas, apresentadas por Arriel (2017, p.124): implantação de uma Cidade Industrial, na qual foi designada a capital, Goiânia como sede; formação de mão de obra industrial, através do apoio a escolas para a formação técnica industrial e a criação de três outras escolas e; o incremento à mineração, pautada no desenvolvimento de pesquisas e substituindo o método tradicional de garimpeiros, para grandes empresas de mineração. Porém, tais metas não



se concretizaram, sendo iniciadas apenas durante o governo de Leonino Caiado (ARRIEL, 2017).

O Plano de Governo para o período de 1973-1975 foi apresentado durante o Governo de Leonino Di Ramos Caiado. No plano industrial, o programa foi direcionado à indústria para a transformação de produtos agropecuários e extração mineral. Arriel (2017, p.128) destaca que o governo de Leonino Caiado inaugurou as políticas de desenvolvimento industrial integrado no Estado de Goiás, partindo de uma visão territorial.

A primeira ação governamental foi a promulgação da Lei N°7.700, de 1973, estipulando concessão de incentivos fiscais, implantação de infraestrutura e isenção de impostos, de modo a atrair investimentos industriais. A Companhia de Distritos Industriais de Goiás foi instituída em 1973, através da Lei N° 7.766, com o intuito de promover e gerir projetos de Distritos Industriais, facilitando o processo de integração da indústria e agropecuária, porém, somente durante o governo de Irapuã Costa Junior que os distritos passaram a ser implantados (ARRIEL, 2017).

No setor agrícola foi empreendido um estudo quanto à estrutura da mão de obra agrícola no Estado e as suas principais produções, categorizando sumariamente cada cultura – arroz, feijão, mandioca, algodão, café, cana-de-açúcar, soja – e apresentando seus aspectos gerais, projeção de oferta, possibilidades industriais, exportação estadual e nacional. Destacou a progressiva diversificação da produção do Estado, através da introdução de novas culturas. O programa pontuou ainda a necessidade de aproximação do setor agrícola e o industrial (GOIÁS, 1973).

Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação de Governo foram apresentadas durante o governo de Irapuã Costa Júnior, para o período de 1975-1979 e, por fim, o Plano de Ação de Governo para o período de 1979 a 1982 durante o governo de Ary Valadão. Consoante Borges (2004b, p.194-195), o programa do governo de Irapuã Costa Júnior fundamentou maior coerência quanto ao cenário econômico do Estado (BORGES, 2004; ARIEL, 2017) e será discutido no próximo tópico.

### **3.3 Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação de Governo do Estado de Goiás (1975-1979)**

As Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação de Governo Irapuã Costa Junior foram apresentadas em março de 1975, para o período de 1975 a 1979. Sua elaboração ocorreu



através do diagnóstico do desenvolvimento estrutural e conjuntural do Estado de Goiás, pautou-se no levantamento de dados quanto a realidade estadual, verificando requisitos como: a disponibilidade de recursos, a infraestrutura, o sistema empresarial, o sistema financeiro estadual, a balança comercial e a composição do Produto Interno Bruto (PIB). A metodologia imprimiu ao programa coesão superior, em comparação aos programas anteriores.

Borges (2004b, p.194-195) destaca que:

O documento do governo de Irapuã Costa Jr. (1975 a 1979), 'Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo Irapuã Costa Jr.', apresente maior coerência interna que os dois acima mencionados (programa de Governo Otávio Lage e programa de Governo Ary Valadão), o que represente um motivo a mais para que ele seja posteriormente lembrado ora como momento importante do planejamento em Goiás, ora como proposta mais refinada no viés tecnocrático e nas bases de análises impopulares.

As funções do governo se direcionaram na coordenação dos mecanismos de mercado e na correção dos desequilíbrios econômicos. Desse modo, resultou em estratégias de caráter mais técnica e medidas impopulares (BORGES, 2004b).

O fraco dinamismo da empresa Goiana foi evidenciado no diagnóstico efetuado para a elaboração do programa.

Relata-se em Goiás (1975, p.12) que:

É fraco o dinamismo da empresa goiana, pouca a sua agressividade e diminuta a sua experiência. Em algumas regiões e cidades ela praticamente inexistente, a não ser no sentido jurídico. Essa situação é verdadeira principalmente no Setor Primário. E o que é pior: às vezes incursiona-se tão somente pelos caminhos da simples especulação, sem maior criatividade, sem maior significado econômico. O empirismo e a ausência de estrutura empresarial dificultam a absorção de novas técnicas, frustrando expectativas e impedindo a formação de tradição de mercado.

Portanto, as Diretrizes previam a ação de auxiliar a iniciativa privada, tanto na realização dos financiamentos, quanto na criação de infraestrutura, reservando para o Estado o papel de gerir os investimentos em setores pouco atrativos para a iniciativa privada, ao mesmo tempo em que propôs a ação controladora geral do sistema econômico, direcionada para a utilização das potencialidades regionais (GOIÁS, 1975).

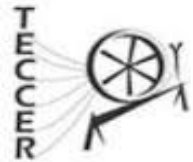


Assim, o diagnóstico identificou a disponibilidade interna de recursos, ressaltando as notáveis reservas de minerais, tais como níquel, amianto e calcário. Pontuou, também, a modesta estrutura industrial de extração mineral estadual, enfatizando os entraves para o desenvolvimento do setor, tais como: disponibilidade de recursos, política creditícia adequada e ausência de infraestrutura. As Diretrizes objetivou como instrumento de ação para o setor, a criação de projetos de exploração de jazidas, provenientes do capital estatal, e autorizando a criação de consórcios com empresas privadas (GOIÁS, 1975).

O setor de extração mineral ocupou relevância tanto em escala estadual, quanto em escala nacional, uma vez que a produção do Estado de Goiás se destinou para a exportação, influenciando positivamente na balança comercial do país, fator determinante para manter o crescimento econômico nacional. Tanto o IIPND, quanto o Diretrizes destinaram estratégias para o crescimento do setor de extração mineral (GOIÁS, 1975; BRASIL, 1974).

A análise do setor industrial, por sua vez, reconheceu as limitações técnicas do Estado, em comparação com a estrutura nacional, porém, salientou o crescimento recente, principalmente a partir da edificação da capital do Estado, Goiânia, e a construção da nova capital federal, Brasília, ocasionando no crescimento da indústria da construção civil, com a elevação do crescimento demográfico e a ampliação da rede rodoviária. Considerou, ainda, a criação de instituições públicas, como a Secretária de Indústria e Comércio, beneficiando o planejamento estatal e a criação de empresas Estatais, para a ocupação das atividades não desempenhadas pela iniciativa privada, como a empresa Metais de Goiás S.A., que era responsável pelos projetos de exploração mineral (GOIÁS, 1975).

No entanto, as características básicas da indústria do Estado, constatadas no diagnóstico, foram à baixa absorção de mão de obra por unidade industrial e baixo volume de produção, associando as indústrias do Estado como um “artesanato industrial” em decorrência da produção, do tipo de mercado e da tecnologia utilizada. Nesse sentido, o instrumento da ação governamental foi o de estimular a agroindústria, utilizando do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, para implantação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) em uma ação que se iniciou durante o governo de Leonino Caiado (CUNHA, 2010).



O DAIA foi criado em 9 de setembro de 1976. A proposta da criação do Distrito Agroindustrial partiu de uma ação conjunta entre os governadores de Goiás, isto é, foi iniciada por Leonino Caiado e concluído pelo governador Irapuã Costa Junior, associada às propostas do IIPND, quanto ao estímulo para o setor industrial.

De acordo com Brasil (1974, p.63):

O programa (IIPND) caracteriza-se por abordagem integrada do desenvolvimento agropecuário e agroindustrial, contemplando desde a identificação de culturas e a indicação de sistemas de produção, até a reorganização agrária, a complementação da infraestrutura, a pesquisa e a assistência técnica, o crédito e a comercialização.

O DAIA favoreceu o processo de desenvolvimento do setor agrícola associado ao industrial, constituindo-se no principal distrito agroindustrial do Estado de Goiás.

Para Cunha (2010, p.79):

O que se percebe, a partir desse momento, é uma mudança no processo de desenvolvimento de Goiás pautado, sobretudo, nos ideais de modernização do processo produtivo, uma vez que na agricultura se registrava uma intensa modernização e o setor industrial ganhava destaque nas políticas de desenvolvimento. Tal realidade favoreceu o desenvolvimento da política de industrialização estruturada, sobretudo, no aproveitamento das potencialidades do estado, isto é, no beneficiamento dos produtos oriundos da agropecuária local.

Tendo em vista os aspectos mencionados do setor industrial, cabe ressaltar os resultados do diagnóstico acerca do setor agrícola. O diagnóstico das Diretrizes trata da produção em escala nacional, discorrendo sobre o aumento da produção agrícola e das políticas adotadas pelo governo dos militares, como o crédito rural, o PGPM, linhas de financiamento e investimento. As Diretrizes citam ainda a iniciativa do IIPND quanto à política agrícola.

Segundo Goiás (1975, p.17):

O II Plano Nacional de Desenvolvimento prevê para a Agricultura e Pecuária um novo papel na estratégia nacional de desenvolvimento, assim definido: contribuição mais significativa à expansão do PIB, com menor preço para o consumidor, maior renda para o agricultor e melhor padrão de vida para o trabalhador, além de efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados. Tal desempenho, nos dois aspectos, implicará em taxas de crescimento de 7% ao ano.



Lembra, todavia, o documento que o Brasil, no quadro mundial, é ainda um dos poucos países com ampla disponibilidade de espaço. Neste sentido, o papel reservado às regiões Centro-Oeste e Amazônia é de vital importância.

Nesse sentido, as políticas de ocupação produtiva dentro do IIPND, direcionadas para a região do Centro-Oeste, deram bons resultados econômicos para o processo de modernização agrícola no Cerrado, porém, com alto custo aos pequenos produtores e a produção de subsistência, uma vez que, as políticas foram direcionadas para a produção de larga escala. A estratégia se pautou na análise do amplo território ainda “não ocupado” e dos avanços tecnológicos que permitiram a “correção” dos solos ácidos. O Cerrado passou a ser visualizado como ponto estratégico privilegiado dos planos de desenvolvimento agrário. O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) foi criado pelo governo federal em 1975 dentro das diretrizes do IIPND. Foi um órgão de fomento, objetivando a ocupação lucrativa do território central do país com políticas de modernização agrícola via incentivo e financiamentos, além de propiciar a infraestrutura e políticas de habitação. O POLOCENTRO foi coordenado pela SUDECO (ESTEVAM, 1997).

O POLOCENTRO foi criado para a modernização agrícola do Centro-Oeste brasileiro. Foi inspirado em programas anteriores como o Programa de Crédito Integrado (PCI) de 1972 e o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) de 1973. O objetivo do POLOCENTRO foi o de promover o desenvolvimento e a modernização da região Centro-Oeste e parte do território de Minas Gerais. Pautou-se na edificação de infraestrutura, na pesquisa agropecuária e na oferta do crédito rural.

Para Estevam (1997, p.133-134):

Em matéria de infraestrutura, as ações desenvolvidas pelo POLOCENTRO estiveram concentradas nos setores de armazenamento, estradas e energia. O sistema de pesquisa montado pelo POLOCENTRO, sob coordenação da EMBRAPA, alcançou bons níveis de desempenho. Foram implantados – em toda área de abrangência do programa – centros, unidades de pesquisa e campos experimentais. O esforço concentrou-se no aprimoramento da tecnologia de cultivos e na pecuária de corte em áreas de Cerrado. O crédito rural foi segmento básico do POLOCENTRO e fortaleceu de maneira acelerada o processo de capitalização no campo. Para a concessão desse financiamento exigiu-se “adequado” padrão tecnológico, elevada densidade de capital, motomecanização, além de farta aquisição de fertilizantes e outros insumos.



O intuito no setor de infraestrutura foi o de estruturar as “empresas fazendas”, através da construção da malha rodoviária e do aumento da capacidade de armazenamento e energia, além do apoio técnico e da estruturação das instituições de fomento (ESTEVAM, 1997).

O sistema de pesquisa agropecuária foi coordenado pela EMBRAPA e contou com a assistência técnica de empresas privadas gerenciadas pela EMBRATER. A EMBRAPA foi responsável por determinar os polos de desenvolvimento, que totalizaram 12 com potencial de desenvolvimento agropecuário. No Estado de Goiás foram identificados cinco polos situados nas cidades de Gurupi, Pirineus, Piranhas, Paranã e Rio Verde. O POLOCENTRO, no Estado de Goiás, contou ainda com a colaboração da agência de pesquisa estadual, EMGOPA e da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás (CASEGO) no setor de armazenamento (ARRIEL, 2017).

O sistema de crédito rural foi o principal fundamento do POLOCENTRO, sendo o mecanismo que efetivou o incentivo à aplicação do capital e o incremento tecnológico produtivo no Estado de Goiás. O crédito rural, conforme Estevam (1997, p.137-138), apresentou tendência crescente a partir da década de 1970, fortalecendo o processo de capitalização do campo. Durante a implantação do POLOCENTRO as linhas de crédito favoreceram o grande produtor, detentores das condições para produção em larga escala, o que gerou concentração dos recursos financeiros nas grandes propriedades. A Tabela 1 demonstra a proporção de recursos financeiros provenientes do crédito rural por hectares:

**Tabela 1- Proporção de recursos financeiros por hectares**

<b>Propriedade (ha)</b>	<b>Proporção de recursos financeiros provenientes do crédito rural</b>
0 – 100	0,5
100 – 200	3,0
200 – 500	11,0
500 – 1000	20,5
1000 – 2000	26,0
2000 ou mais	39,0
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Cavalcanti e Barreira (2011, p.184).

A alocação dos recursos financeiros beneficiou apenas uma pequena parcela dos proprietários rurais, privilegiando a constituição de latifúndios incorporados ao



mercado. Assegurou, ainda, o processo de modernização agrícola, através da incorporação de máquinas e insumos agrícolas.

Para Estevam (1977, p.139-140):

As modificações técnicas na exploração agropecuária em Goiás, em função do crédito rural, foram intensas na década de 1970. Tal processo pode ser apreendido em função do aumento acelerado do número de tratores na região. As áreas planas de cerrado favoreceram o emprego de equipamentos mecânicos em função de suas características físicas e, paralelamente, o solo ácido e com deficiência em nutrientes facilitou a larga utilização de produtos químicos para a produção regional.

Os gêneros produtivos estiveram concentrados em produtos com alto valor comercial como o milho e a soja. As produções tradicionais, como o arroz e o feijão, declinaram consideravelmente. Conforme Estevam (1997, p. 142), a produção do milho sempre foi tradicional do Estado de Goiás, porém, sofreu modificações quanto à estrutura produtiva, em virtude dos impulsos de seu valor comercial e de sua utilização na indústria alimentar. A produção da soja foi incorporada no final da década de 1960 e, em decorrência dos avanços das pesquisas agrícolas e dos incentivos do Estado, tornou-se uma das principais produções do Estado de Goiás.

O POLOCENTRO empreendeu forte estímulo à modernização agrícola no Estado de Goiás, fundamentando uma produção em larga escala de produtos com alto valor comercial. Em síntese, conforme Cavalcanti e Barreira (2011, p.185) é possível fazer as seguintes observações:

A) O programa logrou êxito: provou que as áreas de cerrado são viáveis economicamente à agricultura comercial, incorporando extensas áreas ao sistema produtivo e transformando o Planalto Central em um dos maiores celeiros mundiais; B) Ao invés de fixar populações no campo, absorvendo mão de obras de outras regiões do país – uma das intenções da SUDECO –, o POLOCENTRO promoveu um rápido e intenso êxodo rural. C) Os danos ambientais provocados pela devastação dos cerrados são irreparáveis e o Programa teve uma grande parcela de culpa. E) Apenas uma pequena parcela dos produtores rurais foi beneficiada pelo Programa: de modo geral, as linhas de financiamento agrícola primaram pela seletividade, patrocinando prioritariamente os grandes latifúndios integrados ao mercado.



Resumidamente, o processo de modernização, implantado pelo POLOCENTRO, beneficiou a formação de latifúndios e a concentração da produção em produtos com alto valor comercial, como a soja e o milho. O pequeno produtor não logrou êxito na obtenção de crédito rural, o que foi resultado do processo de modernização agrícola promovida pelo avanço do capital sobre a economia agrária, impedindo os pequenos produtores de ingressar no mercado agropecuário competitivo, forçando a proletarização do trabalhador rural (ESTEVAM, 1997).

A dinâmica de ocupação produtiva, implantada com o processo de modernização agrícola no Estado de Goiás, ocorreu através de um modelo de integração subordinada entre o governo estadual e o governo do federal. As Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo Irapuã Costa Junior foram diretamente influenciadas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico do Governo Geisel.

Tendo como o exemplo a política de integração com a economia internacional do IIPND, que estipulou a redução das importações como mecanismo de controle do impacto da crise do petróleo, para as exportações, estipulou-se um aumento em taxas anuais superiores a 20% anuais entre 1974 e 1979. A estratégia de integração nacional, por sua vez, dispôs de uma política global para desenvolvimento da região do Centro-Oeste, centrada na ocupação econômica dos “espaços vazios”. À vista disso, o crescimento do setor agrícola foi fator determinante para consolidação das estratégias do governo federal (BRASIL, 1974).

As Diretrizes destacaram o potencial agrícola do Estado de Goiás, ressaltando tanto os recursos, quanto a estrutura produtiva existente. O Programa ainda reconheceu o setor como o mais relevante da economia estadual, elencando estratégias para a produção de produtos destinados para o abastecimento do consumo interno, para o abastecimento de matéria-prima para a indústria nacional e de produtos direcionados para o comércio internacional (GOIÁS, 1975).

As estratégias e instrumentos de ação das Diretrizes dialogaram com o planejamento global das atividades agrícolas e suas funções do IIPND. Conforme Goiás (1974, p.134):

A estratégia compreenderá, sobretudo, a atenção do Governo estadual para o suprimento, às empresas, de insumos básicos, tais como energia elétrica abundante e de qualidade, infraestrutura econômica bem dimensionada e funcional, transportes e comunicações tudo em



perfeita cooperação com os Governos federal e municipais. Essa estratégia prevê ainda a utilização de todos os mecanismos financeiros oferecidos pelo Governo federal, diretamente ou através de repasses ao Sistema Financeiro Estadual, bem como as vantagens locais comparativas.

Nesse sentido, a progressão do setor agrícola pelos investimentos do governo estadual e federal, associou-se para: a constituição de infraestrutura, como estradas, armazéns e silos; o estímulo à pesquisa e experimentação agrícola, através de empresas como a EMBRAPA, EMATER e ENGOPA e; para a nova estruturação do crédito agrícola, de modo a intensificar o processo de modernização agrícola para a produção extensiva. O POLOCENTRO foi o principal programa de cooperação entre o governo estadual e federal, alinhado em um interesse comum, de ocupação econômica dos “espaços vazios” do Estado de Goiás (BRASIL, 1974; GOIÁS, 1975).

A influência ditada pelo IIPND nas Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação de Governo de Irapuã Costa Junior foi o fator determinante para manter o modelo de integração subordinada entre o governo estadual goiano e o governo nacional. As estratégias e os instrumentos do governo estadual gestaram dentro do contexto econômico nacional e agiram em conformidade com as estratégias do governo federal. As estratégias e os instrumentos do governo estadual gestaram dentro do contexto econômico nacional e agiram em conformidade com os objetivos específicos de desenvolvimento do setor agrícola do governo federal para o Estado de Goiás.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se discutir neste trabalho a influência dos programas de desenvolvimento do governo federal sobre os programas de desenvolvimento do Estado de Goiás durante a Ditadura Militar. Para tanto, impôs-se necessário compreender o processo de intervenção territorial efetuada pelo Estado, a relação e cooperação do Estado de Goiás com a economia nacional, promovendo um modelo de integração subordinada. Nesse sentido, o principal instrumento teórico para a análise da interferência do processo de planejamento foi o materialismo dialético.

A intervenção territorial promovida, a partir do golpe civil-militar de 1964, mascarado de “revolução”, modificou as relações políticas, econômicas e sociais, por intermédio da repressão do regime. Desse modo, foi possível a implantação de programas de desenvolvimento que visaram exclusivamente o crescimento econômico. O PAEG e o PED direcionaram o saneamento financeiro e a utilização da capacidade ociosa do setor industrial nacional, a partir de 1965. O país, anteriormente, estava submerso nos desequilíbrios econômicos, causados pela aceleração das taxas de inflação, do *déficit* no balanço de pagamentos e na queda do investimento público e privado, principalmente a partir de 1961. No fim da década de 1960, o país passou a apresentar melhores indicadores econômicos, dentre estes, elevadas taxas de crescimento.

A economia nacional, entre 1968 e 1973, apresentou altos índices de crescimento do PIB. O setor que apresentou maior crescimento foi o industrial, sendo que a dinâmica de crescimento se pautou no planejamento governamental, através da implantação do Metas e Bases e o IPND, da entrada do capital estrangeiro e do incentivo ao setor de exportações, uma vez que o setor industrial carecia do uso intensivo de importações de equipamentos e tecnologias, necessitando do aumento das exportações para manter o crescimento. Durante o mesmo período o Estado de Goiás



passou a contribuir, através de sua pauta de produção agrícola e mineral, com o setor de exportação nacional.

O Estado de Goiás inseriu-se no cenário econômico a partir do processo de modernização agrícola, estipulado e conduzido sob os auspícios do governo federal. O crescimento do setor agrícola em Goiás, principalmente a partir da década de 1970, foi ocasionado pelas políticas públicas implantadas pelos programas de desenvolvimento do governo federal, que contaram com a cooperação do governo estadual.

A crise do petróleo de 1973, ocasionada pelo aumento do preço do produto, prejudicou a economia nacional, comprometendo a dinâmica de crescimento. O governo federal apresentou o IIPND, em 1974, para direcionar as políticas governamentais. Assim, optou-se por manter o crescimento econômico, resultando na utilização das reservas cambiais e no endividamento externo. Desse modo, foram estabelecidos programas de ocupação produtiva do setor agrícola, destinados a fomentarem a diversificação da pauta de exportação e a redução do *déficit* do balanço de pagamentos.

O principal programa de ocupação produtiva foi o POLOCENTRO, criado em 1974, para promover o desenvolvimento do setor agrícola do Centro-Oeste. Pautou-se no investimento em infraestrutura, pesquisa agrícola e na oferta de crédito rural. Direcionou a maior parte de seus recursos para os grandes produtores, privilegiando a produção em larga escala e o latifúndio.

Logo, o processo de integração subordinada, ditada pelo governo federal sobre o Estado de Goiás, foi seguido tanto pelas instituições estaduais, quanto na metodologia de elaboração dos programas de desenvolvimento. O Estado de Goiás cumpriu o papel de produtor agrícola e de minerais, desconsiderando a realidade econômica e social da sociedade. Houve a concentração de terras, beneficiando apenas uma pequena parcela dos proprietários rurais e a proletarização do trabalhador rural.

Notou-se que a Ditadura Militar modificou a estrutura política, econômica e social no Brasil, privilegiou os interesses das classes dominantes e do capital estrangeiro. O aparelhamento do Estado militarizado garantiu a implantação de programas de desenvolvimento que se destinaram unicamente para a acumulação de capital. As principais consequências foram o acirramento da desigualdade social, na repressão da sociedade civil por intermédio da violência, o cerceamento de direitos básicos, como salários e condições de trabalho, bem como o desencadeamento de conflitos sociais e a censura.



Diante das observações apresentadas, o processo de intervenção do Estado no território brasileiro influenciou em todo o processo produtivo e no direcionamento das políticas governamentais. Ao Estado de Goiás coube a implementação das diretrizes estabelecidas pelo governo federal e foi dentro desse contexto que se estabeleceu a modernização agrícola, o aumento da produção e a inserção da economia estadual no cenário econômico nacional.

Portanto, o Estado de Goiás se consolidou como produtor agropecuário, reafirmando sua subordinação econômica frente ao governo federal. A opção do governo, federal em intensificar a produção agrícola em Goiás, aprofundou as disparidades econômicas e sociais, privilegiando a concentração de terras no meio rural, associada à centralização do capital no meio urbano.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, Estagnação e Ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.
- ALVES, Denysard O.; SAYAD, João. O Plano Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970. In: MINDLIN, Betty. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- ARRIEL, Marcos Fernando. **A Dinâmica Produtiva e Espacial da Indústria Goiana**. 2017. 207f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2017.
- BARROS, César Mangolin De. **Ensino Superior e Sociedade Brasileira: Análise Histórica e Sociológica dos Determinantes da Expansão do Ensino Superior no Brasil (Décadas de 1960/70)**. 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BASBAUM, Leoncio. **História Sincera da República de 1930 a 1960**. São Paulo: Editora Fulgor Limitada, 1968.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahlut. **Razões Econômicas, não Economicistas, do Golpe de 1964**. IE/UNICAMP, Campinas, n.229, 2014.
- BORGES, Pedro Célio A. O Bipartidarismo Autoritário em Goiás. In.: SOUZA, Dalva Borges. **Goiás: Sociedade e Estado**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004a.
- BORGES, Pedro Célio. Formação e Representações do Estado de Goiás. In.: SOUZA, Dalva Borges. **Goiás: Sociedade e Estado**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004b.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. **I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico**. Brasília, 1971.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. **II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico**. Brasília, 1974.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. **Metas e Bases para a Ação de Governo** Brasília, 1970.



BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social**. Brasília, 1962.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. **Plano de Ação Econômica do Governo**. Brasília, 1965.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. **Programa Estratégico de Desenvolvimento**. Brasília, 1967.

CASTILHO, Denis. **Modernização Territorial e Redes Técnicas em Goiás**. 2014. 221f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2014.

CAVALCANTI, Marcelo Antunes; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Ações da SUDECO no Desenvolvimento do Centro-Oeste no Estado de Goiás**. Boletim Goiano de Geografia, v.31, n.2, p.179-191, jul/dez, 2011.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Preços Mínimos**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/precos-minimos>. Acesso em: 08 abr. 2020.

DELGADO, Guilherme C. **Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no Pós-Guerra: um estudo da reflexão agrária**. São Paulo: Estudos Avançados, n.43, 2001.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

ESTEVAM, Luís. **O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

FARO, Clovis de; SILVA, Salomão L. Quadros da Silva. A década de 1950 e o Programa de Metas. In.: GOMES, Angela de Castro. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

FERNANDES, Clever Luiz. **História da UDN nas eleições em Goiás (1945-1966)**. 2002. 144f. Dissertação. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2002.

FERREIRA, Jorge. A Estratégia do Confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.24, n.47, p.181-212, 2004.

GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Coordenação. **Plano de Ação do Governo Otávio Lage de Siqueira: Triênio 1968 a 1970**. Goiás, 1968.

GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Coordenação. **Plano de Governo do Governo Leonino Caiado: Triênio 1973 a 1975**. v.2 (Agropecuária). Goiás, 1973.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.



KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A Conservação do Cerrado brasileiro. **MEGADIVERSIDADE**, v.01, n.1, 2005.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LAFER, Betty Mindlin. O Conceito de Planejamento. In.: MINDLIN, Betty. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil – observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In.: MINDLIN, Betty. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A Retomada do Crescimento e as Distorções do “Milagre”: 1967-1973. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60). In.: GOMES, Angela de Castro. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MACIEL, David. **Democratização e Manutenção da Ordem na Transição da Ditadura Militar à Nova República**. 418p. Tese (Mestrado). Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 1999.

MACIEL, Dulce Portilho; CARVALHO, Lígia Maria. “Turismo selvagem” na Ilha do Bananal: desafortunada iniciativa do Presidente J. Kubistchek. In.: CUARTO CONGRESO LATINOAMERICANO DE HISTORIA ECONÓMICA – **CLADHE IV**. Bogotá, 2014.

MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. **Acumulação Monopolista e Crises no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MARAM, Sheldon. Juscelino Kubistchek e a política presidencial. In.: GOMES, Angela de Castro. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CDPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

OLIVEIRA, Danillo Alves de et al. Políticas Determinantes ao Processo de Modernização Agrícola no Centro-Oeste Brasileiro. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v.3, n.1, p.71-94, jan./jul. 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista: o Ornitorrinco**. São Paulo: Boi Tempo, 2013.



ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antônio Claudio. Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

RABELO, Francisco Chagas E. Mobilização Social e Tradicionalismo Político em Goiás (Governo Mauro Borges, 1961-1964). In.: SOUZA, Dalva Borges. **Goiás: Sociedade e Estado**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RESENDE, André Lara. Estabilização e Reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Dalva Borges. O Golpe em Goiás. In.: SOUZA, Dalva Borges. **Goiás: Sociedade e Estado**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004.

SPOHR, Martina. A Relação Empresarial-Militar entre Brasil e Estados Unidos no Golpe de 1964. **Militares e Política**, n.9, p.53-63, 2011.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

## ANEXOS

Anexo A – Relatório de IPM – Serviço Nacional de Informações Agência de Goiânia, 1983.

AGO/SNI

004962 - 3 MAR 83

ACE

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA DE GOIÂNIA  
ENCAMINHAMENTO Nº 0039 /16/AGO/SNI/83

DATA : 22 FEV 83.

ASSUNTO : SUBVERSÃO NO GOVERNO DE GOIÁS EM 1964

DIFUSÃO : SS/06/AGO/SNI

ANEXO : RELATÓRIO DE IPM

---

1. Relatório de IPM, de 12 NOV 64, que apurou as seguintes atividades subversivas de MAURO BORGES TEIXEIRA, cujo encarregado foi o Gen. RIOGRANDINO KRUEL:

- a. foi o responsável pela doutrinação e propaganda ideológica marxista, bem como pela pregação psicológica subversiva no Estado de GOIÁS;
- b. entregou as Presidências de órgãos estaduais a comunistas, proporcionando livremente a infiltração de elementos subversivos em postos-chaves do seu Governo, antes e depois da Revolução de 31 de março de 1964;
- c. permitiu a preparação da subversão por meios violentos, não tomando medidas oportunas para impedir o desenvolvimento do processo revolucionário em GOIÁS;
- d. incentivou a doutrinação marxista no Estado, pelas ligações que facilitou entre elementos comunistas notórios, nacionais e estrangeiros, com estudantes, órgãos do Governo e outras classes, montando no Estado de GOIÁS, um esquema comuno-subversivo que denunciou uma indisfarçável e agressiva tomada de posição contra o regime político instituído no Brasil;
- e. a posição do Governador MAURO BORGES foi, em face das ligações do comunismo brasileiro com CUBA, POLÔNIA e RÚSSIA, direta ou indiretamente, não apenas no sentido teórico e doutrinário, antes e principalmente em termos de aceleração do processo de subversão da ordem política e social no BRASIL, de modo violento e revolucionário, à base de guerrilhas.

PARA TERÇA QUE TORNE O  
ENCAMINHAMENTO DESTA DOCUMENTO  
FICAR RECORRÍVEL PELA  
FUNÇÃO DE SEU SÍGILLO (11.11.83)

CONFIDENCIAL

2

*[Handwritten Signature]*

(CONTINUAÇÃO DO ENCAMINHAMENTO Nº 00099 /16/AGO/SNI/83 FL. 02/83)

2. os fatos apurados constituem crime militar, por infração ao artigo 2º, alínea III; da Lei de Segurança Nacional, da competência privativa da Justiça Militar, segundo a definição contida no artigo 42º da referida Lei de Segurança, os laudos do IPM foram remetidos à Autoridade Judiciária competente, na forma do § 2º do artigo 177, do Código de Justiça Militar.

\* \* \* \* \*

\* \* \* \* \*

MOB 187

AGU/SNI  
004962 -3 MAR 83  
ACE

## RELATÓRIO

652

Examinando-se atentamente os presentes autos do Inquérito Policial Militar, mandado proceder, de acôrdo com a Delegação de Poderes nº 712, de 27 de setembro de 1964, do Exmo Sr General de Divisão HUGO PANASCO ALVIM, verifica-se:

A - QUANTO AO CORONEL R/1 MAURO BORGES TEIXEIRA, GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS

1. SUBVERSÃO PELOS ÓRGÃOS DE DIVULGAÇÃO OFICIAL

a. Como atuavam os órgãos integrantes do CERNE:

(1) O Consórcio de Empresas Radiofônicas e Noticiosas do Estado (CERNE), se compõe dos seguintes órgãos: DIÁRIO OFICIAL, DIÁRIO DE GOIÁS, RÁDIO BRASIL CENTRAL e INSTITUTO DE CULTURA POPULAR.

(2) O CERNE seguia orientação nitidamente subversiva, // sempre publicando com destaque matéria de líderes, órgãos e associações esquerdistas e comunistas.

(3) Notável preocupação em destacar a figura do Governador MAURO BORGES, projetando-o como líder de movimentos de massas, de fundo esquerdista e comunista.

(4) Todos os órgãos do CERNE, pregavam ostensivamente a subversão, contendo farta propaganda comunista, inclusive, com sig temática preocupação em realçar os países comunistas.

(5) A evolução do processo de subversão da Ordem Política e Social vigente no País, culminando nos vários acontecimentos/ de gravidade crescente no cenário nacional, sempre mereceu destaque relevante nas páginas dos jornais e nas irradiações das emissoras oficiais; assim como focalizados foram vários ângulos da comunicação no centro oficial de educação popular.

b. Depoimento das Testemunhas

(1) Relativamente ao DIÁRIO OFICIAL

- No depoimento de MARCUS ANTONIO BRITO DE FLEURY (fls 214 a 224 e 231, 10º vol), citam-se os seguintes números, contendo matéria subversiva: ANO DE 1962 (10-9, 23-9, 22-11, 1-12, 7-12, 20-12, 21-12, 22-12, 23-12), ANO DE 1963 (19-1, 23-1, 5-2, 22-2, 10-4, 11-6, 19-6, 7-7, 27-7, 23-8, 24-8, 6-9, 12-9, 23-9, 26-9, 7-10, 9-10, 12-10, 24-10, 30-10, 24-11, 30-11, 4-12).

- Destacam-se nesses números, os seguintes trechos e / referências subversivas:



653  
67.

"Declaração de SEIXAS DÓRIA:.....eu acredito / que as reformas virão ....acredito que elas / virão por bem ou por mal" (DO 6-9-63).

"O objetivo do método PAULO FREIRE é realizar, um trabalho de conscientização e alfabetização, simultâneo" (DO 12-9-63).

"...é necessário que o alfabetizador esteja / preparado para aproveitar toda a riqueza contida na Cartilha" (DO 24-11-63).

"Propaganda do entozamento do Governo MAURO BORGES e o líder camponês JOSÉ PORFÍRIO" (DO. nº 9230).

"MAURO BORGES cita o comunista fichado e foragido JOSÉ PORFÍRIO, como exemplo do espírito/ de união dos camponeses" (DO 13-3-63).

"Elogio de DARCY RIBEIRO sobre a orientação do ensino em Goiás pelo Padre RUY RODRIGUES, Secretário de Educação e elemento comunista fichado" (que teve seus direitos políticos cassados por dez anos) (DO 24-8-63).

"Publicação de palavras de PAULO DE TARSO, combatendo aqueles que acham que o estudo é a única obrigação do estudante. O estudante deve participar das lutas do Povo" (DO 26-9-63).

"O Povo começa a se conscientizar e a vislumbrar aqueles que lutam pelo Brasil humano e aqueles que são agentes do Anti-Povo e do Anti Brasil" (DO 21-12-62).

"MAURO BORGES solidário com PINHEIRO NETO" (DO 7-12-62).

"Publicação de que esteve com ALMINO AFONSO, / com MIGUEL ARRAIS e com CLIDENOR DE FREITAS (direitos políticos cassados por subversão) com quem, segundo o próprio DO, MAURO BORGES se identifica na concepção dos problemas brasileiros" (DO 7-12-62).

"O sertanejo tem liberdade de passar fome, de vestir farrapos e de viver endividado" (provação de revolta) (DO 22-2-63).

"Publicação afirmando que MAURO BORGES e MIGUEL ARRAIS são companheiros de linha políti-



654  
L7

co-ideológica" (DO 5-2-63).

"ARRAIS diz a MAURO que quer cooperação GOIÁS-PERNANBUCO" (DO 5-2-63).

"Propaganda da visita do Embaixador Cubano JOAQUIM HERNANDEZ HERNANDEZ ao Governo Goiano" (DO. 10-12-62).

"Delegação de mulheres goianas ruma a MOSCOU (Relação); tôdas ligadas direta ou indiretamente, ao processo comunista de Goiás" (DO 19-6-63).

"No lançamento da DISPETROLGO, compareceram e prestigiaram o lançamento os Deputados NEIVA MOREIRA, GARCIA FILHO e JOSÉ PORFIRIO" (DO 10-4-63).

"Publicação sobre agitação promovida pelo Deputado JOSÉ PORFIRIO, no trabalho pelas reformas" (DO 29-8-63).

"CGT vai convidar MAURO para a concentração de trabalhadores" (DO 7-10-63).

"Propaganda sobre a campanha de esclarecimento do CGT, sobre os problemas nacionais" (DO 7-10-63).

"Ampla cobertura à visita de TITO a Goiás, de onde se extraem as palavras de MAURO BORGES : não poderia estar mais feliz do que estar recebendo uma homenagem do povo iugoslávo, tipo de uma nação pacífica" (DO 9-10-63).

"Sobre a revolução dos sargentos diz: definida a luta dos sargentos contra o privilégio das elites" (DO 23-10-63).

"Sargentos iniciam movimento para a solução / dos problemas brasileiros" (DO 6-11-63).

"Camponeses aplaudiram MUTIRÃO EM NOVO SOL.... MAURO viu e aplaudiu MUTIRÃO EM NOVO SOL" (DO 30-10-63).

(2) Relativamente ao DIÁRIO DE GOIÁS

- Esse Diário começou a circular no dia 28-2-64.
- Segundo depoimento de JAVIER GODINHO, Redator-Chefe do CERNE, caracterizou-se a linha do jornal, co



mo de orientação político-ideológica semelhante à do Diário Oficial. (Vol 4 - f. 67)

- No depoimento de ELOISIO RODRIGUES DA SILVA, Diretor do Diário Oficial e do Diário de Goiás, consta que alinha seguida pelo jornal, tinha orientação / compatível com a administração à qual pertencia.
- No depoimento de FERNANDO CUNHA JUNIOR (f1 37, 4º vol), Superintendente do CERNE, consta que a seleção de notícias, era feita de acôrdo com a orientação do Governo do Estado.
- Entre as notícias tendenciosas publicadas nesse / jornal, destacam-se os seguintes títulos:

"Trabalhadores marcam greve contra o golpe"

"JOÃO GOULART, reformas convocam soldados"

Charge intitulada "Robôs para a Marinha", com a finalidade de lançar a dissensão de classes na Marinha de Guerra (DG 31-3-64)

"Espelho dos acontecimentos", relatando elogiosamente a indisciplina de fuzileiros e marinheiros (DG 31-3-64)

(3) Relativamente à RÁDIO BRASIL CENTRAL

- Transmitia noticiário internacional, recolhido da RÁDIO CENTRAL DE MOSCOU (f1 75, 4º vol) e seguia a orientação da RÁDIO MAYRINK VEIGA (fls 70 e 71, 4º vol).
- No depoimento de JAVIER GODINHO (fls 70 e 71, 4º vol), consta que irradiava comícios de fundo comunistas, prestigiados pelo próprio Governador, com a presença de líderes considerados elementos subversivos, tais como: NEIVA MOREIRA, SÉRGIO MAGALHÃES, JOSÉ PORFÍRIO, ALMIR AFONSO, FREI JOSAPHA.
- Transmitia comentários assinados por DORIAN JORGE/FREIRE, do BRASIL URGENTE.
- Dava cobertura aos chamados movimentos de massa.
- A orientação da RÁDIO BRASIL CENTRAL era dada pelo próprio Palácio do Governador MAURO BORGES.
- No depoimento do Coronel DANILO DARCY DA CUNHA MELLO (f1 357, 10º vol), são plenamente confirmadas / as afirmações acima.
- No depoimento de SOLON BAPTISTA DO AMARAL (f1 82 ,



656

4º vol), Redator do CERNE, consta a afirmação de que o DIÁRIO DE GOIÁS dava cobertura aos movimentos subversivos.

(4) Relativamente ao INSTITUTO DE CULTURA POPULAR

- Este órgão, foi criado por MAURO BORGES, com a finalidade de estabelecer contáto direto com a massa popular, politizando-a e doutrinando-a.
- No depoimento do Capitão ANIBAL DE CARVALHO COUTINHO (fl 190, 10º vol), consta que o INSTITUTO DE CULTURA POPULAR-ICP, foi montado nos moldes do CENTRO POPULAR DE CULTURA-CPC, da UNE (que pregava o comunismo) e que encenou peças subversivas, como / MUTIRÃO EM NOVO SOL, na qual se pregava a luta de classes, ridicularizava-se o Poder Judiciário, o / Exército, o proprietário de terras e a Igreja Católica. A peça foi assistida pelo Governador, o / qual concedeu entrevista ao Diário Oficial, de 30-10-63, aplaudindo-a (fl 194, 10º vol).
- No depoimento de ELIZABETH HERMANO, funcionária do ICP, consta que a organização para o aprendizado / do método PAULO FREIRE de conscientização, alfabetização e politização em Goiás, partiu do ICP, que enviou a RECIFE, em avião do Governo do Estado de Goiás (fl 108, 4º vol), uma equipe de professores.
- No depoimento de NEI ROCHA CUNHA, do CERNE, este afirma que o ICP tinha custeado um curso de alfabetização no RECIFE, pelo método PAULO FREIRE, para as senhoritas JERÚSIA, ALDA MARIA BORGES, ELIZABETH HERMANO e MARIA IZABEL FREIRE (fl 103, 4º vol)
- No depoimento de ALDA MARIA BORGES, da UFG, afirmou ela que MARIA JOSÉ JAYME, organizou uma Cartilha denominada LIVRO DE LEITURA PARA ADULTOS, com orientação pedagógica do método de alfabetização / de PAULO FREIRE (fl 95, 4º vol).
- UASSY GOMES DA SILVA, Diretor do ICP, afirma que o autor da peça MUTIRÃO EM NOVO SOL, é o Sr AUGUSTO / BOAL, reconhecido Marxista (fl 125, 4º vol).
- No depoimento de MARCUS ANTONIO BRITO DE FLEURY, em contra-se transcrição dos Diários Oficiais, sendo / que o de 30-5-63 apresenta o título "Camponeses aplaudiram MUTIRÃO EM NOVO SOL", peça apresentada /



657

durante a realização do Primeiro Encontro Camponês -Operário-Estudantil, nas dependências do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO GOVÉRNO DO ESTADO.

- O título "MAURO vÍu e aplaudiu MUTIRÃO EM NOVO SOL bem caracteriza o apoio oficial à peça apresentada pelo ICP, do CERNE

c. Discussão do depoimento de MAURO BORGES

(1) Declarou que o DIÁRIO OFICIAL, o DIÁRIO DE GOIÁS e a RÁDIO BRASIL CENTRAL, não estavam diretamente subordinadas ao Governador; que não fiscalizava previamente a matéria e que delas / não tomava conhecimento (fl 478, 11º vol).

(2) Mais adiante, acrescenta na mesma fôlha:

"recomendei ao Diretor do CERNE, que afastasse do Diário de Goiás, o Redator-Chefe, Sr JAVIER GODINHO, por não aceitar as recomendações do Superintendente do CERNE e do Diretor do Diário de Goiás, que, por sua vez, receberam do Governador, orientação de se publicar/ um jornal austero, equilibrado e imparcialmente noticioso".

(3) Ainda na mesma fôlha disse que não se lembra exatamente da data em que afastou o Sr JAVIER GODINHO, mas que foi bem/ antes da Revolução e que não o fez por documento e, sim, verbalmente.

(4) Afirma MAURO BORGES (fl 483, 11º vol) que JAVIER GODINHO foi demitido logo após a Revolução.

(5) No depoimento de JAVIER GODINHO (fl 76, 4º vol), consta que, na entrevista de MAURO BORGES à imprensa falada e escrita, na noite de 22-4-64, afirmou êle que não demitiu o depoente (JAVIER GODINHO), acentuando que seu afastamento, resultou de ato de iniciativa e responsabilidade da Superintendência do CERNE.

(6) No depoimento de ADAILTON DOURADO, Superintendente/ do CERNE, aparece que o Governador, a partir de 10 de abril (fl 59 4º vol), interferiu na linha política do CERNE, censurando ou aplaudindo depois de publicada a matéria. Disse ainda o depoente que, (fl 63, 4º vol), ao tempo em que era Diretor Administrativo, antes da Revolução, sempre que saía matéria comuno-subversiva (no Diário de Goiás), não vacilava em comunicar ao Governador, que assim tomava conhecimento das publicações anti-democráticas.

(7) No depoimento de FERNANDO CUNHA JUNIOR (fl 37, 4º / vol), Superintendente do CERNE, aparece claro que a linha adotada/



-----  
pelo CERNE e pelo Superintendente, até 10 de abril, o era de comum/  
acôrdo com o Governador do Estado.

(8) No depoimento de RAFAEL MOREIRA DA SILVA, Redator -  
Chefe do DIÁRIO DE GOIÁS (fl 31, 4º vol), destaca-se que o respon-  
sável pela linha seguida pelo jornal, era o Governador do Estado.

(9) Como consequência do que se contém nos itens de //  
(1) a (8), conclue-se que:

- O Governador era o responsável pela orientação do /  
DIÁRIO OFICIAL e do DIÁRIO DE GOIÁS.
- MAURO BORGES tomava conhecimento da matéria subver-  
siva nos citados órgãos de imprensa.
- Contradizendo-se, comprovou MAURO BORGES não ter de-  
mitido JAVIER GODINHO, apesar de conhecer a orienta-  
ção que seguia como Redator-Chefe.

(10) MAURO BORGES declara (fl 482, 11º vol), que assis-  
tiu uma exibição da peça MUTIRÃO EM NOVO SOL, e fez recomendações,  
no sentido de que dela se retirasse qualquer alusão desprimorosa /  
ao Exército.

(11) UASSY GOMES DA SILVA, Diretor do INSTITUTO DE CULTU-  
RA POPULAR (fls 124, 4º vol), afirma que a peça MUTIRÃO EM NOVO /  
SOL, foi remetida pelo Centro de Cultura Popular da UNE. Acrescen-  
ta, (fl 125, 4º vol) que a referida peça é de autoria de AUGUSTO /  
BOAL e que o autor professa ideologia materialista-marxista. O /  
mesmo depoente conclue que, pelos ataques à Igreja Católica e ao  
Poder Judiciário, no bojo da peça, conclue-se de seu sentido mar-  
xista.

(12) Em face das alegações (10) e (11), conclue-se que /  
MAURO BORGES apenas esboçou discordar da peça, criticando as refe-  
rências desprimorosas ao Exército, mas autorizou sua exibição ao /  
público de GOIÁS, imprimindo assim orientação ideológica tendencio-  
sa, como de resto, ocorria em todos os órgãos do CERNE.

(13) Afirma MAURO BORGES, em seu depoimento (fl 478, 11º  
vol), que nunca teve conhecimento de que os órgãos do CERNE promo-  
viam propaganda subversiva ou em desacôrdo com as leis então vigen-  
tes no país. Para corroborar tal afirmativa, cita (fl 479, 11º /  
vol), entrevista concedida ao JORNAL DO BRASIL, na qual nega a e-  
xistência do Gorilismo no Brasil. Na página seguinte, assinala //  
que a posição do PRESIDENTE JOÃO GOULART era incompreensível, pois  
desprestigiava o Ministro da Marinha e estimulava a indisciplina e  
a desagregação das Forças Armadas.

(14) No DIÁRIO DE GOIÁS do dia 31-3-64, citado nas fls /



659 10  
 39 e 40, do 4º vol, do depoimento de FERNANDO CUNHA JUNIOR, Superintendente do CERNE, consta o seguinte:

"...do jeito que a gorilada trata marinheiro, a Marinha acabará obrigada a inventar novo tipo / de marujo..."

"...pode ser que fuzileiros e marinheiros, que / lutaram herôicamente pela preservação dos direitos humanos na Marinha do Brasil, acabem prêsos ou desligados. Em compensação, veremos mais // dêesses quadros, que estão se tornando comuns em muitos lares, embora próprios de jardins zoológicos ou de picadeiro: gorilas de pijamas".

"...E, mais adiante, quando os oficiais reacionários começaram a correr desesperadamente nos / tombadilhos dos navios de guerra, aquele zoólogo saiu avisando: cuidado, cuidado! Assim a // ciência ensina que os gorilas não sabem nadar".

Ainda no depoimento de FERNANDO CUNHA JUNIOR (fl 43 4º vol), quando se referia ao DIÁRIO DE GOIÁS, de 29-3-64, cita as seguintes manchetes, publicadas naquele jornal, relacionadas com a indisciplina na Marinha:

"...demissão de MOTTA e libertação de prêsos pacificam a Marinha; multidão feliz substitue tropas..."

(15) O DIÁRIO OFICIAL do Estado (fl 288, 10º vol), de 23-10-63, apresenta a seguinte manchete, onde se lê:

"Definida a luta dos sargentos contra o privilégio das elites".

Nas fls 289 e 290, 10º vol, encontram-se fotocópias com as seguintes matérias do DIÁRIO OFICIAL, de 25-9-63, 6-11-63 e 1º-11-63: artigo de DORIAN JORGE FREIRE, intitulados "Sargento Garcia", fazendo apologia daquele Deputado comunista, e noticiário à respeito da reunião de sargentos das Forças Armadas, encimado pela manchete:

"SARGENTOS INICIAM MOVIMENTOS PARA A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS BRASILEIROS"

(16) Em consequência do que se contém em os relatos números 13, 14 e 15, conclue-se que as alegações de MAURO BORGES ficam inteiramente anuladas, comprovando-se por outro lado, e claramente, que o Governador consentia propaganda subversiva na imprensa oficial do Estado.



660  
h.

-----  
d. Conclusão parcial

(1) Em face do que se viu em a exposição sintética anterior, retirada do depoimento de várias testemunhas, e tendo em vista a confrontação com o depoimento do Governador MAURO BORGES, facilmente se conclue que os vários órgãos do CERNE eram oficialmente utilizados para propaganda subversiva e revolucionária.

(2) Sem dúvida que toda a orientação tendenciosa de extrema esquerda, de que os órgãos de difusão do Estado tanto se impregnaram, quando mais não fôsse, contava com a conivência, a tolerância e a complacência criminosa de MAURO BORGES, responsável maior em todo esse processo de subversão da ordem política e social.

(3) Não há como dissociar a autoridade do Governador // dos inúmeros e repetidos atos criminosos de pregação comunista e esquerdizante da imprensa oficial do Estado.

(4) Além da responsabilidade parcial e isolada de cada um dos vários Diretores e Chefes do Consórcio de Empresas Radiofônicas e Noticiosas do Estado, na sistemática pregação revolucionária marxista, avulta como de relevância máxima a responsabilidade definitiva do Governador MAURO BORGES, pela omissão, pela tolerância e; sobretudo, pela concordância, eis que sistematicamente aparece sua figura ligada aos pronunciamentos e aos líderes de extrema esquerda do BRASIL.

2. INFILTRAÇÃO COMUNISTA NO PALÁCIO DO GOVERNO E DEMAIS ÓRGÃOS DO GOVERNO DE GOIÁS

a. No Palácio do Governo

(1) Secretário do Governo: ARY DEMÓSTHENES DE ALMEIDA, fichado nos arquivos secretos do Exército como comunista, ainda // presentemente exercendo as funções junto ao Governador, que o tem como assessor direto. (fls 263 a 266 e 498, 3º vol-fls 198, 199 e 200, 10º vol, fl 94, 5º vol, fl 60, 6º vol).

(2) Chefe do Serviço de Imprensa: EDSON HERMANO, sancionado com a aplicação do artigo 7º do Ato Institucional.

(3) Chefe da Consultoria Administrativa: CLEULER DE BARROS LOYOLA, sancionado pela CGI com a aplicação do artigo 7º do Ato Institucional; permanece, contudo, na função.

(4) Sub Chefe da Consultoria Administrativa: PIRAGIBE / CASTRO ALVES, sancionado com a aplicação do artigo 7º do Ato Institucional.

(5) Consultor Administrativo: DINAIR CAVALCANTE MUNDIN,



667  
h.

comunista fichado nos arquivos do Exército; ainda permanece na função. (fls. 95 e 112, 5º vol - fls 495 e 496, 3º vol).

(6) Consultor Administrativo: LINO FERREIRA NETO, comunista fichado nos arquivos do Exército; continua na função. (fls 95 e 112, 5º vol - fls. 493 e 494, 3º vol).

(7) Funcionário da Secretaria Particular: ATAUALPA/ALVES DE LIMA, sancionado com aplicação do Artigo 7º do Ato Institucional.

(8) Funcionário da Secretaria Particular: HUGO BROCKS, sancionado com aplicação do Artigo 7º do Ato Institucional; / demitiu-se da função.

(9) Sub-Chefe do Gabinete Civil: JOÃO BATISTA ZACARIOTTI, sancionado pelo Artigo 7º do Ato Institucional; prêso preventivamente, com "habeas-corpus" negado.

(10) Sub-Chefe do Gabinete Civil: MAURO RORIZ SOARES DE CARVALHO, comunista fichado nos arquivos do Exército; permaneceu, contudo, na função. (fl 60, 6º vol).

(11) Chefe de Relações Públicas: JOÃO BENIO BAPTISTA, comunista fichado nos arquivos do Exército; demitiu-se (fl 94, 5º/ vol).

b. Demais Órgãos do Governo de Goiás

(1) Secretário do Interior e Justiça; acumulando com a Secretaria do Trabalho e Ação Social de julho de 1963 até junho/ de 1964 : WYSSON DA PAIXÃO, direitos políticos cassados por 10 anos por atividades subversivas.

(2) Secretário de Educação e Cultura: Padre RUY RODRIGUES, direitos políticos cassados por 10 anos por atividades subversivas.

(3) Secretário de Administração: WALTENO CUNHA BARBOSA, direitos políticos cassados por 10 anos por atividades subversivas.

(4) Secretário do Trabalho e Ação Social: ÉRIDES GUI MARÃES (até julho de 1963), agitador, fichado pela DOPS e pelo Exército - Foragiu-se após a Revolução (fl 59, 6º vol).

(5) Secretário da Saúde: JACY NETO DE CAMPOS, - comunista, ex-candidato a deputado pelo PCB. Foragido. Demitido após a revolução (fls 15, 16 e 17, 3º vol)



**ATENÇÃO**

O original deste documento (com 12 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

(6) Superintendente do Consórcio de Empresas Radiofônicas e Noticiosa do Estado: FERNANDO CUNHA JUNIOR. Comunista. Foragiu-se após a revolução. Depitiu-se. (fls. 35 e 62, 4º vol).

(7) Diretor da Gráfica do "CERNE": WASHINGTON BARBOSA. Comunista. Direitos políticos cassados por 10 anos. Nomeado pelo Governador depois da revolução (fl 43, 6º vol).

(8) Diretor da Rádio Brasil Central: JOSÉ RIBAMAR LEITE. Comunista fichado no Exército. Permanece na função (fls 23 a 27 e 70, 71, 4º vol).

(9) Diretor do Diário Oficial de Goiás do "CERNE": ALOYSIO RODRIGUES DA SILVA. Comunista fichado no Exército. Exonerado, a pedido, em 22 de maio de 1964 (fls 37 a 57, 3º vol).

(10) Diretor do Instituto Popular de Cultura do "CERNE": UASSY GOMES DA SILVA. Elemento subversivo (fl 43, 6º vol - / fls 8, 16, 1º vol).

(11) Diretor do Departamento Estadual de Saneamento: RODOLFO JOSÉ DA COSTA E SILVA. Comunista. Sancionado pela CGI com aplicação do artigo 7º do Ato Institucional. Demitido. (fls 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 24, 27, 102, 1º vol).

(12) Diretor da Divisão de Lotes Urbanos do "DES": JUAREZ GUIMARÃES BRITO (até fins de 63). Comunista. Prêso preventivamente em Recife (fls 123 e 130, 1º vol).

(13) Diretor da Divisão de Lotes Urbanos do "DES": CLAUDIO MENDES (até a data da sua prisão, cerca de três meses atrás). Comunista. Demitido. (fls 204 e 205, 2º vol - fls. 236 e 242, 3º vol)

(14) Chefe da Seção do "DES": JEOVÁ FERREIRA PINTO. Comunista. Demitido em 9/10/1964 (fls. 316 a 324, 3º vol).

(15) Diretor Presidente da GRAFITES de Goiás S/A - "GRAFISA". e Diretor Comercial da "METAGO": AULIO MENDES DINIZ. Comunista. Demitiu-se (fls 214, 285, 311, 315, 3º vol).

(16) Diretor Presidente da Grafites de Goiás S/A - "GRAFISA" - (em substituição a AULIO MENDES DINIZ): LÉO QUEIROZ BARRITO. Comunista (fls 47, 61 e 70 a 72, 6º vol).

(17) Diretor Presidente da Metais de Goiás S/A - "METAGO": PAULO TEIKEIRA. Comunista. Foragiu-se. Demitiu-se (fls. 311 a 314, 339 a 342, 3º vol).

(18) Diretor Comercial e Administrativo da "METAGO": LUIZ ZACARIAS PEDROSA. Permanece nas funções. Comunista (fls 313, / 314, 425 a 429 - 3º vol, fl 93 - 5º vol).



663

(19) Diretor Financeiro, e após a Revolução, Diretor // Presidente Financeiro da "METAGO" - REGINALDO ARÉDIO FERREIRA. Comunista. Permanece na função pública. (fl 93 do 5º vol - fls 450 e 452 do 3º vol).

(20) Diretor da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás, - "CASEGO": CLOVIS FLEURY, Comunista. Demitido. Foragido. Deixou de atender a edital de citação de 22 de agosto de 1964.

(21) Chefe da Assessoria de Planejamento da Secretaria/ de Educação: EVELINE PAPPE SINGER. Comunista. Foragida. Demitida./ (fls 10 a 14, 3º vol - fl 94, 5º vol).

(22) Chefe de Gabinete do Secretário de Educação e Cultura: PAULO WASCHECK. Comunista. Permanece nas funções. (fls 480 a 482, 493 a 496, 3º vol).

(23) Chefe da Assessoria Sindical da Secretaria do Trabalho e Ação Social: MARIA SALAS DIB. Comunista. Foragida. Demitida (fls 22 a 29 e 484 a 485, 3º vol).

(24) Diretor do Departamento de Assistência Sindical do SEC do Trabalho e Ação Social - "SETAS": JOSÉ BENEDITO MONTEIRO / (até julho de 1963). Comunista. Demitiu-se (fls 26, 440 a 447, 3º Vol).

(25) Diretor do Departamento de Assistência Sindical da "SETAS" - : WALDEMAR CELESTINO CHAVES (até o presente). Comunista. Exonerado em maio (fls 25 e 26, 432 a 436 do 3º vol).

(26) Diretor do Serviço de Assistência ao Trabalho, da "SETAS" - : CIRILO LUIZ CORREIA. Comunista. Demitido pelo artigo / 7º do Ato Institucional (fl 26, 3º vol - fls 14 a 19, 2º vol).

(27) Diretor do Departamento Hospitalar da Secretaria / de Saúde: HUGO ALEXANDRE.- Comunista. Foragiu-se. Demitiu-se antes da Revolução (fls 134 a 139, 3º vol).

(28) Diretora do Departamento da Criança da Secretaria/ de Saúde: - ELIUSE SOARES MACHADO. Comunista. Demitida. (fls 145, 148 a 154, 159, 176, 177, 3º vol).

(29) Diretor do Hospital OSWALDO CRUZ da Secretaria de Saúde: - JOSÉ MAGALHÃES DA SILVEIRA. Comunista. Demitido. (fls 232/ a 235, 3º vol).

(30) Fiscal de Postos de Saúde da Secretaria de Saúde:- SEMON KOSSOBUDSKY. Comunista. Prêso preventivamente.

(31) Chefe de Gabinete do Secretário de Saúde: - ROLDÃO DE OLIVEIRA. Comunista. Demitido. (fls 194 a 199, 3º vol - fls 93, 5º vol - fl 68 - 6º vol).



664  
15  
L.

(32) Chefe de Relações Públicas da Secretaria de Saúde: MARCELO CUPERTINO GUILMARÃES. Comunista. Foragido e demitido. (fl / 93, 5º vol - fls 61, 71 e 72, 4º vol).

(33) Chefe do Gabinete do Secretário de Administração: / JOSÉ CESAR FILHO. Comunista. Demitido com aplicação do Artigo 7º / do Ato Institucional.

(34) Secretário do Departamento de Tele-Comunicações / "DEBERGO": - OLINDINA OLIVIA CORREIA. Comunista. Permanece na função. (fls 67, 80, 83 e 100, 6º vol).

(35) Diretor Executivo da Comissão Inter-Estadual dos / Vales do Araguaia e Tocantins -, "CIVAT": - PAULO EMILIO FOGACA NETO. Comunista. Demitiu-se. Nos primeiros dias da revolução escreveu no livro de classe da Escola de Engenharia, onde era professor: "Não dei aula em sinal de protesto pela prisão de professor e aluno desta Escola e pela instauração de regime facista no Brasil ... vendilhões da Pátria (fls 8, 9, 10, 25, 124, 125, 127 e 153 do 1º vol).

(36) Secretário Geral da "CIVAT": - ODINY FOGACA FILHO, Comunista, Demitiu-se. (fl 153, 1º vol).

(37) Diretor da Divisão de Pesquisas Sociais da "CIVAT": - GUIDO DE SOUZA ROCHA, Comunista. Demitiu-se. (fls 152, 153, 1º / vol).

(38) Chefe do Serviço de Relações Públicas do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás "IDAGO" - : ALUISIO ANTONIO DE SÁ PEIXOTO. Comunista. Permanece na função. (fls 17, 18, 47, 60 do 6º vol).

(39) Chefe da Seção do Pessoal do "IDAGO": - MARIA DE NAZARETH AGUIAR. Comunista. Permanece na função. (fls 48, 3º vol).

(40) Líder do Governo da Assembleia Legislativa: - WALTE RO CUNHA BARBOSA. Direitos políticos cassados por dez anos.

(41) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e do / Tribunal Regional Eleitoral: - FREDERICO MEDEIROS. Direitos políticos cassados por dez anos.

(42) Chefe do Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça: - JESUS DE AQUINO JAYME. Comunista. Permanece na função. (fls 124, 125, 126, 127, 129, 131 e 132, 3º vol).

(43) Desembargador: MAXIMIANO DA MATA TEIXEIRA. Comunista. Direitos políticos cassados por dez anos.

(44) Juiz da 4ª Vara Criminal: - SEBASTIÃO NAVES. Comunista. Aposentado pelo Governador.



665  
W.

(45) Juiz de Direito da Cidade de ALEXÂNIA: - SEBASTIÃO L. DE REZENDE. Comunista fichado na DOPS de Goiás.

(46) Diretor do Colégio Estadual de CRYSTALINA: - IRAJÁ PIENDEL. Comunista. Sancionado pelo Artigo 7º do Ato Institucional -  
nal.

(47) Diretor do Colégio Estadual de GOIÁS: - JOSÉ ROYVA MENDES. Transferido para outra cidade. Comunista...

(48) Chefes de Seção do "DES": - JOÃO RODOLFO RIBEIRO/ GONÇALVES, MAURO NETO. Comunistas. Permanecem nas funções. (fls. 8, 9, 10, 11, 16, 22, 23, 27, 1º vol).

(49) Engenheiro da "CIVAT": - JOÃO CEZAR PIEROBONI. Comunista. Permanece na função. (fls 8, 12, 13, 17, 21, 27 e 153, 1º / vol).

(50) Engenheiro da "CIVAT": - ERTON DE CARVALHO. Comunista. Permanece no cargo. (fls 9, 13, 17, 21, 22, 27 e 153, 1º vol).

(51) Socióloga da "CIVAT": - MARIA DO CARMO BRITO. Comunista. Demitiu-se. (fls. 123, 132, 153, 1º vol).

(52) Diretor do Escritório Comercial da "METAGO" no Rio: Cel R/1 - OSCAR GONÇALVES BASTOS. Comunista fichado. - Sancionado/ pelo Artigo 7º do Ato Institucional.

c. Depoimento das testemunhas.

(1) Constam nos volumes que constituem o presente processo os depoimentos das testemunhas que acusaram ou caracterizaram os elementos do Governo de Goiás como subversivos e comunistas.

(2) As acusações estão citadas adiante do nome de cada implicado, com a indicação do volume e das folhas onde são encontradas as referências. Não foram citadas as implicações daqueles que / tiveram seus direitos políticos cassados, foram sancionados pela aplicação do artigo 7º do Ato Institucional ou que estão presos preventivamente, por desnecessário.

d. Discussão do depoimento do Governador MAURO BORGES.

(1) MAURO BORGES, em seu depoimento (fls 481, 11º vol), diz que considerou sempre a conveniência do sindicalismo democrático sem influências de peleguismo ou comunismo, de forma pacífica e sem provocações. Dentro dessa idéia, disse que exonerou o Sr ÉRIDES GUILHARDES, Secretário do Trabalho e Ação Social devido a falhas cometidas pelo mesmo.



666  
by.

(2) ÉRIDES GUIMARÃES é elemento comunista, fichado na / DOPS de Goiás e acusado em depoimentos de testemunhas conforme consta na alínea "a" anterior.

(3) O Sr ÉRIDES GUIMARÃES, ao se referir à sua exoneração, declarou que a mesma se deu a pedido seu, juntando em seu depoimento (fls 487 e 488, 3º vol), a carta em que MAURO BORGES atende a sua solicitação. Nessa carta, o Governador, entre outras coisas, declara: "Tenho em mãos a carta em que me solicita exoneração do cargo de Secretário do Trabalho"; "Infelizmente vejo-me obrigado a aceitar o pedido em face da razão apresentada"; "só tive motivos de satisfação"; "Assim lamento a saída do ilustre secretário".

(4) Ainda o Sr ÉRIDES GUIMARÃES, em seu depoimento (fls 484 e 485, 3º vol), declara que sabia que a Sra MARIA SALLAS DIBB era comunista e que o Governador também devia saber, por ser um homem muito bem informado. A referida senhora, era chefe da assessoria sindical da Secretaria do Trabalho e Ação Social, fundou 39 sindicatos rurais e vários outros de diferentes categorias conforme suas declarações (fls 24, 3º vol), e comparecia às reuniões do Partido Comunista (fl 28, 3º vol). Era fichada na DOPS como subversiva. Apesar de tudo isso, foi mantida no cargo até a data da revolução (fls 22 a 29, 3º vol).

(5) O Sr VITOR GONÇALVES, advogado da Federação dos Trabalhadores da Indústria e dos Sindicatos filiados à mesma e professor da Faculdade de Direito Católica, diz que D. MARIA SALLAS DIBB fazia intensa pregação subversiva na Federação das Associações Rurais, pregando a luta de classes (fl 14, 2º vol). A mesma coisa afirmam DOMICIANO DE SOUZA MARINHO, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil de Goiânia (fl 17, 2º vol).

(6) Em face das alegações contidas nas alíneas de (1) a (5) conclui-se que:

-o governador não tinha, realmente, intenção de fundar sindicatos sem a influência do comunismo pois manteve na direção da Assessoria Sindical um elemento comunista notório e fichado, D. MARIA SALLAS DIBB.

-o afastamento do Sr ÉRIDES não teve como causa o seu suposto desejo de não admitir cooperação de comunistas, porque dispensou-o da Secretaria do Trabalho a pedido do mesmo. Além dessa atitude, substituiu-o por outro comunista o Sr WISON DA PAIXÃO que



-----

teve os direitos políticos cassados por 10 anos.

(7) O Sr MAURO BORGES declarou que a administração do Estado de Goiás nunca esteve e nem está infestada de elementos comunistas ou contrários à ordem democrática e, mais, que desconhece a existência, em postos-chaves da administração estadual de elementos comunistas ou subversivos e ainda que, no interesse de dar cumprimento ao Ato Institucional, constituiu uma Comissão de Sindicância nos meios administrativos. Declarou, também, que não sabe da existência de funcionários do Estado, foragidos (fl 484, 11º vol).

(8) A relação constante da alínea "a" deste item revela, claramente, a grande quantidade de elementos comunistas e subversivos que MAURO BORGES mantinha no Governo, muitos dos quais em postos-chaves. Analisando-se a situação de cada um daqueles elementos, com base na referência dos depoimentos, conclui-se que o Governador conhecia muito bem seus auxiliares; inclusive a orientação ideológica de cada um. A presidência da Comissão de Sindicância a que se refere, foi entregue, por ele mesmo, ao Sr WISON DA PAIXÃO/ (fl 158, 3º vol), que teve seus direitos políticos cassados por 10 anos, posteriormente. Logo, nada poderia esperar de tal presidente e o expurgo que realizou recaiu sobre funcionários seriamente envolvidos nos inquéritos e que estavam sendo processados pelas autoridades militares do Exército. É evidente que os funcionários que estiveram foragidos, foram demitidos e, portanto, o Governador tomou conhecimento da situação de cada um.

(9) MAURO BORGES declarou em seu depoimento (fl 485, 11º vol) que os funcionários JOSÉ RIBAMAR LEITE, ELOYCIO RODRIGUES DA SILVA, JOÃO RODOLPHO RIBEIRO GONÇALVES, MAURO CAMPOS NETO, LUIZ ZACARIAS PEDROSA, REGINALDO ARÉDIO FERREIRA, PAULO WACHET, UASSY GOMES DA SILVA, OLINDINA OLIVIA CORREA, ALOISIO ANTÔNIO DE SÁ PEIXOTO, ARY DEMOSTENES DE ALMEIDA, não foram considerados culpados e por isso foram mantidos nos respectivos cargos.

(10) Quanto aos Srs JOSÉ RIBAMAR LEITE, diretor da Rádio Brasil Central e ELOYCIO RODRIGUES DA SILVA, diretor do Diário Oficial e do Diário de Goiás, é de se supor que tenham sido isentados da culpa que lhes cabe pela direção de órgãos de divulgação subversiva em virtude daqueles órgãos seguirem a orientação do governador como ficou provado no item que tratou do "CERNE". Entretanto/ como ficou provado no item acima citado, tanto o Governador como / os funcionários em causa, são responsáveis.

(11) Quanto ao Sr UASSY GOMES DA SILVA que era o diretor do ICP, foi um dos responsáveis pela orientação subversiva imprimi



668  
imprimida àquele órgão, também já comprovado no item do "CERNE".

(12) Quanto ao Sr CLEIDE BARROS LOYOLA foi sancionado pelo artigo 7º do Ato Institucional pela CGI e portanto culpado.

(13) Quanto aos Srs JOÃO RODOLPHO RIBEIRO GONÇALVES, e / MAURO CAMPOS NETO, nos depoimentos de folhas 8, 12, 13, 17, 21, 27 e 153 do volume 1. ficou sobejamente provado que são elementos subversivos.

(14) Quanto ao Sr LUIZ ZACARIAS PEDROSA foi vice-presidente da Liga dos Amigos de Cuba e sua atuação subversiva ficou bem configurada nos depoimentos de folhas 313, 314, 425a 429 do volume 3º e folha 93 do volume 5º.

(15) Quanto ao Sr REGINALDO ARÉDIO FERREIRA foi fundador do Instituto Cultural Brasil-Cuba e Vice-presidente da Liga dos Amigos de Cuba tendo tido atuação subversiva conforme ficou provado nos depoimentos de folhas 93 do volume 5º e folhas 450 e 452 do volume 3º.

(16) Quanto ao Sr PAULO WASHEC era da POLOP conforme ficou provado nos depoimentos de folhas 493 e 495 do volume 3º.

(17) Quanto a Sra OLINDINA OLIVIA CORREA é comunista e subversiva conforme depoimentos de folhas 67, 80, 83 e 100 do volume 6º.

(18) Quanto ao Sr ALOISIO ANTÔNIO DE SÁ PEIXOTO é comunista conforme depoimentos de folhas 17, 18, 47 e 60 do volume 6º.

(19) Quanto a Sra MARIA DE NAZARETH AGUIAR é Comunista / conforme depoimento de folha 448 do volume 3º.

(20) Quanto ao Sr ARY DEMOSTENES DE ALMEIDA diz o Governador (fls 486, 11º vol) que não teve os seus direitos políticos / cassados e em virtude disso foi mantido como seu secretário de Governo considerando-o democrata como os que melhor o são. Entretanto os depoimentos de fls 263 a 266 e 249 do volume 3º - de fls. / 198, 199 e 210 do volume 10º - de fl 94 do volume 5º e de fl 60 do volume 6º demonstram de maneira insofismável ser comunista de um / dos principais responsáveis pela infiltração de elementos subversivos do Governo de Goiás.

(21) MAURO BORGES em seu depoimento (fls 486 e 487 vol 11) diz que o Secretário do Interior e Justiça e do Trabalho e Ação Social, WISON DA PAIXÃO jamais foi considerado comunista por qual quer homem de bem; no entanto teve os seus direitos políticos cassados por 10 anos, por subversão.



669  
lx

(22) Ainda às fls 487 do volume 11, afirma o Governador de Goiás que o Padre RUY RODRIGUES, seu Secretário de Educação jamais foi comunista e realizou excepcional obra educacional no Estado; teve os seus direitos políticos cassados por 10 anos por subversão.

(23) Na mesma folha acima citada diz MAURO BORGES que o Sr. WALTEIRO CUNHA BARBOSA não exercia nenhuma atividade comunista, tendo tido apenas contato com elementos do partido, na mocidade, mas teve os seus direitos políticos cassados por 10 anos, por subversão.

(24) Quanto ao Dr. JACY NETO DE CAMPOS, fichado na DOPS, Secretário da Saúde apesar de MAURO BORGES alegar que esse Senhor não é comunista, em seu depoimento de fls 15, volume 32, declarou que o regime ideal para a solução dos problemas da humanidade é o comunismo e na folha 17 do mesmo volume confessou que contribuía para o partido comunista e que foragiu-se após a revolução. O Dr. JACY foi candidato a Deputado pelo PCB (fls 17, 3º vol). Foi sancionado pelo artigo 7º do Ato Institucional.

(25) O Sr. FERNANDO CUNHA JUNIOR, Superintendente do CERNE é fichado na DOPS e foragiu-se após a Revolução, conforme folhas 35, 39 a 45, 62 do volume 4º. É possível que o Governador tenha procurado isentá-lo em seu depoimento de folhas 487, volume 11, para eximir-se da culpa de ter mantido a frente do órgão de divulgação do Governo, um comunista que divide com ele a responsabilidade pela orientação dada àquele órgão.

(26) MAURO em seu depoimento (fl 487, 11º vol) defende/ WASHINGTON BARBOSA diretor da Gráfica do CERNE, entretanto esse indivíduo teve os seus direitos políticos cassados por 10 anos por subversão.

(27) Em defesa do Sr. EDSON HERMANO diz MAURO BORGES que esse Senhor nunca exerceu atividades comunistas no âmbito de suas atribuições como Chefe do Serviço de Imprensa do Palácio. Entretanto como articulista do Jornal Diário do Oeste desenvolveu intensa campanha subversiva através de sua coluna "Fatos em Focos", até o dia 31 de março de 1964, na qual fazia, inclusive, apologia do grupo dos 11 publicando os nomes dos organizadores daqueles grupos, conforme seu próprio depoimento de fls. 15 a 22 do volume 4º.

(28) Eximindo-se da responsabilidade da escolha de WALTER CUNHA BARBOSA (direitos políticos cassados por 10 anos por subversão), para líder do Governo na Assembléia Legislativa, a 15 de abril de 1964, MAURO BORGES em seu depoimento (fls. 489, 11º vol),



670 81  
B.V.

-----

diz que aquele líder foi escolhido pelos próprios deputados e para justificar o fato do Dr WALTERNO continuar despachando na Secretaria de Administração, após a cassação de seus direitos políticos, alega que seu comparecimento naquela Secretaria visava apenas assinar papéis atrasados.

(29) MAURO BORGES em seu depoimento (fl 490, 11º vol),/ diz ignorar que os Srs HUGO ALEXANDRE, Diretor do Departamento Hospitalar, NEUSE SOARES MACHADO, Diretora do Departamento da Criança, JOSÉ MAGALHÃES DA SILVEIRA, Diretor do Hospital Oswaldo Cruz, / todos da Secretaria de Saúde que fossem comunistas. - Entretanto de acordo com o que consta nos depoimentos de fls 134 a 139, 145, 148 a 154, 159, 176, 177, 232 a 235 do 3º volume, ficou sobejamente demonstrado que todos são comunistas e subversivos.

(30) MAURO BORGES diz em seu depoimento (fls 491, 11º / vol) que JOÃO BATISTA ZACARIOTTI, sub-Chefe do Gabinete inspirava/ relativa confiança. Entretanto era visto em todas as situações como homem de confiança do Governador. Está preso preventivamente e era fichado na DOPS.

e. Conclusão Parcial

Do exposto sobre a infiltração de comunistas e elementos subversivos no Governo MAURO BORGES conclui-se que:

(1) antes de 31 de março de 1964 a grande maioria dos / auxiliares diretos do Governo no Palácio bem como dos Secretários/ do Estado e Diretores de Organizações estaduais era de comunistas.

(2) Após 31 de março de 1964 procurou ainda o governador manter muitos comunistas como auxiliares do governo, inclusive alguns já com direitos políticos cassados.

(3) Dizendo ignorar a infiltração comunista no Estado / procurava sempre que possível a cooperação desses elementos, revelando assim seu firme propósito de acelerar cada vez mais o processo de comunização de Goiás.



671  
h.

### 3. MAURO BORGES E O COMUNISMO INTERNACIONAL

#### a. Ligações com o Comunismo Internacional

(1) Do depoimento de diversas testemunhas, surgiram fortes indícios da existência de uma rede de agentes internacionais, operando em território Goiano, integrada por brasileiros e estrangeiros e orientada por elementos das representações diplomáticas / de países da cortina de ferro.

(2) O fato de as investigações conduzirem, natural e / diretamente, ao Palácio do Governo, ou, mais precisamente à pessoa do Governador MAURO BORGES, motivou a substituição do Ten Cel Figueiredo pelo General R/1 RIGRANDINO KRUEL, nas funções de encarregado deste Inquérito Policial Militar.

(3) Há que fazer referência, por outro lado, ao fato / de que GOIÁS foi o único Estado que recebeu a visita oficial do ditador TITO, da IUGOSLÁVIA, sendo inclusive o próprio Governador // MAURO BORGES condecorado, ocasião em que fez discurso de agradecimento.

(4) Farto material de propaganda comunista dos países / europeus e da CHINA, como revistas e material subversivo diverso, / destinava-se nominalmente ao Governador MAURO BORGES.

(5) Destaque-se, como de relevante nas ligações do Governo do Estado com o Comunismo Internacional, o problema das Guerrilhas de DIAMÓPOLIS, cuja documentação apreendida pelo Governo do PERU no acidente com um avião em 1963, bem denuncia e compromete o Governador de GOIÁS.

(6) Por outro lado, indícios os mais veementes de ligações do Governo de GOIÁS com o Comunismo Internacional, aparecem / da simples contemplação do Esquema (fl 135, 10º vol), a exigir mais amplas e profundas investigações no campo internacional, para o completo esclarecimento de nomes de agentes e espões marxistas-leninistas.

#### b. Depoimento das Testemunhas

(1) PAWEŁ GUTKO, apátrida, nascido na POLÔNIA e com ingresso no território nacional em dezembro de 1951, confessou estar a serviço da rede de agentes internacionais que atua em GOIÁS, sob orientação de elementos poloneses (fl 10, 10º vol). Essa atuação, é confirmada por VLADYSŁAW NAWIERSKY, que diz ser PAWEŁ, bem como seu pai JAROSŁAW, comunistas internacionais, opinião de que partilha a colônia polonesa em GOIÁS (fl 36, 10º vol).



612 23  
L-  
-----  
(2) Em consequência da denúncia de PAWEL, BROCKS e ATAU ALPA confessaram suas atividades liderados, no âmbito Nacional, por FRANCISCO JULIÃO (cujo representante no Estado era o ex-Oficial de Gabinete do Governador, TARZAN DE CASTRO) (fls 267, 269, 272, 297, 298 e 300, 3ª vol). TARZAN, por sua vez, ligava-se à Embaixada de CUBA, conforme declarou em seu depoimento (fl 470, 3ª vol).

(3) A estruturação das Ligas do Estado de Goiás, dirigidas pelo Movimento Tiradentes, bem como a participação de Cuba nessas atividades, podem ser estudadas na documentação apreendida pelo Governo do Perú, quando do desastre com o Boeing da VARIG, em Lima, em janeiro de 1963 (anexo).

(4) O Governador MAURO BORGES, declarou ignorar as atividades desses seus auxiliares, bem como seu afastamento que qualifica de "lamentável falha administrativa...que vai ser mandada apurar" (fl 496, 11ª vol). Aliás, BROCKS e ATAUALPA somente foram demitidos pelo Governador, após a conclusão dos IPMs, procedidos na área do Estado de Goiás.

4  
(5) Ainda acompanhando o depoimento de PAWEL, verifica-se que ele era intermediário, juntamente com JOÃO BATISTA ZACCARIOTTI, SIMON LUTY KOSSOBUDSKY e outros, na entrega de importâncias / em dinheiro ao Governador, recebidas da POLÔNIA, para fins subversivos,

"que, por várias vezes, o depoente foi intermediário entre o Dr SIMÃO e elementos do Palácio do Governo, na entrega de quantias em dinheiro, em dólares ou em cheques; que, quando essas / quantias eram em dinheiro, vinham acondicionadas em pastas de papel pardo" (fl 17, 10ª vol)

"que, essas entregas se processavam, do depoente para o Sr JOÃO BATISTA ZACCARIOTTI"

"perguntado qual o mecanismo de funcionamento / da rede, respondeu: Embaixada da RUSSIA no URUGUAI-Embaixada da RUSSIA no BRASIL-Embaixadas / da POLÔNIA e da TCHECOSLOVÁQUIA-Consulado Polonês em SÃO PAULO-Dr SIMÃO-o Depoente-PALÁCIO / DO GOVERNO, por intermédio do Sr JOÃO BATISTA / ZACCARIOTTI ou HUGO BROCKS" (fl 144, 10ª vol).



673 24  
L.

(6) JOÃO BATISTA ZACARIOTTI, Sub-Chefe do Gabinete do Governador, igualmente confirma ter sido intermediário na entrega dos ditos envelopes, dizendo, entre outras coisas.

"que PAWEL GUTKO procurou-o algumas vezes, mais de duas, em Palácio, em hora de expediente // normal e lhe entregou envelopes lacrados, sem timbre e sem remetente, sendo uns volumosos e outros mais finos, endereçados ao Governador/ MAURO BORGES, com os dizeres "Reservado" e que o depoente, ao recebê-los, colocava nas gavetas da mesa do Governador, reservada à correspondência particular; que PAWEL GUTKO lhe disse, uma vez, que tais envelopes vinham do Consulado da POLÔNIA; que as entregas ocorreram/ antes da Revolução".

(7) Prosseguindo em seu depoimento, esclarece ZACARIOTTI, prudentemente:

"que ignorava a existência de tal rede, mas // que, no desempenho de suas funções normais, / dentro do Palácio, pode ter, inocentemente, / contribuído para a mesma".

(8) Vejamos o que diz o Governador MAURO BORGES, relativamente ao problema (fl 500, 11º vol):

"que jamais recebeu cartas reservadas, entre - gues pelo Sr. JOÃO BAPTISTA ZACARIOTTI, trazidos pelo Sr PAWEL GUTKO".

Qualifica a acusação de infamante e procura apresentar PAWEL como um paranoico e ZACARIOTTI, como tendo confessado o inexistente, em face de torturas que lhe tinham sido infligidas, no quartel do 10º B C.

Para provar a "loucura" de PAWEL, o Governador fez juntar a seu depoimento, fotocópias de receitas e declarações/ de ex-companheiros de trabalho do seu acusador.

(9) Todavia, os contatos do Encarregado deste IPM com PAWEL GUTKO, e, mais que isso, a verificação que pôde fazer da veracidade dos fatos, narrados por êle, parecem destruir a tese da loucura levantada pelo Governador.

Dentro tais fatos, podem ser destacados:

- denúncia do Ten BOLIVAR MEIRELLES como comunista, fato sobre o qual, até mesmo seus colegas tinham / dúvidas;
- levantamento da rede de guerrilhas que se organi-



674 05  
L.

organizava em GOIÁS;

- descoberta das atividades extremistas de ZACARIOTTI e de KOSSOBUDSKY, e de suas ligações com o Consulado Polonês e com o Governo de GOIÁS.

(10) Os membros da Colônia Polonesa em GOIÁS, consideravam PAWEL e seu pai JAROSLAW, como comunistas e extranhavam a vida folgada que eles levavam; atribuindo-a ao fato de receberem dinheiro da POLÔNIA comunista (fls 36 e 81, 10º vol).

(11) SIMÃO LUTY KOSSOBUDSKY, elemento de ligação com o Consulado da POLÔNIA, era médico da Organização de Saúde do Estado de GOIÁS, Professor da Faculdade de Medicina. Era tido como comunista pelos polonêses (fl 81, 10º vol). Foi SIMON, quem induziu PAWEL a fazer-se de louco (fl 232, 10º vol).

(12) JOÃO BATISTA ZACARIOTTI, Sub-Chefe do Gabinete Civil do Governador, foi por este demitido com base no Artigo 7º do Ato Institucional. As alegações, no sentido de que confessou sob tortura, foram destruídas pelo exame de corpo de delito a que foi mandado submeter pelo Comandante do 10º BC (fls 148, 149 e 150, 10º vol).

(13) Há que lembrar, ademais, ampliando um pouco mais, o que foi dito em (3), relativamente à documentação apreendida do avião da VARIG, no desastre de LIMA. A propósito dêsse fato, impõe-se a remissão à Informação Especial nº 2 (Documentos apreendidos no PERÚ) do então SFICI, datado de 14 Jan 1963.

Tal informação, conclui pela autenticidade dos documentos apreendidos pelo Governo Peruano e encaminhados à SG/CSN/ pelo Itamaraty. Se existissem dúvidas quanto à autenticidade desses documentos, fácil seria verificar que o texto "PUNTO DE VISTA/MILITAR" do informe peruano coincide com um rascunho do relatório/ feito por TARZAN DE CASTRO, sobre as atividades de guerrilhas no interior de GOIÁS (Caso DIANÓPOLIS, fl 33). Senão, vejamos:

TEXTO PERUANO

Punto de Vista Militar

1º - Tenemos tres haciendas: la / primera es distante de villa / puesta a tres kilometros; la / segunda desta 36 kilometros / em sentido oeste (ANTONIO AL / VES): y la tercera dista 33 / kilometros en sentido norte / (CASCAVEL).

RELATÓRIO DE TARZAN

Ponto de Vista Militar

Temos 3 fazendas: a primeira / distante da Vila 3 km; a segunda / distante 36 km, sentido oeste / (ANTONIO ALVES) e a terceira, // / distante 33 km, sentido norte / (CASCAVEL).



675 96  
Lx.

a. Primera Hacienda

a. Primeira Fazenda

Ainda o informe especial nº 2, de 14 Jan 63, do SFI  
CI, diz que

"o Governo Cubano financia, de fato, a estrutura clandestina dos -dispositivos militares no país-" (fl 2, nº 2, a).

Mais adiante, continúa o informe:

"o que a documentação seguida deixa entrever, / de qualquer forma, é a dependência integral / dos dirigentes das Ligas Camponêsas ao Governo Fidel Castro:

(1) Seja através do Instituto Cultural Brasil-Cuba, promovendo a visita à Goiás, de diversos cidadãos Cubanos" (fl 6, d).

(14) Cabe, finalmente, lembrar que o INSTITUTO BRASIL - CUBA, tinha como dirigentes: Fundador-HUGO ALEXANDRE então Diretor do Departamento Hospitalar da Secretaria de Saúde; 1º Vice-Presidente-REGINALDO ARÉDIO FERREIRA, então Diretor Financeiro e atual/ Presidente da METAGO (fl 450, 3º vol); 2º Vice-Presidente-LUIZ ZACARIAS PEDROSA, então Diretor Administrativo da METAGO e atualmente acumulando as funções de Diretor Comercial.

Às Ligas Camponêsas, pertenciam:

-MARIA SALAS DIB, Assistente Sindical da Secretaria do Trabalho;

-KALIL DIB, empregado no Escritório de Planificação do Governo de Goiás;

-TARZAN DE CASTRO, ex-Oficial de Gabinete do Governador.

c. Conclusão Parcial

(1) Do exposto, parece lícito concluir pela co-responsabilidade do Governador MAURO BORGES, nas atividades de guerrilha / desenvolvidas entre outros, por TARZAN DE CASTRO, JOÃO NEDER, HUGO BROCKS e ATUALPA ALVES DE LIMA, os quais integravam organizações / subversivas financiadas pelo Governo Cubano e pertenciam aos quadros de funcionários do Palácio.



676  
4.

(2) Relativamente ao caso da ligação com elementos/ pertencentes a uma rede de agentes financiados pela POLÔNIA Comunista, ressalta a culpabilidade do Governador MAURO BORGES, da prova testemunhal de auxiliares de sua mais absoluta confiança, funcional e particular, todos seus comparsas na obra de comunização / do Estado, a que se vinha entregando intensamente.

(3) O depoimento de PAWEL, corroborado pelo de outras testemunhas, possibilitou o levantamento dos principais fatos que balisam a existência de extensa e complexa rede de Guerrilhas/ em GOIÁS, da qual participavam HUGO BROCKES e ATUALPA ALVES DE LIMA, ambos funcionários da Secretaria Particular do Governador, sendo que o último deles era o redator de sua correspondência pessoal.

(4) Daí concluir-se que altos funcionários do Governo de Goiás, alguns dos quais auxiliares diretos do Governador, atuavam, sob suas vistas complacentes, senão sob sua própria cumplicidade em organizações de cunho nitidamente subversivo, e ligados ao Governo de CUBA e por ele financiados.

(5) Portanto, configura-se no caso, uma rede internacional, filiada a mais de uma linha do comunismo; comprometendo, inclusive, elementos da representação diplomática e comercial de países socialistas.

(6) A posição do Governador MAURO BORGES apresenta-se, sob inúmeros aspectos, inteiramente análoga - e até mais comprometida - que a do ex-presidente JOÃO GOULART: - dominado por comunistas, brasileiros e estrangeiros, deles tirando proveito para suas manobras políticas, e a eles, por isso mesmo, completamente / submetido.

(7) Fica, assim, definida a responsabilidade do Governador MAURO BORGES em face das ligações do comunismo brasileiro com CUBA, POLÔNIA e RÚSSIA, direta ou indiretamente, não apenas no sentido teórico e doutrinário, antes e principalmente em termos de aceleração do processo de subversão da ordem política e social no BRASIL, de modo violento e revolucionário, à base de guerrilhas.



677  
4.

#### 4. MAURO BORGES E O COMUNISMO NO BRASIL

##### a. Ligações com o Comunismo no BRASIL

###### (1) Configuração do Problema.

Para bem compreendermos o quadro em que se situa o Governador MAURO BORGES, relativamente ao processo de comunização/ em GOIÁS e tendo em vista, por outro lado, as manifestações com os vários elementos subversivos, vejamos o que dizem o Coronel AVANY ARROXELLAS DE MEDEIROS e o Sr JERONIMO GERALDO DE QUEIROZ. Ambos a apresentam o problema, enfocando a posição de MAURO BORGES no processo subversivo.

No dizer do Cel AVANY, quando, ainda no Comando do 10º BC, em janeiro de 1962, expedia um Relatório de Informações sobre atividades subversivas, vemos profunda ligação de causa e efeito entre MAURO BORGES e o desenvolvimento do processo de comunização então existente. Assim,

"Com a passagem das Festas natalinas, vem tomando vulto e se agravando de maneira intensa o / clima político econômico do Estado de Goiás. / Seu governador como por diversas vezes constou em nossos Relatórios, procura constantemente agitar a opinião pública estadual, com pronunciamentos e atitudes anti-patrióticas. Assim é / que procura projetar a sua figura de pretensão/ líder, dando pronunciamentos sobre assuntos Nacionais e Internacionais, deixando o seu Estado como um barco des governado, vagar pelo mar re- vólto por suas próprias mãos. Aninhando os comunistas sob seu manto protetor, permitindo para absurdo dos absurdos que o líder comunista/ JOSÉ PORFÍRIO, mande e desmande numa região / com tal independência que nem à Polícia Estadu- al é permitido entrada, tendo seu próprio Exér- cito com armamentos privativos das Forças Arma- das ...".

Consoante o depoimento do Sr JERONIMO GERALDO DE / QUEIROZ, advogado, professor catedrático da Universidade Federal / de Goiás e diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás em suas folhas 100 e 101 do vol 6, encontramos o seguinte na parte relativa a ligações comunistas do Governador MAURO BORGES:

"que, referentemente às relações entre a Univer- sidade e o Governo do Estado, eram elas as ma- is íntimas, concordantes e até complementares, /



67899  
L.P.

inclusive na imaturidade e na auto-promoção dos respectivos responsáveis; vários postos no Governo estadual eram preenchidos por elementos/subversivos da mesma Universidade; que o magnífico Reitor declarou por várias vezes que competia à Universidade formar os futuros contínuadores dos atuais planos governamentais, cuja programática estaria sintonizada com o próprio programa da Reitoria ...".

Perguntado relativamente aos esclarecimentos que poderia prestar sobre a subversão no Estado de Goiás, respondeu o Sr JERONIMO GERALDO DE QUEIROZ que:

"... imaturo para o cargo e encimesmado pela vaidade, o atual Governador deixou-se envolver pela epidemia socialista da época, cercado-se / de elementos vários, sem formação cultural democrática ..."

(2) Ligação com LUIZ CARLOS PRESTES.

O caderno de PRESTES, em sua folha 51, afirma que / MAURO BORGES tem ajudado e permitido a organização das Ligas Campônêsas em Goiás, e que quer ser seu aliado.

(3) Ligação com a FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.

Era Secretário Executivo da Frente de Libertação // Nacional (Doc. da FLN).

(4) Ligação com KALIL DIBB.

Secretário do Partido Comunista em Goiás e homem da confiança de LUIZ CARLOS PRESTES, segundo se depreende do que se / contem em o caderno (fl 142). Veiu para Goiás, para trabalhar no planejamento do Governo de MAURO BORGES (fls 22 a 29, 3º vol). Sua esposa, MARIA SALLAS DIBB, também comunista e agitadora fichada, / foi trabalhar como assessor sindical na Secretaria do Trabalho ( / fls 220 a 229, 3º vol).

(5) Ligação com BRIZOLA.

De BRIZOLA, declarou MAURO BORGES em o Diário Oficial de 12-12-1962 o seguinte, entre outras coisas:

"... do Governador BRIZOLA, idênticas provas de aprêço e estima servem para alicerçar nossos / pontos de identidade ...".



677  
30  
6/1

(6) Ligação com PAULO FREIRE.

Houve máxima divulgação oficial dos métodos comunicatas de alfabetizar, de PAULO FREIRE. O Governo de MAURO BORGES enviou, inclusive, por conta do Estado, funcionários do CERNE para / fazerem curso de alfabetização no Recife. - Veja-se, a êsse respeito, DIÁRIO OFICIAL (12-9-1963) ("conscientização e alfabetização, / dentro de 40 horas, pelo método PAULO FREIRE") e depoimento fl 103, 4º volume.

(7) Ligação com DARCY RIBEIRO.

O DIÁRIO OFICIAL emprestava sua cobertura à pregação revolucionária de DARCY RIBEIRO. Há, inclusive, um pronunciamento / do então Chefe da Casa Civil de JOÃO GOULART, transcrito no D O de 24-8-1963, relativamente ao ensino no Estado de Goiás, dirigido pelo padre RUY RODRIGUES, que teve seus direitos políticos cassados / por 10 anos, por atos de subversão.

(8) Ligação com PAULO DE TARSO.

Comprovada a ligação de MAURO BORGES com PAULO DE / TARSO em vários pronunciamentos. Chegou, até, a pronunciar um discurso como hóspede oficial do Governo, sendo feita ampla cobertura pelos órgãos de publicidade oficiais. Cite-se, a propósito, o que / o D O de 26- 9- 1963 transcreve do discurso de PAULO DE TARSO:

"... o estudante deve participar das lutas do / povo. Não deve permanecer à margem da realidade nacional, mas precisa integrar-se aos movimentos dos camponeses e dos trabalhadores..."

(9) Ligação com PINHEIRO NETO.

Diz o Diário Oficial de 7-12- 1962, entre outras coisas,

"...Solidário com PINHEIRO NETO, MAURO BORGES / repele também a ditadura do F M I ..."

(10) Ligação com CLIDENOR DE FREITAS.

Eis o que o Diário Oficial assinala, a 7- 12- 1962:

"...O governador Goiano também esteve com um dos principais líderes das correntes nacionalistas parlamentares, Deputado CLIDENOR DE FREITAS, / com quem se identifica na concepção dos problemas brasileiros ...".



**ATENÇÃO**  
O original deste documento (com 03 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

(11) Ligação com MIGUEL ARRAES.

ressalta o Diário Oficial, de 5- 2 - 1963, quando da posse de ARRAES:

" À posse de MIGUEL ARRAES, o governador MAURO BORGES foi representado pelo chefe do escritório de representação, o qual foi portador de uma mensagem de M. BORGES, ao seu colega e companheiro de linha político-ideológica...".

(12) Ligação com NEIVA MOREIRA.

Assinala, a propósito, o Diário Oficial, de 10-4-1963:

"A presença ante-ontem do deputado NEIVA MOREIRA JUNIOR, Secretário da Frente Parlamentar Nacionalista, e de diversos outros integrantes daquela corrente política, deixou clara a decisão da FPN de contribuir com seu apóio total para o desenvolvimento da empresa idealizada pelo Governador MAURO BORGES ...".

(13) Ligação com ALMINO AFONSO.

Diz o Diário Oficial de 13- 3- 1963:

"MAURO PREGA AOS CAMPONESES. Ao finalizar seu discurso, o governador do Estado afirmou que a grande assembléia que se reunia no teatro de emergência promovia uma data histórica, marcando o início da campanha de sindicalização rural no Estado, que o Ministro ALMINO AFONSO vinha prestigiar...".

(14) Ligação com a UNE.

Ligações com o Presidente da UNE.

-Em papel com o timbre oficial do governador do Estado de Goiás, MAURO BORGES se dirige a ALDO ARANTES, presidente da UNE com os cumprimentos "saudações nacionalistas" e assinando como secretário - executivo da Frente de Libertação Nacional.

-No documento, o governador apresenta uma série de sugestões para a dinamização da FLN e pede a cooperação da UNE./ Dentre as medidas apresentadas, cita a realização do primeiro encontro - Operário - Camponês - Estudantil.

-No documento do caderno de PROPOSTAS, de folha 241 / (vol 10), consta o seguinte: " ... Reunião de BRIZOLA, ARRAES, BAR



-----  
BARBOSA LIMA e MAURO. Reforçar a F L N - auxiliar financeiramente/  
a F L N ...".

-O documento sôbre o 1º encontro OPERÁRIO-CAMPESES  
 -ESTUDANTIL - citado por MAURO BORGES ao presidente da UFG, é patrocina-  
 do pelo Governo Estadual e tem a seguinte comissão coordenado-  
 ra: - 1 - KALIL DIBE; 2 - PEDRO RIBEIRO DOS SANTOS; 3 - SEBASTIÃO  
 GABRIEL BAYLÃO; 4 - JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA; 5 - EVELINE PAPE SINGER;  
 6 - MARIA APARECIDA SIQUEIRA; 7 - JERÚSIA FRANCO DE OLIVEIRA; 8 -/  
 SANTA CRUZ SERRA DOURADA. (fls 57, 58, 59, 60, 61, 62, 5ª vol).

(15) Ligação com o Partido Comunista.

-Perguntado ao Sr ANTONIO PIMENTEL, diretor do Depar-  
 tamento de Extensão Cultural da Universidade Federal de Goiás, se/  
 o Sr MAURO BORGES pertence ao partido comunista; respondeu que não  
 tem certeza porém os senhores MARCELINO CUPERTINO GUIMARÃES, ALBIO  
 DE BRITO, JUAREZ DE BRITO, PIRAGIBE CASTRO ALVES, GUIDO DE SOUZA /  
 ROCHA e EVELYNE PAPE SINGER sempre afirmam que o governador MAURO/  
 BORGES pertencia ao Partido Comunista (fl 95, 5ª vol).

b. Conclusão Parcial.

(1) Da apresentação sob forma, praticamente, de cita-  
 ções referentes a MAURO BORGES, podemos inferir do grau de ligação,  
 e de dependência do Governador de Goiás em face do Comunismo no /  
 Brasil.

(2) É impressionante o número de provas a realçar a com-  
 pleta ajustagem da maneira de ser e de atuar, como administrador e  
 político, do Governador Goiano em termos ideológicos marxistas.

(3) Não precisaríamos de nenhuma outra comprovação que/  
 os próprios atos e nomeações de auxiliares, para concluir sôbre su-  
 as tendências extremamente esquerdizantes e demagógicas. Todavia,  
 se isso não bastasse, eis que aparecem depoimentos afirmando ser /  
 MAURO BORGES integrante do Partido Comunista.

(4) Da maior importância foi a transcrição de parte do/  
 relatório do Cel AVANY ARROXELLAS, por isso que existe referência  
 elogiosa a êle dirigida pelo próprio Governador, quando se reporta  
 a fl 576, 11º volume, onde se lê:

"instaurado o IM, neste Estado, após a retirada  
 do Gal CASTRO E SILVA, e sob a responsabilidade do Cel AVANY ARROXELLAS NEDEIROS, proce-  
 deu este ilustre militar cumprir a sua tarefa com/  
 bastante energia ...".



682 33  
67

-----

(5) Finalmente, para bem caracterizar a tendência ideológica de MAURO BORGES em termos de extrema esquerda, basta dizer/que mantinha estreita ligação com o PCB e LUIZ CARLOS PRESTES, inclusive nomeando para coordenar o 1º Encontro Operário - Camponês-  
Estu aantil, a KALIL DIEB, comunista fichado em Goiás.



-----

683 34  
Lj

5. METAGO - SUBVERSÃO E CORRUPÇÃO

a. Situação da METAGO

(1) A METAGO (Metais de Goiás S/A), é uma sociedade de economia mixta, da qual o Governo Estadual é o maior acionista, tem por finalidade a pesquisa, a lavra e a comercialização de minérios das fazidas, particularmente de cristal de rocha e mica.

(2) Desde o início de seu funcionamento, foi entregue a Direção, ao Sr PAULO TEIXEIRA, ex-integrante do Comitê Estadual do Partido Comunista em Minas Gerais, com atuação destacada no Triângulo Mineiro. Foi nomeado para a METAGO, possivelmente por imposição do Embaixador Russo ANDREI FOMIN, para que fôsse dado o empréstimo do Governo Russo ao Governador MAURO BORGES, visando à instalação da Hidrelétrica de SÃO FELIX. O intermediário dessa condição imposta pelo Embaixador (nomeação PAULO TEIXEIRA) foi o Dr HUGO ALEXANDRE, Chefe do Departamento Hospitalar da Secretaria de Saúde. O Dr PAULO TEIXEIRA convidou para Diretores da METAGO, LUIZ / ZACARIAS PEDROSA, REGINALDO ARÉDIO FERREIRA e ÁULIO MENDES DINIZ, todos comunistas. Manteve estreito contáto com todos os países de leste europeu, especialmente com a URSS, Polônia e Tchecoslováquia.

(3) A pretexto de fazer negócios, teria trazido a Goiás uma missão comercial tcheca e, informes não confirmados, indicam a possibilidade de que o Serviço de Informações da Tchecoslováquia, tenha-se utilizado da METAGO para exercer as suas atividades. Propiciou a vinda de um técnico polonês em carvão, o qual, segundo depoimentos vários prestados ao IPM, pouco ou nada entendia do problema de carvão, tendo exercido a sua atividade na região de CAROLINA onde, de forma alguma estava prevista a existência de faixa / carbonífera. Afirmando que o referido técnico buscava, na realidade, determinar as áreas onde existiam minerais radioativos.

(4) Os elementos indicados por PAULO TEIXEIRA para exercer as Diretorias Financeira, Comercial e o Departamento de Relações Públicas, todos comunistas com atividades subversivas no período em que frequentaram a Universidade, tendo participado de organizações de esquerda, como a Liga dos Amigos de Cuba, Centro Acadêmico XI de Maio e atividades grevistas. Convém salientar que o Escritório Comercial da METAGO no Rio, foi entregue ao Coronel R/1 do Exército OSCAR GONÇALVES BASTOS e fechado pela DOPS da Guanabara, sob a acusação de exercer atividades subversivas. Segundo depoimentos prestados ao IPM, a indicação do Coronel OSCAR GONÇALVES BASTOS foi feita pessoalmente pelo Governador MAURO BORGES.



684 35  
by.

b. Depoimento de Testemunhas

(1) O Governador MAURO BORGES, declara ignorar o fato / público e notório de ser o Coronel OSCAR GONÇALVES BASTOS, Chefe / do Escritório Comercial da METAGO no Rio, comunista dos mais antigos e muito conhecido em todo o Exército, onde respondeu a vários / inquiridos sobre atividades comunistas. Reconhece apenas haver de mostrado interesse em nomeá-lo, mas nega ter sido contrário à sua demissão, quando o Sr PAULO TEIXEIRA o advertiu de que

"o Coronel BASTOS, foi incapaz de se aproximar / dos países do mundo ocidental, só mantendo ligações com os países do mundo comunista" (fl / 340, 3º vol)

(2) Cumpre lembrar que o Escritório da METAGO no Rio, / foi vasculhado pela DOPS/GB, que ali encontrou abundante material / subversivo. Quanto ao Coronel OSCAR GONÇALVES BASTOS, foi ele sancionado pelo artigo 7º do Ato Institucional.

(3) Continuando na tática de dizer-se ignorante do que se passava na administração do Estado, em matéria de subversão, afirma o Governador MAURO BORGES em seu depoimento (fl 492, 11º vol):

"Que nunca teve conhecimento das ligações do Sr PAULO TEIXEIRA com o Sr MARCOS JAMOVITCH"

"Que não tinha conhecimento das ligações do Sr PAULO TEIXEIRA com a Embaixada Russa".

(4) No âmbito da METAGO, processavam-se reuniões de cunho político-ideológico, com a participação de elementos esquerdistas notórios (JOÃO BATISTA ZACCARIOTTI, REGINALDO ARÉDIO FERREIRA, LUIZ ZACARIAS PEDROSA), segundo afirma o ex-Diretor daquela empresa, ANTONIL MARTINS BAPTISTA (fl 311, 3º vol).

(5) Quanto ao contrabando dos minerais estratégicos no Estado, os IPMs, embora deles tratassem em vários pontos, apenas / ficou aflorado o assunto. Afirma, a propósito, o Sr PAULO TEIXEIRA, quando perguntado, se denunciou esse fato:

"respondeu que denunciou ao Governador do Estado, ao Comandante da Polícia Militar do Estado e à Comissão de Energia Nuclear" (fl 340, 3º / vol)

Assevera o Governador Mauro Borges:

"que jamais lhe chegou às mãos tal denúncia de contrabando de minerais radioativos" (fl 492 , 11º vol)



-----  
Deve, pois, êsse assunto ser objeto de posteriores/  
investigações pelo DFSP.

(6) Subordinada à METAGO, foi criada a GRAFISA (Grafites de Goiás S/A), cujo primeiro Diretor-Presidente, foi ÁULIO MENDES/DINIZ (até fevereiro de 1964). ÁULIO é comunista declarado, segundo o constante dos depoimentos (fls 311, 315 e 285, 3º vol).

(7) O atual Diretor-Presidente da GRAFISA, é LÉO QUEIROZ BARRETO, também comunista (fls 342, 343 e 344, 10º vol e, fls/70, 71 e 72, 6º vol).

c. Conclusão Parcial

(1) Do exposto, conclue-se que a METAGO, como, de resto, tantos outros órgãos do Governo de Goiás, estava e, em certa medida, ainda está, entregue a elementos reconhecidamente comunistas, cujas atividades subversivas o Governador, por um lado protegia e, por outro, insiste em ignorar.

(2) Urge fazerem-se investigações mais amplas e profundas, por parte do DFSP, no sentido de apurar a exata extensão do / contrabando de minérios radioativos no Estado de Goiás.

(3) De qualquer forma, de uma coisa dúvida não resta: a de que o Governador MAURO BORGES tem muito séria e comprometedora/ responsabilidade nos desacertos e nas possíveis ligações da METAGO com grupos econômicos e ideológicos dos países da Cortina de Ferro, impondo-se apurar até onde e em que nível de comprometimento da soberania Nacional, fizeram-se tais negociações e penetrações comunistas.



-----

6. GUERRILHAS

a. Configuração do problema e depoimentos

(1) Campo de DIANÓPOLIS - Em Novembro de 1961 chegou à Cidade de Dianópolis um grupo de doze indivíduos que adquiriu três fazendas: CATINGUEIRO, com sessenta alqueires, distante vinte quilômetros de Dianópolis; ANTÔNIO ALVES, com oitocentos e quarenta alqueires, situada no Município de Almas; BOQUEIRÃO DO CASCAVEL, a setenta e dois quilômetros de Dianópolis, de terreno muito difícil, escarpado, com mata fechada, com grotas profundas, na Serra Geral. Passaram a aliciar camponeses fornecendo aos mesmos uniformes de calça azul e camisa branca e pagando o dobro dos salários usuais. Iniciaram imediatamente a pregação comunista. Em 1º de maio de 1962 e no aniversário de CARLOS PRESTES fizeram ruidosas manifestações. Em junho daquele ano já tinham 50 elementos da região integrando o grupo. A 7 de julho FRANCISCO JULIÃO visitou a região. Os Chefes do movimento viajavam frequentemente, de avião, para Belo Horizonte, Goiânia e Recife. O Encarregado do Aeroporto e o Rádio Telegrafista do D C T passaram a trabalhar para os mesmos. O segundo recebendo e transmitindo mensagens com frequência. Por avião chegavam caixas e caixotes muito pesados para o seu tamanho. Construíram um campo de pouso na fazenda CATINGUEIRO, Nenhum integrante do grupo podia levar família. Na localidade de Rio Conceição fizeram grande manifestação a 22 de julho com a presença de FRANCISCO JULIÃO. Os integrantes do movimento se diziam pertencentes às LIGAS CAMPONÊSAS e tinham o apoio do Governador do Estado, diziam. Distribuíam livros sobre o comunismo. Um dos chefes do movimento, TARZAN DE CASTRO, era Oficial de Gabinete do Governador. O elemento de ligação em Goiânia era JOÃO NEDER, igualmente Oficial de Gabinete do Governador. O Coronel JOSÉ JOEL MARCOS, Comandante da Polícia Militar, em seu relatório menciona que havia frequentes chegadas e saídas de mensageiros falando em língua estrangeira. O grupo dispunha de dentista, enfermeiro, escola, medicamentos, barbeiro e elementos de outras profissões. O movimento se integrava no "MOVIMENTO RADICAL TIRADENTES", de FRANCISCO JULIÃO. Em novembro de 1962 foi instaurado inquérito, pela Promotoria, digo, pelas Autoridades Policiais de Dianópolis. Logo em seguida foi decretada a prisão preventiva de JOÃO NEDER, TARZAN DE CASTRO e 24 outros guerrilheiros. O Tribunal de Justiça do Estado concedeu "habeas-corpus" à JOÃO NEDER e, em consequência, os outros se beneficiaram da medida. É preciso notar que somente JOÃO NEDER chegou a ser preso. O Jornal "o Semanário", em reportagem sobre o movimento de Dianópolis, datado de



687  
33  
h.

-----  
2 de agosto de 1962 diz: ..." Também foi transmitida aos presentes a solidariedade do Secretário do Trabalho de Goiás, ÉRIDES GUIMARRÃES, por intermédio do estudante TARZAN DE CASTRO, membro do Conselho das Ligas de Goiás, que fez entrega ao Presidente, da mensagem e do exemplar do Diário Oficial do Estado com o Estatuto das Ligas." O Dr JOÃO MOREIRA MARQUES, Juiz de Direito de Dianópolis, foi perseguido pelo Dr ARY DEMOSTENES DE ALMEIDA por ter feito frente àqule movimento. O Dr MOREIRA MARQUES foi chamado ao Tribunal recentemente e recebeu ameaça de que ficaria durante muitos anos no Norte de Goiás, como "castigo", por ter assessorado o Coronel Danilo nos I P Ms. O processo sobre as Guerrilhas de Dianópolis, ficou "engavetado" até junho de 1964, quando foi requisitado pelo Coronel AVANHY Encarregado do I P M. - Nas folhas nº 50 e 51 da caderneta nº 16 do Sr LUIZ CARLOS PRESTES apreendida em sua residência, em São Paulo lê-se o seguinte: "TIMBA - Informa da conversa com MAURO BORGES - quer ser aliado e a cada momento fala no Veras. Os camaradas do P. vão escrever um artigo s/ a luta camponesa em Goiás e qual a posição do Governador que tem ajudado e permitido a organização " (TIMBA - é ORESTES TIMBAÚBA - comunista. VERAS - é NESTOR VERAS - comunista que viaja frequentemente para Goiás.) Na documentação apreendida no PERÚ quando da queda de um avião naquele País, encontra-se um relatório sobre as atividades dos guerrilheiros de Dianópolis. / Esses documentos são objeto da Informação Especial nº 2 (Documentos apreendidos no Perú) do S F I C I, datado de 14 jan 1963. A versão peruana dos documentos, mostra que pelo menos um deles é tradução de um manuscrito de autoria de TARZAN DE CASTRO (Inquérito de Dianópolis, fls. 31 a 36).

O Governador MAURO BORGES, em seu depoimento, diz / serem as guerrilhas de Dianópolis as únicas que soube existirem no Estado, acrescentando que dissolvidas pela Polícia Militar, não tomou outras providências contra os elementos nela implicados, porque:

"supõe que o Secretário de Segurança não tinha, dentro da lei, condições para prender homens / munidos de "habeas-corporum".

Assim o IPM sobre o caso de Dianópolis, realizado / em 1962 e que se encontra apenso ao feito em 1964, contém provas / abundantes de fatos criminosos que o Sr MAURO BORGES diz só hoje / ter sabido.

(2) Campo da Fazenda Santa Fé - no Município de Alto Garça, no Estado de Mato Grosso. Movimento de menores proporções do / que o de Dianópolis. Nesse campo entre outros guerrilheiros de encon- / trava ATAUALPA ALVES DE LIMA e HUGO BROCKS; ambos funcionários/



1688  
Lx. 39

da Secretaria Particular do Governador, ANTÔNIO JOSÉ DE MOURA, Fiscal Arrecadador da Secretaria da Fazenda, JAMES ALEN LUZ funcionário da Secretaria de Agricultura, vários comunistas do grupo do Deputado JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA e vários outros estudantes e elementos de outras profissões. Havia como no outro campo, doutrinação / comunista e treinamento militar. O campo se dissolveu por si mesmo em virtude do enfraquecimento do movimento de FRANCISCO JULIANO.

Como de costume, o Governador MAURO BORGES "não tinha conhecimento de que se treinavam guerrilhas na Fazenda Santa Fé. / Somente após ter recebido o depoimento que lhe foi enviado pelo Gen VOGUEIRA PAES, soube:

"que o Sr ATAUALPA tivesse treinado guerrilhas / em Mato Grosso, na Fazenda Santa Fé e também / que era fichado pela DOPS da GB" (vol-11º, fl / 469).

O depoimento de ATAUALPA descreve minuciosamente o funcionamento do grupo de guerrilhas de que participou (vol 3, fl / 267). ATAUALPA e HUGO BROCKS, ausentaram-se de suas funções na Secretaria particular do Governador, por 14 e 5 meses respectivamente para trabalharem nas guerrilhas.

O Governador MAURO BORGES "ignorava" esses fatos e / conceitua-os "severamente" como:

"grave desídia administrativa que deverá ser a- / purada" ( fls 496 e 497, vol 11º).

(3) CAMPO DE TOLEDO, no Estado do Paraná. Este campo não chegou a ter grande expressão, tendo participado dele, entre outros elementos, OCTONEVIL COSTA e ERLAN DE CASTRO, ambos fiscais arrecadadores da Secretaria de Fazenda de Goiás. Estava previsto para dirigir este campo o Sr DINIZ CABRAL FILHO, funcionário do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás. O Sr DINIZ exercia a função de / Tesoureiro, itinerante dos diversos campos mencionados, transportando também material de propaganda comunista.

Também a participação dos funcionários estaduais ANTÔNIO JOSÉ DE MOURA, JAMES ALEN LUZ, DINIZ CABRAL FILHO, OCTONEVIL COSTA e ERLAN DE CASTRO em atividades de guerrilhas em Mato Grosso e no Paraná, não pôde ser explicada pelo Governador.

"a não ser que eles agiam por conta própria e / foram demitidos de seus cargos por força da aplicação do artigo 7º do Ato Institucional, após o Governo tomar conhecimento de suas confissões nos depoimentos que prestaram no IPM da área /



689  
h.  
40

de Goiás" (fl 497, vol 110).

Não será demais lembrar que as atividades subversivas desses funcionários vêm se desenvolvendo desde 1962 e somente em 1964, e assim mesmo como resultado de um IPI foram eles demitidos, não sendo levados à justiça pelos crimes que cometeram.

(4) CAMPO DE JACINTO. Dêste campo, falta-nos maiores informações, sabendo-se apenas que o Sr. GERÔNIMO RODRIGUES DE LIMA, adquiriu uma fazenda para guerrilhas, em seu nome e por isso após a extinção do movimento, ficou proprietário dela. Casou com a filha do Prefeito e reside lá. Segundo TARZAN DE CASTRO lá existem armas e munições dentro de uma caverna ou cratera.

b. Conclusão parcial

(1) Os implicados em atividades de guerrilhas foram atingidos por sanções do Ato Institucional, devendo ainda, ser processados pelos crimes praticados no exercício dessas atividades.

(2) Quanto ao Governador MAURO BORGES:

Tardamente tomou algumas medidas policiais contra os guerrilheiros de Dianópolis, e não as fez seguir os procedimentos judiciais. Aos funcionários estaduais, foi compelido a aplicar o Artigo 7º do Ato Institucional.

Assim é que permitiu que permanecessem em seus cargos estaduais, até a aplicação do Ato Institucional, os seguintes elementos:

-JOÃO NEDER, Consultor Jurídico do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás.

-ATAUALPA ALVES DE LIMA, da Secretaria Particular.

-HUGO BROCKS, da Secretaria Particular.

-ANTÔNIO JOSÉ DE MOURA, Fiscal arrecadador da Secretaria da Fazenda.

-JAMES ALEN LUZ, da Secretaria da Agricultura.

-DINIZ CABRAL FILHO, do Departamento Estadual de Trânsito.

-OCTONEVIL COSTA, Fiscal arrecadador da Secretaria da Fazenda.

-ERLAN DE CASTRO, Fiscal arrecadador da Secretaria da Fazenda.

- Assim procedendo, o Governador tornou-se corresponsável nos crimes praticados por esses funcionários do Estado.



671-11  
b.  
7. - SUBVERSÃO NA UFG E NO ENSINO ESTADUALa. Configuração do Problema.

A situação do ensino estadual, em todos os seus ramos, era de progressiva comunização, destacando-se a utilização intensiva do método de conscientização e alfabetização PAULO FREIRE. Na área federal, dentro do mesmo programa, constata-se a designação de comunistas notórios para a direção e corpo docente da UFG. // Equipes de professores comunistas dedicavam-se à realização de conferências em todo o interior do Estado. A fim de assegurar a mais íntima ligação entre a UFG e o Governo / Estadual vários postos da Administração Pública era preenchidos por elementos subversivos da mesma Universidade.

b. Depoimento de testemunhas.

(1) A ação subversiva no Estado de Goiás estava montada sobre dois centros de irradiação de focos de subversão - O Governo do Estado e a Universidade Federal de Goiás. Havia entre eles uma íntima ligação, como o comprova o fato do Governo Estadual trazer / para a Administração Pública os líderes estudantis mais expressivos, que se destacaram por sua ação subversiva e inteligência e a / intervenção nos meios universitários, de líderes de esquerda, em / defesa dos interesses políticos do Governador MAURO BORGES.

(2) "A Universidade Federal de Goiás, tomou a si a tarefa de formar os líderes revolucionários, através de um pequeno // "ISEB", o CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS, que doutrina os jovens e os formava aptos à ação subversiva. Sentindo que a frequência à capital do Estado, digo, Sentindo que a frequência ao CENTRO era pequena (10 a 15 alunos) e circunscrita à Capital do Estado, foram / organizados os chamados CURSOS DE REALIDADES BRASILEIRA, sob o patrocínio do Departamento Cultural da UFG, que expedia os diplomas, e orientado por uma equipe de professores comunistas que adquiria / experiência através de atuação pessoal no CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS. O Curso, era constituído de um pequeno número de conferências, habilmente selecionadas e estava em condições de ser desenhado, a pedido, em qualquer ponto do Território Goiano, sempre ministrado por comunistas notórios." (fls 355 e 356, 10º vol).

(3) "Para caracterizar a posição ideológica do Sr MAURO BORGES, seria necessário fazer um exame do quadro geral da subversão no Estado de Goiás. A ação se desenvolvia, partindo de dois /



principais centros: o Governo do Estado e a Universidade Federal. / Havia entre ambos um estrito entrelaçamento. Em sua maioria, aqueles que se destacavam na ação subversiva na área da Universidade / eram convidados a prestar sua colaboração ao Governo do Estado e / vice-versa. Assim, eram professores na Universidade, os seguintes elementos comunistas e, que desenvolviam intensa atividade subversiva:

- Padre RUY RODRIGUES DA SILVA-Ex-Secretário de Educação.

-EVELINE PAPER SINGER - Ex-chefe da assessoria de / Planejamento Educacional da Secretaria de Educação.

-ELEUSE SOARES MACHADO- Ex-chefe do Departamento da Criança, da Secretaria de Saúde.

-SIMON KOSSOBUDSKY - Chefe dos Postos de Saúde, da / Secretaria de Saúde.

-RODOLFO JOSÉ DA COSTA E SILVA - Diretor do Departamento Estadual de Saneamento - Diretor das Divisões Administrativas do DES, membro do Conselho Fiscal das Centrais Elétricas de Goiás, Membro do Conselho Fiscal da METAGO, Secretário da Viação e / Obras Públicas.

-PAULO EMILIO FOGAÇA NETO - Diretor Executivo da / CIVAT.

-JOÃO CEZAR PIETROBOM - CIVAT.

Além disso:

(4) O acadêmico de Direito ODINY FOGAÇA FILHO, líder estudantil de esquerda era secretário geral da CIVAT.

O orador oficial da turma minoritária dissidente, que se formou ao som da TERCEIRA INTERNACIONAL, DR MARIO RORIZ SOARES / CARVALHO, é sub chefe do Gabinete Civil do Governador (fls. 192 e / 193 do vol. 10º).

(5) O próprio jornal do Governo deixa transparecer as / ligações político-ideológicas entre a administração MAURO BORGES e a UFG, cujo reitor foi condenado pela Revolução, por corrupção / e subversão. Assim é que em certo trecho do órgão oficial do Governo Goiano, existe o seguinte: "Marcando uma etapa nova nesse sedutor campo de ação, surgiu recentemente o Jornal da UFG, o 4º Poder, fundado sob inspiração patriótica do Magnífico Reitor COLEMAR NATAL E SILVA" ( fl 217, 10º Vol - D O de 20 Dez 62).

(6) O Jornal da UFG, 4º PODER, de orientação nitidamente marxista, apresentava as seguintes "manchetes":

"CUBA QUER A PAZ"- 24/25 mar 63.

Paulo Emilio Fogaça Neto

43  
672  
L.

"DELEGADA GOIANA CONTA COMO FOI O CONGRESSO DE  
MULHERES EM MOSCOU" - 28 Jul 63.

c. Conclusão parcial.

(1) A U F G constituía-se em um grande foco de subversão, dispondo, inclusive, de jornal e estação de rádio para a propaganda esquerdista.

(2) Havia a mais estreita ligação entre a U F G e o Governo do Estado, sendo sua ação, perfeitamente entrosada;

(3) Os líderes estu'antís, que mais se destacavam por / sua ação subversiva, eram distinguidos com altos cargos na Administração Pública Estadual.

(4) A U F G cabia a tarefa básica de centro de irradiação doutrinária e preparo de líderes esquerdistas, capazes de darem continuidade à ação do Governador MAURO BORGES.



1 - SUBVERSÃO PELOS ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL.Conclusão parcial.

(1) Em face do que se viu em a exposição sintética anterior, retirada do depoimento de várias testemunhas, e tendo em vista a confrontação com o depoimento do Governador MAURO BORGES, facilmente / se conclue que os vários órgãos do CERNE eram oficialmente utilizados para propaganda subversiva e revolucionária....

(2) Sem dúvida que toda a orientação tendenciosa de extrema / esquerda, de que os órgãos de difusão do Estado tanto se impregnaram, quando mais não fôsse, contava com a conivência, a tolerância e a complacência criminosa de MAURO BORGES, responsável maior em / todo esse processo de subversão da ordem política e social.

(3) Não há como dissociar a autoridade do Governador dos inúmeros e repetidos atos criminosos de pregação comunista e esquizofrenia da imprensa oficial do Estado.

(4) Além da responsabilidade parcial e isolada de cada um dos vários Diretores e Chefes do Consórcio de Empresas Radiofônicas e Noticiosas do Estado, na sistemática pregação revolucionária marxista, avulta como de relevância máxima a responsabilidade definitiva do Governador MAURO BORGES, pela omissão, pela tolerância e; sobretudo, pela concordância, eis que sistematicamente aparece sua figura, ligada aos pronunciamentos e aos líderes de extrema esquerda do BRASIL.

2 - INFILTRAÇÃO COMUNISTA NO PALÁCIO DO GOVÊRNO E DEMAIS ÓRGÃOS DO GOVÊRNO DE GOIÁS.Conclusão Parcial.

Do exposto sobre a infiltração de comunistas e elementos subversivos no Govêrno MAURO BORGES conclui-se que:

(1) antes de 31 de março de 1964 a grande maioria dos auxiliares diretor do Govêrno no Palácio bem como dos Secretários do Estado e Diretores de Organizações estaduais era de comunistas.

(2) Após 31 de março de 1964 procurou ainda o governador manter muitos comunistas como auxiliares do govêrno, inclusive alguns já / com direitos políticos cassados.

(3) Dizendo ignorar a infiltração comunista no Estado, procurava sempre que possível a cooperação desses elementos, revelando assim seu firme propósito de acelerar cada vez mais o processo de / comunização de Goiás.





46

695  
*[Handwritten signature]*4. MAURO BORGES E O COMUNISMO NO BRASILConclusão Parcial.

(1) Da apresentação sob forma, praticamente, de citações referentes a MAURO BORGES, podemos inferir do grau de ligação, e de dependência do Governador de Goiás em face do Comunismo no Brasil.

(2) É impressionante o número de provas a realçar a completa ajustagem da maneira de ser e de atuar, como administrador e político, do Governador Goiano em termos ideológicos marxistas.

(3) Não precisaríamos de nenhuma outra comprovação que os próprios atos e nomeações de auxiliares, para concluir sobre suas tendências extremamente esquerdizantes e demagógicas. Todavia, se isso não bastasse, eis que aparecem depoimentos afirmando ser MAURO/BORGES integrante do Partido Comunista.

(4) Da maior importância foi a transcrição de parte do relatório do Cel AVANY ARROXELLAS, por isso que existe referência elogiosa a êle dirigida pelo próprio Governador, quando se reporta a fl. 576, 11º volume, onde se lê:

"instaurado o IPM, Hêste Estado, após a retirada d o Gal CASTRO E SILVA, e sob a responsabilidade do Cel AVANY ARROXELLAS MEDEIROS, procurou êste ilustre militar cumprir a sua tarefa com bastante energia ...".

(5) Finalmente, para bem caracterizar a tendência ideológica de MAURO BORGES em termos de extrema esquerda, basta dizer que mantinha estreita ligação com o PCE e LUIZ CARLOS PRESTES, inclusive nomeando para coordenar o 1º Encontro Operário - Camponês - Estudantil, a KALIL DIBB, comunista fichado em Goiás.



5 - METAGO - SUBVERSÃO E CORRUPÇÃOConclusão Parcial.

(1) Do exposto, conclue-se que a METAGO, como, de resto, tantos outros órgãos do Governo de Goiás, estava e, em certa medida, ainda está, entregue a elementos reconhecidamente comunistas, cujas atividades subversivas o Governador, por um lado protegia e, por outro, insiste em ignorar.

(2) Urge fazerem-se investigações mais amplas e profundas, por parte do DFSP, no sentido de apurar a exata extensão do contrabando de minérios radioativos no Estado de Goiás.

(3) De qualquer forma, de uma coisa dúvida não resta: a de que o Governador MAURO BORGES tem muito séria e comprometedora responsabilidade nos desacertos e nas possíveis ligações da METAGO com / grupos exonômicos e ideológicos dos países da Cortina de Ferro, impondo-se apurar até onde e em que nível de comprometimento da soberania Nacional, fizeram-se tais negociações e penetrações comunistas.

6 - GUERRILHAS.Conclusão parcial.

(1) Os implicados em atividades de guerrilhas foram atingidos por sanções do Ato Institucional, devendo ainda, ser processados / pelos crimes praticados no exercício dessas atividades.

(2) Quanto ao Governador MAURO BORGES.

Tardiamente tomou algumas medidas policiais contra os guerrilheiros de Dianópolis, e não os fez seguir os procedimentos judiciais. Aos funcionários estaduais, foi compelido a aplicar o Artigo 7º do Ato Institucional.

Assim é que permitiu que permanecessem em seus cargos estaduais, até a aplicação do Ato Institucional, os seguinte elementos: JOÃO NEDER, Consultor Jurídico do Inst. de Desenvolvimento Agrário de Goiás.

ATAUALPA ALVES DE LIMA, da Secretaria Particular.

HUGO BROCKE, da Secretaria Particular.

ANTÔNIO JOSÉ DE MOURA, Fiscal arrecadador da Secretaria da Fazenda.

JAMES ALEN LUZ, da Secretaria da Agricultura.

segue .



- Guerrilheiros - continuação.

DINIZ CABRAL FILHO, do Departamento Estadual de Trânsito.  
OCTONEVIL COSTA, Fiscal arrecadador da Secretaria da Fazenda.  
ERLAN DE CASTRO, Fiscal arrecadador da Secretaria da Fazenda.

- Assim procedendo, o Governador tornou-se corresponsável nos crimes praticados por êsses funcionários do Estado.

7 - SUBVERSÃO NA U F G E NO ENSINO ESTADUAL.

Conclusão parcial.

(1) A U F G constituía-se em um grande foco de subversão, dis-  
pondo, inclusive, de jornal e estação de rádio para a propáganda es-  
querdista.

(2) Havia a mais estreita ligação entre a UFG e o Governo do  
Estado, sendo sua ação, perfeitamente entrosada;

(3) Os líderes estudantis, que mais se destacavam por sua /  
ação subversiva, eram distinguidos com altos cargos na Administra-  
ção Pública Estadual.

(4) À UFG cabia a tarefa básica de centro de irradiação dou-  
trinária e preparo de líderes esquerdistas, capazes de darem conti-  
nuidade à ação do Governador MAURO BORGES.



698  
W. 49

8. CONCLUSÃO QUANTO AO CORONEL R/1 MAURO BORGES TEIXEIRA,  
GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS.

Tendo em vista o exposto no presente Relatório, conclue-se que o Coronel R/1 MAURO BORGES TEIXEIRA, Governador do Estado de Goiás:

a. Tornou-se o responsável pela doutrinação e propagação da ideológica marxista, bem como pela pregação psicológica subversiva consêquente, no Estado de Goiás, pelo fato de criar condições de divulgação através do CERNE (Consórcio de Empresas Radiofônicas e Notícias do Estado), no que envolveu o próprio Diário Oficial do Estado, transformando-o em órgão político para divulgação de matéria / comprometida com a subversão que éle próprio prestigiava abertamente; entregando a Direção de tais órgãos a comunistas, proporcionando livremente a infiltração de elementos subversivos em postos-chaves / do seu Governo, antes e depois da Revolução de 31 de março de 1964.

b. Permitiu a preparação da subversão por meios violentos, não tomando deliberadamente medidas oportunas para impedir o desenvolvimento do processo revolucionário no território Goiano e formação de organizações de tipo militar.

c. Incentivou a doutrinação marxista no Estado, pelas / ligações que facilitou entre elementos comunistas notórios, nacionais e estrangeiros, com estudantes, órgãos de Governo e outras classes, montando no Estado de Goiás, um esquema comuno-subversivo que / denuncia uma indisfarçável e agressiva tomada de posição contra o regime político instituído no Brasil.

d. Assim posto, e ante a evidência dos fatos examinados no seu conjunto e em profundidade, resulta perfeitamente esclarecido que o Sr Coronel R/1 MAURO BORGES TEIXEIRA, Governador do Estado de Goiás, contou com a ajuda dos vários indiciados nos inquéritos que / integram o presente e, inclusive, com a cooperação de elementos subvencionados por Nações estrangeiras, prêsas ao comunismo internacional e, dessa forma, haver tentado mudar a Ordem Política e Social do nosso País, com indisfarçável agressão ao Artigo 2º, alínea III, da Lei de Segurança Nacional-nº 1.802, de janeiro de 1953, configurando se crime militar da competência exclusiva da Justiça Militar.

e. Há, ainda, a considerar em face da Lei, o comprometimento de quantos se envolveram nos fatos criminosos expostos nos vários inquéritos que óra são enfeixados em um único IPM, dado que as provas se entrelaçam, como se somam as ações dos respectivos indiciados, aparentemente isoladas, mas, na verdade, são élos de uma mesma/



679 50  
lx

-----  
corrente, com um só propósito, um só objetivo, o da subversão da ordem constituída no País.

Assim,

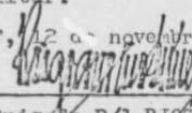
B - QUANTO AOS DEMAIS IMPLICADOS NA SUBVERSÃO E NA CORRUPÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS

1. ELEMENTOS LIGADOS À FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - 1º VOLUME - RELATÓRIO Nº 1 (ANEXO)
2. ELEMENTOS LIGADOS À DIVERSOS SETORES - 2º VOLUME - RELATÓRIO/ Nº 2 (ANEXO)
3. ELEMENTOS LIGADOS À DIVERSOS SETORES - 3º VOLUME - RELATÓRIO/ Nº 3 (ANEXO)
4. ELEMENTOS LIGADOS AO CONSÓRCIO DE EMPRESAS RADIOFÔNICAS E NOTICIOSAS DO ESTADO (CERNE) - 4º VOLUME - RELATÓRIO Nº 4 (ANEXO)
5. ELEMENTOS LIGADOS À UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - 5º VOLUME - RELATÓRIO Nº 5 (ANEXO)
6. ELEMENTOS LIGADOS À FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - 6º VOLUME - RELATÓRIO Nº 6 (ANEXO)
7. ELEMENTOS LIGADOS À FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - 7º VOLUME - RELATÓRIO Nº 7 (ANEXO)
8. ELEMENTOS LIGADOS À FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - 8º VOLUME - RELATÓRIO Nº 8 (ANEXO)
9. ELEMENTOS FORAGIDOS - 9º VOLUME - RELATÓRIO Nº 9 (ANEXO)

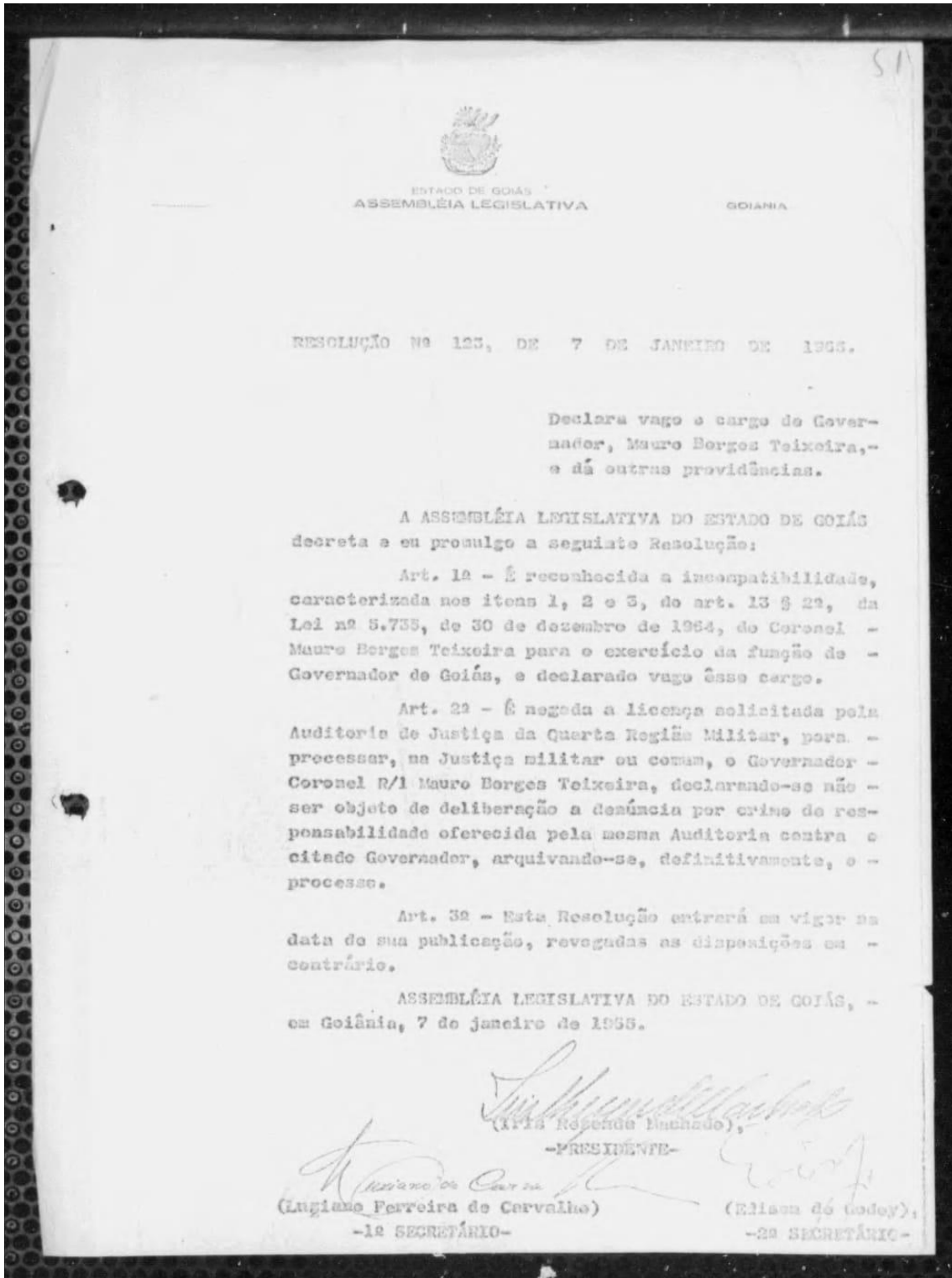
E, como nos fatos apurados há crime militar, por infração ao artigo 2º, alínea III, da Lei de Segurança Nacional, da competência / privativa da Justiça Militar, segundo a definição contida no artigo/ 42º da referida Lei de Segurança, sejam estes autos remetidos ao // Exmo Sr General de Divisão HUGO PANASCO ALVIM, a quem incumbe reme- tê-los à Autoridade Judiciária competente, na forma do § 2º do arti- go 117, do Código de Justiça Militar.

DE: OS RELATÓRIOS  
DE: 10 em 30 de 95  
DE: COM IMPLANTADOS  
DE: 10 em 30 de 95

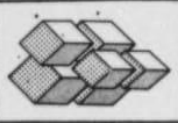
Brasília, DF, 12 de novembro de 1964

  
General de Brigada R/1 RIOGRANDINO KRUEL  
Encarregado do IPM









PEDIDO PARA  
ATUALIZAÇÃO DE DADOS

ÓRGÃO

DI

N.º

4736

DEFESA DE DIREITOS

NOME ANTONIO GARCIA FILHO (AGF)  
ACE Nº 4962/AGO/83

Os registros referentes a AGF, constantes do Relatório do IPM, anexo ao Enc. nº 039/16/AGO, de 22 Fev 83, não possuem validade para este Órgão.

(USE O VERSO SE NECESSÁRIO)

ÓRGÃO

EMITIDO  
02 ABR 91  
*[Signature]*  
Adjunto SAE

DIVISÃO DE INFORMÁTICA

- DISPENSA MICROFILMAGEM  
 MICROFILMAR  
 PROCESSAR MFR \_\_\_\_\_  
ACE Nº \_\_\_\_\_

20/05/93

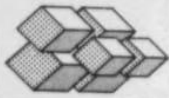
*[Signature]*  
CHEFE CADASTRO

AO CONTROLE DA QUALIDADE MICROFILMADO

27 MAI 1991

*[Signature]*  
CHEFE MICROFILMAGEM

FM-213



PEDIDO PARA  
ATUALIZAÇÃO DE DADOS

ÓRGÃO

DI

N.º

5744

DEFESA DE DIREITOS

NOME DARCY DA SILVEIRA RIBEIRO (DSR)  
ACE Nº 4962/AGO/83

Os registros referentes a DARCY RIBEIRO, nome correto DARCY DA SILVEIRA RIBEIRO, constantes no ENC. nº 039/16/AGO, de 22 FEV 83, não possuem validade para este Órgão.

(USE O VERSO SE NECESSÁRIO)

ÓRGÃO	EMITIDO	DIVISÃO DE INFORMÁTICA	<input type="checkbox"/> DISPENSA MICROFILMAGEM	AO CONTROLE DA QUALIDADE MICROFILMADO
	02, OUT, 91		<input checked="" type="checkbox"/> MICROFILMAR	
	<i>Silveira</i> Adjunto SAE		<input type="checkbox"/> PROCESSAR MFR	
			ACE Nº	
			29/09/95	<i>Guilherme</i> CHEFE MICROFILMAGEM
			CHEFE CADASTRO	

FM-213

